



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ACIOLI GONÇALVES DA SILVA JUNIOR

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA:
UMA PROPOSTA PARA O TRABALHO DOCENTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Outubro / 2016



ACIOLI GONÇALVES DA SILVA JUNIOR

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA:
UMA FERRAMENTA PARA O TRABALHO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Ensino de História

Orientador:

Prof. Dra. Larissa Viana

Niterói, RJ

2016

ACIOLI GONÇALVES DA SILVA JUNIOR

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA:
UMA FERRAMENTA PARA O TRABALHO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Ensino de História

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Larissa Viana - UFF

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Camilla Agostini - UFF

Prof. Dr. Luiz Guilherme Scadaferri Moreira - UVA

Dedico esta dissertação à cidade de Cabo Frio, pelos seus quatrocentos anos completados no último treze de novembro de 2015. Dedico à toda população originária e forasteira que se tornaram cidadãos cabo-frienses. Também a todos os ameríndios que no período pré-colonial lutaram bravamente contra a dominação de suas terras: os guerreiros Tupinambás. E a todos os docentes da Rede Municipal de Ensino, meus colegas de luta, por uma educação pública digna e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus familiares, a minha mãe Maria da Glória e meus irmãos, Maria da Assunção e Wanderson; e aos amigos que sempre me apoiaram e confiaram em nosso trabalho.

À minha mulher Andria Gomes, que teve que dividir o meu pouco tempo vago com livros, pesquisas e compilação do trabalho.

Gostaria de agradecer ao PROFHISTÓRIA, seus idealizadores e organizadores, vocês fizeram um gol de placa. Parabéns!

Quero também externar meu profundo agradecimento a minha orientadora e mãe do PROFHISTÓRIA UFF, a Dra. Larissa, e sua secretária, Etelma, que muito se dedicaram a mim e aos demais colegas do curso. Assim como agradeço a todos os grandes mestres dessa augusta universidade. Nunca esquecerei as aulas do professor Dr. Paulo Knauss!

Também sou grato a cada docente do curso, que me presenteou com tamanha dedicação e conhecimento, que ampliaram meu horizonte e me capacitaram a fazer escolhas tão relevantes.

Agradeço aos professores Drs. Luiz Guilherme e Camilla Agostine, que, assim como a professora Dra. Larissa, na Banca de Qualificação, deram inúmeras sugestões valiosas que iluminaram o caminho a ser percorrido.

À professora Liege de língua portuguesa, que fez uma revisão textual, tanto do Roteiro Histórico, como da minha Dissertação.

À CAPES pela bolsa concedida, para que eu pudesse desenvolver com êxito essa pesquisa.

E finalmente a Universidade Federal Fluminense, campus Niterói. É uma honra imensa ter sido aluno de uma das mais importantes universidades da América Latina.

“Educar é viajar no mundo do outro sem nunca penetrar nele. É usar o que pensamos para nos transformar no que somos. O maior educador não é o que controla, mas o que liberta. Não é o que aponta os erros, mas o que previne. Não é o que corrige comportamentos, mas o que ensina a refletir. Não é o que observa apenas o que é tangível aos olhos, mas o que vê o invisível. Não é o que desiste facilmente, mas o que estimula sempre a começar de novo. Um bom educador abraça quando todos rejeitam; anima quando todos condenam; aplaudem os que nunca subiram ao pódio; vibra com a coragem de disputar dos que ficaram nos últimos lugares. Não procurar seu próprio brilho, mas faz-se pequeno para tornar os seus filhos, alunos e colegas de trabalho grandes. Que educador daria conta dessa missão?

Fernando Pessoa

RESUMO

Esse trabalho busca refletir as possibilidades e desafios da educação para além da sala de aula. Com este objetivo, selecionamos o patrimônio cultural da cidade de Cabo Frio, tangível e intangível, como cenário para essa proposta. Buscamos também empreender uma pesquisa sobre o patrimônio histórico municipal, como lugares de memória da localidade, tentando valorizá-los mediante a educação patrimonial, principalmente feita por docentes de História, Geografia e Artes da Rede Municipal a seus alunos. O produto proposto é um Roteiro Histórico da cidade de Cabo Frio para docentes, que pretendemos que seja utilizado para auxiliar os professores em suas aulas sobre história local, educação patrimonial e em visitas aos bens culturais do município. A consecução do produto foi realizada através de pesquisas em trabalhos de historiadores profissionais e memorialistas locais, além da documentação disponível no acervo da Câmara Municipal de Cabo Frio, de pesquisas no IPHAN e documentos do INEPAC. Utilizamos questionários para sondagem e entrevistas com os profissionais da educação da Rede Municipal de Cabo Frio: Professores, Diretores, Secretário Municipal e Secretário Escolar; com o intuito de investigar e propor caminhos viáveis para que a Unidade Escolar se torne uma instituição onde crianças e adolescentes aprendam a preservar o Patrimônio Cultural, a memória da localidade onde estão inseridos e sejam capazes de reinterpretar o passado de maneira crítica. Com a análise das entrevistas constatou-se que a Rede Municipal de ensino não possui uma proposta eficaz de história regional e muito menos de educação patrimonial, nem no currículo mínimo do município, nem no PPP das U.E pesquisadas. Também se verificou que os educadores não trabalham com essas temáticas, por conta das seguintes lacunas: formação acadêmica precária nos tópicos Patrimônio Cultural e História Local, ausência de formação continuada, falta de materiais didáticos, deficiência de conhecimento nas políticas públicas preservacionistas e da metodologia de educação patrimonial. Acredita-se que os resultados dessa pesquisa e o uso do Roteiro Histórico proposto poderão subsidiar os educadores e gestores do município na formulação de políticas públicas educacionais e na inserção no currículo de temas centrados no patrimônio cultural do município.

Palavras-chaves: cabo frio; patrimônio cultural; ensino de história; educação patrimonial; história local.

ABSTRACT

This work aims at defining the possibilities and challenges of education beyond the classroom. To this end, we selected the cultural heritage of the city of Cabo Frio, tangible and intangible, as a backdrop to this proposal. We also seek to undertake research on the municipal heritage, such as the location memory of places, trying to value them through heritage education, mainly made by teachers of history, geography and Arts of the Municipal Network to their students. The proposed product is a Cabo Frio City History Roadmap for teachers who intend to be used to assist teachers in their lessons on local history, heritage education and visitations to the city's cultural assets. The achievement of the product was carried out by research on professional historians work and local memorialists, besides the documentation available in the collection of the City of Cabo Frio, research in IPHAN and INEPAC documents. We used questionnaires to survey and interviews with professionals from the Municipal Education Network Cabo Frio: Teachers, Directors, Municipal Secretary and School Secretary; in order to investigate and propose viable ways for the school unit becomes an institution where children and adolescents learn to preserve the cultural heritage, the memory of the place where they live and are able to reinterpret the past critically. With the analysis of the interviews it was found that the Municipal Network of Education does not have an effective proposal of regional history and much less of heritage education, or at least the county curriculum, or the PPP of U.E surveyed. It was also found that educators do not work with these issues, because of the following shortcomings: poor academic training in topics Cultural and Local History Heritage, lack of continuous training, lack of teaching materials, deficiency of knowledge in preservationist policies and methodology heritage education. It is believed that the results of this research and the use of the proposed map History may subsidize educators and managers of the municipality in the formulation of educational policies and inclusion in the curriculum of themes centered on the cultural heritage of the municipality.

Keywords.: cold cabl; cultural heritage; teaching history; heritage education; local history.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

IPAC – Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério de Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEME – Secretaria Municipal de Educação

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

MART - Museu de Arte Religiosa e Tradicional

LISTAS DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1

Tempo de formação, no magistério e se a formação se deu em Universidade Pública ou Privada _____ 64

Tabela 2

Números de profissionais da educação que responderam o questionário e/ou entrevista, suas respectivas áreas de atuação e sigla de identificação _____ 65

Tabela 3

Revela a visão dos profissionais da educação sobre a história, personagens, livros, autores e os bens culturais do município _____ 66 –67

Tabela 4

Revela se os docentes utilizam os bens culturais em suas aulas e em aulas visitas _____ 67

Gráfico 1

Relação de todos os profissionais da Educação da Rede Municipal de Cabo Frio que responderam o questionário e foram entrevistados _____ 65

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1– PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	16
1.1 BREVE HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	16
1.2 AS LEIS ATUAIS DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	25
1.3 PATRIMÔNIO DE SUA HERANÇA ELITISTA À SUA APROPRIAÇÃO PELAS MASSAS	28
1.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	30
1.5 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	35
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA LOCAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO SISTEMA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE CABO FRIO	38
2.1 Dialogando com Professores de História, Geografia e Artes	38
2.2 História Local e Educação Patrimonial no Currículo do Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Cabo Frio	39
2.3 Os Diretores de Escolas Públicas Municipais	44
2.4 História Local e Educação Patrimonial no PPP das Escolas Públicas Municipais de Cabo Frio	45
2.5 Análise da Entrevista com a Secretária de Educação da Rede Municipal de Ensino	46
2.6 Percepção a respeito do Patrimônio Cultural de Cabo Frio e a Incorporação desse Conhecimento à Prática de	48
2.7 O Ensino de História	50
2.8 História Regional	56
2.9 Entre Historiadores e Memorialistas	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
FONTES E BIBLIOGRAFIA	73

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Questionário para Professores de História, Geografia e Artes

APÊNDICE 2: Questionário de Entrevista com Diretores e Secretário Escolar da Rede Municipal de Ensino

APÊNDICE 3: Questionário de Entrevista oral com Docentes sobre a cidade de Cabo Frio e suas manifestações Culturais

APÊNDICE 4: Entrevista com a então Secretária Municipal de Cabo Frio

APÊNDICE 5: Carta de cessão

APÊNDICE 6: Roteiro Histórico da Cidade de Cabo Frio em PDF - Formato A4

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como título: “Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente”. Ela se insere na linha de pesquisa do PROFHISTÓRIA: “Saberes Históricos em diferentes Espaços de memória”, uma vez que procura inserir no ensino das disciplinas História, Geografia e Artes da rede municipal do município de Cabo Frio, no Ensino Fundamental e Médio¹, a Educação Patrimonial e o ensino de História Local.

O propósito dessa pesquisa nasceu numa viagem para a cidade de Paraty, que se localiza na Região da Costa Verde, no sul do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2013. A professora de Espanhol, Érica Batista, e eu, levamos três turmas do Colégio Municipal Rui Barbosa², 3001, 3002 e 3003, que haviam acabado de terminar o terceiro ano do Ensino Médio, à cidade de Paraty RJ. Eles preferiram a viagem à formatura.

Nesta viagem nós contratamos um historiador como nosso guia turístico.

No segundo dia de nossa estadia, fomos conhecer o centro histórico do município. No desenvolver de sua aula sobre a cidade de Paraty, o historiador-guia disse: “O que fez vocês saírem de Cabo Frio e se dirigirem à Paraty? Se vocês têm praias e um conjunto de belezas naturais muito mais belo que o nosso?” Ele mesmo respondeu à questão da seguinte forma: “Foi a História que os trouxe aqui, pois em se tratando de belezas naturais, a cidade de vocês é muito mais bela que a minha”.

Aquela pergunta e resposta me deixou atordoado, reflexivo e com vontade imensa de averiguar se o que o guia havia dito era de fato verdadeiro. As diversas

¹O município de Cabo Frio possui 4 (quatro) escolas que oferecem o Ensino Médio na rede municipal. Dentre elas, destaca-se o Colégio Municipal Rui Barbosa - a escola mais tradicional da região dos Lagos - e totalmente voltada para o Ensino Médio de formação geral. No ano de 2014 o atual prefeito Alair Correia, tentou estadualizar essa unidade escolar, mas o mesmo sofreu uma forte recusa por parte da sociedade cabo-friense, fazendo o mesmo voltar atrás em sua proposta. Porém, este ano, no início do mês de outubro, o Ministério Público sugeriu a estadualização dessas unidades de ensino. Novamente, a sociedade civil tem se mobilizado contrária a tal sugestão por entender que o ensino municipal é melhor que o estadual.

² O Colégio Municipal Rui Barbosa é uma escola unicamente de Ensino Médio. Funciona em três turnos, possuindo aproximadamente 709 alunos matriculados. É uma U.E. de referência na Região dos Lagos, além de ser municipal. Os alunos passam por um amplo processo de seleção para estudar na mesma. Essa seleção se baseia no somatório das notas fornecidas pelos discentes no 9º ano do Ensino Fundamental. Os melhores classificados são encaminhados para o 1º turno, os classificados após estes, para o turno vespertino e o restante são matriculados à noite. Mesmo assim, milhares de alunos não conseguem vagas e são encaminhados às escolas de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.

praias e ilhas visitadas por nosso grupo deixou-me com a certeza que, no que tange a belezas naturais, o historiador estava correto: Cabo Frio e Região dos Lagos (Armação dos Búzios e Arraial do Cabo) são mais belas que Paraty. Mesmo esta sendo uma cidade lindíssima.

Sobre a questão histórica, admito ter ficado impressionado com a história que nos foi contada pelo nosso guia, assim como, pela maneira encantadora que o mesmo a ensinava.

Mas o fato é que, aquele discurso belíssimo do guia despertou em mim uma vontade imensa de pesquisar sobre a minha cidade - a admirável Cabo Frio – e também me fez reconhecer que enquanto historiador eu negligenciava não só a história do meu município, mas a minha própria história, pois aqui eu nasci, vivi, tive meus filhos e talvez termine os meus dias.

Resgatar o patrimônio cultural dos nossos municípios através dos elementos que fazem cada lugar e definem a identidade cultural dos seus habitantes, não só é uma responsabilidade para com o passado histórico dessas comunidades, mas fundamentalmente com seu futuro (ITAQUI, 1998, P. 17).

A cidade Cabo Frio é a quinta mais antiga do Brasil. Em novembro de 2015 comemorou 400 anos. É considerada a capital da Região dos Lagos, a urbe mais importante entre os municípios da Costa do Sol, seja politicamente, seja economicamente, seja turisticamente. Município dotado de paisagens exuberantes, dunas magníficas, praias de águas claras e areias brancas, sem contar a grande extensão da cidade banhada pela Laguna de Araruama - a maior laguna hipersalina do mundo - riquíssima em espécies marinhas.

Existem inúmeros sítios arqueológicos e monumentos históricos espalhados pelo centro da cidade e, inclusive, na zona rural do município. Porém, há pouca produção bibliográfica feita por historiadores profissionais sobre história local. A grande maioria das obras foram escritas por memorialistas, dentre eles destacam-se Hilton Massa, Abel Beranger e Mere Damasceno, que escreveram alguns livros sobre o município. Dentre os historiadores que fizeram a narrativa da nossa história o destaque é o pesquisador Márcio Werneck.

Cabo Frio é uma cidade com riquíssimo patrimônio histórico e cultural. Desde o famoso Forte São Matheus, localizado na mais famosa praia da região, construído no período de 1617-1620, para proteger a região de corsários franceses, holandeses

e ingleses, à Fazenda Campos Novos, na zona rural da cidade, que conta com um rico conjunto arquitetônico jesuítico do final do século XVII, passando por igrejas centenárias no centro da cidade à Charitas.

Nas comemorações dos 500 anos do Brasil, infelizmente a cidade passou despercebida. A pesquisadora da história local, Rose Fernandes, que em 2014 lançou um livro sobre o município cujo título é: “Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil”, assim se referiu a esse fato:

Por ocasião da comemoração do “Brasil 500 anos”, as manifestações se concentraram na Bahia. Segundo a carta de Caminha, o Brasil foi descoberto na Bahia, em 1500, onde os portugueses passaram uma semana, rezaram duas missas, fizeram contato com os nativos, mas permaneceram em seus navios, ou seja, foi uma posse simbólica. Em Cabo Frio a posse se deu de fato com a construção da fortaleza na “Primeira Feitoria”, em 1503-1504 que permaneceu até 1512. O fato é que dentro das comemorações, Cabo Frio passou despercebido, citado apenas de passagem. Possivelmente isso se deve à falta de uma maior divulgação da História da cidade. (Fernandes, 2015, p. 12).

A essa falta de divulgação que a pesquisadora se referiu, em relação à história de Cabo Frio, nós entendemos como negligência explícita do poder público pois a cidade, por suas belezas naturais, já atrai aproximadamente um milhão de turistas só no Réveillon³ a cada ano, portanto, para quê investir em história se a natureza por si só já gera muito lucro?

As pesquisas realizadas por historiadores e memorialistas sobre história local não lograram êxito, no que tange a valorização patrimonial, por isso, acreditamos que um trabalho de educação patrimonial com base nas propostas de Horta et al (1999), do IPHAN e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) possam reverter esse quadro, valorizar os monumentos históricos e promover uma educação cidadã, crítica e afetiva, pois concordamos com o arquiteto e especialista em patrimônio material, Luiz Antônio Bolcato Custódio, que diz: “a valorização do patrimônio histórico e cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade”.⁴

³ Segundo dados da Secretaria de Turismo do município: <http://www.cabofrio.rj.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/cabo-frio-tem-reveillon-inesquecivel>. Jornais locais: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/reveillon-em-cabo-frio-rj-promete-reunir-1-milhao-de-pessoas-21102015>. Acessado em 16/10/2016.

⁴ Salto para o futuro/ TV Escola www.tvebrasil.com.br/salto. Acessado em 21/07/2015.

Nesta perspectiva, a análise do objeto de pesquisa apresentou, como suporte, as seguintes questões norteadoras:

- Por que Cabo Frio é tão conhecida a nível nacional e internacional, somente por suas belezas naturais, mesmo com sítios arqueológicos do período pré-colonial de aproximadamente 6 mil anos e monumentos históricos dos primeiros anos da colonização do Brasil? Por quais motivos seu patrimônio histórico é ignorado?

Sobre o Ensino da Rede Municipal as questões que se sobrepõem são as seguintes:

- Como o processo educacional vem destacando a preservação da memória e do patrimônio cultural em Cabo Frio?
- Por que os docentes do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Municipal não trabalham com história local e com Educação Patrimonial? Por quais razões não trabalham? Por não possuírem formação ou lhes faltam incentivo e material de apoio?
- Que importância terá a Educação Patrimonial em sua prática docente?

São essas as questões colocadas em nosso trabalho. Acreditamos que a Educação Patrimonial associada ao ensino de História, Geografia e Artes ministrado aos alunos da Rede Municipal de ensino seja a ferramenta capaz de reverter esse quadro.

Poderíamos até colocar outras questões, porém não cabe dentro do escopo desse trabalho, podendo aparecer numa eventual tese de doutoramento, Tais como: “Por que o poder público local não valoriza o patrimônio histórico e cultural do município? Por que Cabo Frio só atrai turista por suas belezas naturais? Por que não há investimento da Prefeitura Municipal para promoção de um turismo histórico?”

Como objetivo geral, empreender uma pesquisa sobre o patrimônio histórico municipal, como lugares de memória da localidade, tentar valorizá-los mediante a educação patrimonial, principalmente feita por docentes de História, Geografia e Artes da rede municipal aos seus discentes.

Partindo-se desse pressuposto, foram elencados como objetivos específicos: elaborar um Roteiro Histórico da cidade de Cabo Frio para os docentes da rede municipal, na perspectiva do trabalho com múltiplas temporalidades, com o intuito de auxiliá-los em suas aulas e em visitas aos monumentos históricos do município. Esse roteiro, além das fichas com textos e imagens dos bens culturais, tem

sugestões de propostas educativas com base na metodologia de Educação Patrimonial e um questionário sobre Patrimônio Cultural com suas respectivas respostas.

O Roteiro Histórico tem como referência o patrimônio tangível e intangível do município. Com ênfase aos bens culturais do período colonial, sobretudo do século XVII. Não obstante, o mesmo também faz referência ao período pré-colonial, Imperial e Republicano.

Este roteiro poderá ser utilizado para auxílio dos turistas e moradores em sua visita a esses memoriais. Porém, a finalidade principal do mesmo é auxiliar os educadores em seu trabalho, junto aos alunos da Rede Municipal.

Em um futuro próximo, pretendemos criar um site com conteúdos que privilegiem pesquisas mais recentes sobre a história local, monumentos históricos e naturais, com material iconográfico, audiovisual, textos etc., com sugestões de estratégias de trabalho em sala de aula e extraclasse sobre a história da cidade.

A justificativa e relevância desse trabalho estão pautadas na ideia que, no momento atual, percebe-se que a sociedade tem despertado seu interesse na preservação do patrimônio cultural enquanto elemento formador de sua identidade. Por isso, os processos de sensibilização devem começar desde cedo, na formação das crianças e adolescentes. Dessa forma consideramos que seja relevante a criação de situações favoráveis que levem ao desenvolvimento dos valores patrimoniais nas camadas mais jovens da sociedade. Visto que, um bem cultural é inseparável do meio onde está inserido e da história da qual é testemunho. Assim como, deve-se relacioná-lo com seu entorno, seu contexto social, econômico e cultural, abandonando a ideia de encará-lo como algo isolado no espaço.

Também consideramos de relevância social o fato do município de Cabo Frio ter acabado de completar em treze de novembro de 2015, 400 anos de história, como cidade constituída. Sendo a quinta cidade mais antiga do Brasil.

As comemorações propostas pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio para o quarto centenário da cidade não foram dignas de um município que foi palco da primeira feitoria portuguesa na América, criada por Américo Vespúcio, entre 1503-1512, conforme Beranger (1989); Werneck (2004); Fernandes (2014).

Esse trabalho foi dividido em dois capítulos e na elaboração de um Roteiro Histórico como produto pedagógico. O roteiro aparecerá nos Apêndices desse trabalho, e em formato de livro.

O primeiro capítulo discorre sobre o conceito de Patrimônio Cultural, sobre as leis que versam sobre os bens culturais, o aspecto elitista do patrimônio até sua apropriação pelas massas e sobre Educação Patrimonial e Memória.

O segundo capítulo discorre sobre a inserção da História Local e da Educação Patrimonial na Rede Municipal de ensino do município de Cabo Frio/ RJ. Também faz apontamentos sobre o Ensino de História e sobre a produção memorialística sobre a história da cidade.

Nesse segundo capítulo utilizamos entrevistas como técnica de investigação composta por um conjunto de dois questionários, que foram enviados para docentes de História, Geografia e Artes, além de três diretores de escolas públicas municipais de Ensino Fundamental II e Médio. Além de entrevista com a antiga secretária de Educação do município e de um secretário escolar. Esse conjunto de questões, conforme Ledur (2008, p.24) consiste em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas, cujas respostas irão proporcionar os dados requeridos para descrever características da população pesquisada ou testar hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Utilizamos entrevistas semiestruturadas para investigar as ações do município em relação a história Local, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, conforme Nigel Fielding, citado por Richardson (1999, p. 96):

O pesquisador participa para obter informações detalhadas, não para ser mais um membro ao grupo. O pesquisador deve manter certo distanciamento para poder obter informações e interpretá-las, mas existe um problema mais importante e não enfatizado na leitura especializada: o fato de “não se aproximar o suficiente”, e se faça um relatório superficial que, aparentemente proporcione plausibilidade a uma análise à qual o pesquisador está obviamente comprometido.

Nas considerações finais dessa dissertação, fazemos possíveis recomendações para as próximas pesquisas sobre Patrimônio Cultural no município de Cabo Frio / RJ.

CAPÍTULO PRIMEIRO

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 Breve Histórico do Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio se disseminou em nosso meio, se referindo a uma infinidade de termos, mas a sua origem conforme Choay (2001, p. 11), tem sua raiz na palavra “pai”, do latim *pater*. Ligou-se, desde suas origens, às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável e bem enraizada no espaço e no tempo.

O Patrimônio - *patrimonium* em latim - se referia, na Roma Antiga, a tudo que pertencia ao pai de família. Isso incluía, segundo Funari e Pelegrini (2009, p. 11), tudo que estava no domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Tudo isso, podia ser legado por testamento, inclusive as pessoas.

O termo “patrimônio” é usado devido à analogia com o processo que ocorre na família quanto aos bens que passam de pais para filhos, portanto, à herança, o que envolve não apenas valores econômicos como também simbólicos. (Londres, 2011, p. 162).

Portanto:

Etimologicamente falando, patrimônio significa uma ‘herança paterna. Bens de família’. Logo, é um legado do passado. É verdade que muitos desses bens nos chegaram através de heranças, porém eles não são simplesmente legados de uma geração a outra, eles são ‘**construídos**’, ‘**recriados**’, ‘**apropriados**’. Do mesmo modo, a permanência desse patrimônio no tempo resulta de ações e interpretações dos diferentes grupos humanos, que partem sempre do presente em direção ao passado. (Santana, 2002 s/p). (grifo da autora).

Hoje o termo patrimônio recebeu distintas qualificações, como histórico, cultural, genético e ambiental. Um conceito em constante mutação e interpretação.

De acordo com Funari e Pelegrini (2009, p. 11), o conceito de Patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos.

De maneira mais ampla, Patrimônio é aquilo que fornece a uma comunidade cultural a representação de seus sentimentos de pertinência e de ação, e também veicula, portanto, o sentido de que os membros são agentes de seu próprio destino cultural.

Com o advento do cristianismo e sua subsequente hegemonia na Idade Média (séculos V - XV), acrescentou-se o caráter religioso (simbólico e coletivo) ao patrimônio aristocrático, pois como ressalta Funari e Pelegrini (2009, p. 11 -12), “ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais”.

Nesse período inicia-se na Europa cristã a valorização tanto de lugares e objetos como dos rituais coletivos. O comércio de relíquias sagradas tão criticadas pelos reformadores protestantes, o culto aos santos e a valorização de elementos voltados a vida espiritual, geraram nas pessoas comuns um sentido de patrimônio muito peculiar.

Londres (2011, p. 163), assevera que um tipo de bem que pode ser considerado antecedente dos monumentos históricos modernos são as relíquias sagradas, que circulavam e eram tão valorizadas no mundo medieval. Trata-se de objetos ou restos de objetos de uso ou relacionados à vida de Jesus ou dos santos, que passam a ser conservados e venerados por seu valor de testemunho.

Com isso, não estou afirmando que o caráter aristocrático fora substituído, mas recebeu uma leitura e interpretação popular, e de certo modo fugiam do controle das elites.

A reação das elites não tardaria, pois segundo Funari e Peregrine (2009, p.12), veio com a monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. A catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático.

Foi o Renascimento com seu antropocentrismo que alteraria a perspectiva que o patrimônio recebeu na Idade Média. Londres (2011), observou que a noção de patrimônio histórico e artístico tal como entendemos atualmente, só se tornou possível a partir do Renascimento, quando o mundo foi se desacralizando e o homem passou a não mais se situar em relação a uma realidade transcendente, e sim na evolução temporal da humanidade, entre passado e futuro, ou seja, na cadeia da história.

Mesmo mantendo o caráter aristocrático, numa interpretação particular dada pelos humanistas, é notável nesse período a substituição, não completa, mas parcial e factual, do teocentrismo que prevalecia por longos séculos. Foi assim que os humanistas buscaram inspiração na antiguidade clássica e, segundo (Delumeau,

1983 e Durant, 1957), chamaram o período anterior – a Idade Média – de Idade das Trevas. Esse termo exemplificava bem o tom de reação ao domínio da igreja e da nova valorização da cultura greco-romana da antiguidade.

Nesse momento, como observar Françoise Choay (2001), pela primeira vez uma civilização toma distância e se reporta à outra (no caso a Grécia e Roma Antiga) anterior em mais de um milênio.

O modo que os humanistas utilizavam para compreender e enaltecer a antiguidade clássica eram principalmente através da leitura de obras antigas e colecionando objetos e vestígios da Antiguidade. Fora nesse período que os tipos móveis descobertos por Gutemberg (1398-1468), fizeram com que se multiplicassem as publicações das obras clássicas tanto na língua original como em traduções vernáculas. Nesse momento, os humanistas começaram a catalogar e coletar tudo que viesse das civilizações clássicas, tais como, estátuas em mármore e metais, moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica e objetos de templos. Segundo Funari e Pelegrini (2009), foram esses humanistas do Renascimento, amantes de coisas antigas, que fundaram o que viria a ser chamar Antiquariado.

Os autores ainda ressaltam que esta prática não ocorria apenas em cidades com grandes monumentos clássicos, como Roma, mas por toda a Europa, até mesmo em cidadelas e aldeias onde os antiquários faziam pesquisas com um não disfarçado orgulho local.

Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva de uma maneira ou de outra do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo. Resulta de uma transformação profunda das sociedades modernas, com o surgimento dos Estados Nacionais. (Funari e Pelegrine, 2009, p. 13).

Cabe sinalizar que até o final do século XVIII, como sublinha Choay (2001), Funari e Peregrine (2009) e Londres (2011), a preocupação de preservar monumentos do passado esteve restrita a iniciativas esporádicas de autoridades religiosas e civis, que coletavam e conservavam bens em suas coleções. Os papas desse período possuíam imensos acervos que hoje se encontram no museu do Vaticano. Mas os acervos do período não eram públicos e compartilhados, mas privados e aristocráticos, na forma de coleções de antiguidades.

Vale lembrar que até o século XVIII, como observa Funari e Peregrine (2009, p. 14), os estados eram religiosos e monárquicos, baseados na identificação da

nação com a casa real. As monarquias eram de direito divino e os reinóis não eram cidadãos de um país, mas súditos de um reino. Portanto, nesse momento histórico não havia a noção moderna de cidadania.

Mas a preocupação com a definição de políticas para salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural, conforme Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252), remonta o final do século XVIII, mas particularmente a Revolução Francesa, quando se desenvolveu uma outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e impedir o esquecimento dos feitos do passado. Já Choay (2001, p. 172), ressalta que até a década de 1960 o trabalho de conservação dos monumentos históricos visava essencialmente aos grandes edifícios religiosos e civis.

Foram os enciclopedistas preocupados com a proteção do patrimônio histórico e artístico da França, durante o período da Revolução Francesa, que idealizaram políticas de proteção ao patrimônio do país, extremamente ameaçados por grupos que destruíam os símbolos eclesiásticos e aristocráticos.

Mas foi durante o século XIX que várias nações europeias se preocuparam em estabelecer políticas de proteção patrimoniais. Com destaque aos franceses no primeiro momento. País de tradição latina de Direito⁵. Sua primeira lei de proteção patrimonial é de 1887, sendo depois complementada por outra legislação mais ampla de 1906.

Os Estados Unidos, país de direito consuetudinário⁶ anglo-saxão, fez sua primeira lei patrimonial, o Antiquities Act, em 1906, mesmo ano da segunda Lei francesa, porém era uma lei que se restringia a proteger bens culturais de interesse da nação que estivesse em terras de propriedade e controle do governo. Essa lei também foi complementada anos depois.

No Brasil as primeiras legislações sobre o Patrimônio Cultural têm início no Estado Novo, em plena Era Vargas. Muito influenciado pela Carta de Atenas de

⁵Tradição Latina é o mesmo que Direito Romano ou Civil. A tradição Latina considera a propriedade privada sujeita a restrições, derivadas dos direitos dos outros ou da coletividade geral. Dois exemplos dessa limitação é o chamado direito de servidão no Brasil, país também de tradição latina de Direito, e o que está expresso no Art. 5º, inciso, XXIV da CF/88, que limita o direito de propriedade, através da desapropriação por necessidade, interesse social ou utilidade pública.

⁶ No Direito Consuetudinário anglo-saxão, a limitação ao direito de propriedade é, em geral, muito mais tênue, o que permitiu, por exemplo, os cercamentos das propriedades rurais na Inglaterra, no século XVIII. Os antigos acessos e caminhos usados pelos camponeses foram fechados, contribuindo com a migração para as cidades e a formação da mão-de-obra industrial.

1931. Esta Carta estabelecida no período entre guerras teve influências em diversas legislações de países ocidentais, inclusive do Brasil.

A Carta de Atenas recomendava que a administração pública se comprometesse com a conservação dos monumentos históricos e artísticos de sua nação, como nessa afirmação:

A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afeto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante **uma atuação apropriada dos poderes públicos**, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer atuação que possa degradar os monumentos.⁷ (grifo nossos).

O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi nossa primeira legislação patrimonial. Ela instituiu o Tombamento e restringiu o direito de propriedade como consequência do ato de tomba, bem como organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e estabelecia quais bens deveriam constituir o patrimônio nacional. Esse Decreto-Lei tratou da organização do nosso patrimônio. Deve-se sinalizar que tal ação só foi possível por causa do impulso nacionalista e modernista de nomes como Lúcio Costa e Mário de Andrade.

Já o primeiro órgão, voltado para a preservação do patrimônio no Brasil, foi criado em 1933, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional. Era a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

Outra criação importante do governo Vargas foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contou com vários colaboradores intelectuais e artistas, entre os quais, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade.

O SPHAN tombou inúmeros monumentos na cidade de Cabo Frio, na década de 1930 e 1950 do século XX, dentre eles o Forte São Matheus, em 30/11/1957. O

⁷ Carta de Atenas de 1931, documento acessado em 20/04/2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>.

pesquisador Márcio Werneck da Cunha cita outros prédios históricos tombados por este órgão federal:

Em 1937, a SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou o Convento, a Igreja e o Cruzeiro, iniciando a restauração da igreja 11 anos depois, e que, mais tarde, foi estendida ao Convento. Em 1958, a SPHAN também tombou a Capela de Nossa Senhora da Guia (que foi restaurada), a igreja e o Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. A proteção federal alcançou ainda o adro e toda a área livre em frente e atrás do convento, incluindo o largo de Santo Antônio e o Morro da Guia, com faixa de proteção situada no entorno da planície de 100m. (Cunha, 1994, p. 3).

Foi nesse período que a cidade mineira de Ouro Preto, antiga Vila Rica, principal cidade do ciclo do Ouro brasileira, foi erigida em “monumento nacional” pelo Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933, esta cidade é considerada como um dos principais exemplares do patrimônio histórico brasileiro, além de ser declarada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1980. Nessa época 82 outros sítios haviam sido declarados de preservação. Conforme Tirapeli (2004, p. 6), durante a década de 80, por meio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Brasil intensificou esforços e conseguiu eleger mais cinco monumentos nacionais e obter para eles aprovação e apoio internacional.

Entre os bens culturais brasileiros arrolados como Patrimônio da Humanidade estão, inquestionavelmente, segundo a UNESCO⁸:

- A cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais, 1980;
- O centro histórico de Olinda, Pernambuco, 1982;
- As ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, 1983;
- O centro histórico de Salvador, Bahia, 1985;
- O Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas, 1985;
- Brasília (Plano Piloto), 1987;
- O parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, 1991;
- O centro histórico de São Luís, Maranhão, 1997;
- O centro histórico de Diamantina, Minas Gerais, 1999;

⁸ De acordo com a lista do site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/en/list/>, acessado em 18/05/2016.

- O centro histórico da Cidade de Goiás, 2001;
- Praça de São Francisco, na cidade de São Cristovão, Sergipe, 2010;
- Rio de Janeiro, paisagem carioca entre a montanha e o mar, 2012.

A UNESCO também tem uma lista de patrimônio Natural mundial, entre eles estão os seguintes sítios brasileiros⁹:

- Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná, 1986;
- Mata Atlântica, reserva do Sudeste, São Paulo e Paraná, 1999;
- Costa do Descobrimento, Reserva da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo, 1999;
- Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central, 2000;
- Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 2000;
- Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás, 2001;
- Ilhas Atlânticas brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, 2001.

A lista do Patrimônio da Humanidade, segundo Tirapeli (2004, p. 16-17), foi elaborada durante a Convenção para a Proteção da Cultura Mundial e da Herança Mundial e adotada pela 17ª Conferência Geral da UNESCO em novembro de 1972. Foi através dessa Convenção que o Comitê do Patrimônio Mundial estabeleceu, manteve atualizada e publicou com a aprovação dos países participantes, uma relação do Patrimônio Mundial e das propriedades culturais e naturais consideradas de valor exponencial universal.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é com certeza a instituição com maior destaque no mundo no que concerne à preservação dos bens culturais. Esse órgão vinculado à ONU, por meio de célebres reuniões, chamadas de Convenções, dentre as quais se destacam a de 1954, que versou sobre a proteção da propriedade cultural em caso de conflito

⁹Lista retirada do site da Representação da UNESCO no Brasil: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/#c1048555>, acessado em 18/05/2016.

armado; a de 1970, que abordou o tráfico ilícito de bens culturais e a de 1972, que ampliou o conceito de patrimônio cultural.

A definição atual de patrimônio cultural se originou no documento elaborado pela Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972. Esse documento detalhou o patrimônio cultural como sendo monumentos, ou seja, as obras arquitetônicas, de esculturas ou de pinturas monumentais, assim como elementos estruturais de caráter arqueológico que tenham valor universal do ponto de vista da História, da Arte e das Ciências.

Nessa Convenção, os países membros assinaram um documento se comprometendo a proteger os locais designados como patrimônio da humanidade.

Considera-se essa obrigação economicamente penosa para algumas nações pois muitos dos países membros não possuem recursos financeiros para custear as demandas dessa convenção, das 192 nações participantes, 174 já ratificaram o documento. Inclusive o Brasil assinou o acordo, por meio do Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. A intenção do Brasil em ratificar esse documento, de acordo com Santos (2008) foi o interesse político e econômico, no sentido de gerar prestígio internacional e incentivo ao turismo.

O que é digno de nota é que o Brasil só aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial em 1977. Inicialmente, o Brasil estivera concentrado nos bens de interesse histórico e voltado às perspectivas de culturas da classe dominante. Mas a sua lista de monumentos, segundo Canini (2005, p. 7) foi sendo diversificada e hoje reflete o esforço do País para construir uma representação equilibrada e abrangente da sua notável diversidade histórica, cultural e natural.

Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, o debate e as políticas públicas se intensificaram, sobre o patrimônio cultural, tanto a nível global como nacional, e ocorreram inúmeras conferências e encontros sobre a temática do patrimônio, essas reuniões deram origem a diversos documentos com viés preservacionistas.

É nesse contexto histórico, que surge a expressão patrimônio cultural, englobando uma infinidade de bens culturais:

Os bens culturais que herdamos do passado e vivenciamos no presente contribuem para a formação da identidade, na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, permitindo estabelecer elos entre o pertencimento, a história e as raízes. (Costa, 2002, p. 2).

Conforme Silva (2010), especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Essa noção, por sua vez, é mais ampla, abarcando não só a herança histórica, mas também a ecológica de uma região.

Santos (2008, p. 29), ressalta que “o Patrimônio surge, quando uma comunidade cultural dá forma a esses laços de ligação e pertinência, conferindo qualidade de representação aos bens tangíveis e intangíveis que escolhe valorizar”. Tais bens se tornam visíveis, segundo a autora, quando plasmados em danças, músicas, esculturas ou arquiteturas e em tantas outras formas criativas; eles podem, então, atestar que o Patrimônio significa redefinição e movimento constante.

Como afirma a historiadora Matha Abreu (2007, s/p.).

A eleição dos patrimônios de uma nação, materiais ou imateriais, é uma das operações políticas mais importantes para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. Registra e consolida o valor de certas manifestações, conferindo-lhes significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação. A definição de uma cultura nacional, historicamente construída, depende sempre dessas escolhas políticas.

Martha Abreu (2007) também destaca que o mundo da cultura é um campo conflituoso, e nos adverte que, mesmo que a discussão recente sobre patrimônio cultural seja democrática e transformadora, não se realiza sem conflitos e resistências.

A constituição do patrimônio histórico está sempre em processo, como nos adverte Londres (2011). Na verdade, nada garante a permanência e a imutabilidade de um bem, seja ele de natureza tangível ou intangível, se o compromisso de o preservar não for reiterado e renovado a cada geração.

Por isso, consideramos o patrimônio cultural como algo nem predeterminado, nem fechado. Devemos alargar esse conceito pois o mesmo se encontra em constante construção.

Por isso, a pesquisadora Martha Abreu, assinala a ampliação do termo patrimônio, ao afirmar:

Em qualquer hipótese teremos que lidar com a ideia de que um Patrimônio Histórico e Artístico de uma Nação não se faz apenas com igrejas, sítios urbanos antigos e prédios históricos. O tamanho do reaprendizado é grande, já que se rompe inteiramente com uma antiga noção de patrimônio – em grande medida naturalizada e interiorizada por todos nós– e se percebe que está em movimento uma nova concepção sobre o que deve,

ou não, ser valorizado e preservado como cultura e história nacionais (Abreu, 2007, s/p.).

1.2 As leis atuais no Brasil e a Constituição Federal de 1988

As leis atualmente em vigor no Brasil e a nossa atual Constituição Federal de 1988, consta o preceito de que é dever do Estado preservar o patrimônio cultural nacional. Essa questão foi introduzida na agenda internacional após a Segunda Guerra Mundial com a criação da UNESCO, que assumiu a missão de defender os bens culturais considerados patrimônios da humanidade.

Segundo Cecília Londres (2011, p. 160), a adesão da sociedade – vale dizer, dos diferentes grupos sociais que compõem as nações modernas – à prática da preservação de bens culturais tem sido considerada o grande desafio a ser enfrentado no século XXI.

Também devemos salientar, conforme Londres (2011), que as justificativas para as políticas atinentes ao patrimônio é o interesse público, e a ideia de uma “identidade nacional” que seria a referência que orientaria a ação governamental.

Esse trabalho tem como um de seus objetos demonstrar que a preservação do patrimônio não é de interesse privado às classes mais favorecidas ou a grupos de intelectuais, nem tem como efeito a mera proteção de bens culturais de excepcional valor, como afirmavam as primeiras convenções e leis patrimoniais. Mas todo bem cultural de importância a determinado grupo. Que tenha relação com a identidade, afetividade e memória das coletividades humanas.

Atualmente o conceito de patrimônio cultural foi muito ampliado, sobretudo, pelo Art. 216 da CF/88, além de contarmos com uma diversificação dos instrumentos de proteção, novos fatores sociais envolvidos, fizeram com que se expandisse a esfera de alcance dessas políticas patrimoniais para muito além das ações tradicionais de identificação e proteção do patrimônio cultural.

O artigo supracitado da Carta Magna afirma: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, as quais se incluem:

I – as formas de expressão;

- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

A Constituição Federal dá legitimidade ao Tombamento e a preservação dos bens culturais da nação. Além de definir o patrimônio cultural ela delega em seus artigos as responsabilidades do poder público e da comunidade frente à preservação deste patrimônio.

A Carta Magna, assim fornece amparo legal para a proteção do patrimônio cultural, mas a administração pública em âmbito estadual e local deve zelar através de seus órgãos fiscalizadores, como o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), no Rio de Janeiro, e as Secretarias municipais, pela preservação dos bens culturais.

O Decreto nº. 3551/2000 foi outra lei de grande importância a nível federal pois a mesma institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Enquanto os bens de natureza material são constituídos via Tombamento, conforme o Decreto Lei nº 25 de 1937, os bens intangíveis são pela via do Registro, conforme o decreto supracitado.

O decreto 3551 dispõe no parágrafo 1º, incisos de I ao IV, que os Registros precisam ser feitos em livros específicos, como o Livro de registro de Saberes - onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro de registro das Celebrações - onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do trabalho, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro de Registro das Formas de Expressão - onde serão inscritas manifestações musicais, literárias, plásticas, cênicas e lúdicas; ou o Livro de Registro dos Lugares - onde serão inscritos santuários, mercados, feiras, praças e demais espaços que se ajuntam e reproduzem práticas culturais da coletividade.

O Decreto ressalta as exigências para um bem imaterial alcançar o qualitativo de patrimônio nacional: primeiro é a sua “continuidade histórica”, a seguir, a

relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira.¹⁰

Martha Abreu (2007) sintetiza a importância do Decreto nº. 3551/2000, nestes termos:

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário. O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais.

Dentre os bens culturais intangíveis, já se encontram registrado a pintura do povo Wajãpi, o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o ofício das Baianas do Acarajé, a Viola de cocho e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Conforme Abreu (2007) “este último recebeu, em 2005, o título de ‘Obra-prima da Humanidade’. Também em 2005 o Jongo tornou-se Patrimônio Cultural Brasileiro”.

Na cidade de Cabo Frio - tema dessa Dissertação - temos como patrimônio imaterial a festa de aniversário da cidade, comemorada em 13 de novembro, a festividade da padroeira do município, Nossa Senhora de Assunção, comemorada em 15 de agosto, a festa do Divino Espírito Santo, mas a que mais tem se destacado, é a manifestação civil e religiosa do Tapete de Sal, no feriado nacional de Corpus Christi. Paroquianos e estudantes de escolas municipais, estaduais e privadas da cidade, na véspera do feriado, desenham em quadras separadas na Avenida Nossa Senhora da Assunção e tingem, de diversas cores, toneladas de sal grosso retirado das salinas da cidade. Aproximadamente 3 km da avenida principal do centro de Cabo Frio são decorados de maneira majestosa. Esse evento recebe há décadas milhares de visitantes, entre moradores e turistas.

¹⁰§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

1.3 Patrimônio de herança elitista até a sua apropriação pelas massas

Se existe algo indiscutível em relação ao Patrimônio histórico-cultural é a sua relação com a aristocracia e com a elite de um determinado povo ou cultura.

A classe dominante, quase sempre tem seu prestígio herdado, por isso gosta de preservar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmações elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos. (Lemos, 1987, p. 31).

No Brasil não era diferente do que ocorria no mundo: historicamente os patrimônios preservados pertenciam as classes dominantes, não aos dominados. Sempre se preservou a casa grande, quase nunca a senzala. Com o advento da Constituição e outras leis infraconstitucionais, sobretudo, por exemplo o Decreto nº 3551 de 2000, essa visão elitista dos bens culturais tem sido alterada, e está ocorrendo uma ampliação de novos atores sociais na seara do patrimônio cultural. Atores esses, que historicamente viveram à margem da perspectiva patrimonial.

Como resumiu Arrantes (1990, p. 4): “o patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o reelaboram de maneira simbólica”. Esses extratos são excluídos do poder e da preservação do patrimônio, como assevera Funari e Funari (2008, p. 13).

Os educadores devem levar a população a entender que a maior parte dos bens histórico-culturais, em geral preservados, significa elementos representativos de uma elite classista-intelectual dominante, associados a um passado brasileiro de preferências e exclusões. Para Chagas (2001), tais bens “são vestígios, marcos, sinais, signos e símbolos que afirmam e confirmam a ótica da dominação. Este é um fato praticamente impossível de ser ocultado”.

Por isso, nós como educadores devemos contribuir com a formação cidadã de nossos alunos, fazendo com que eles reconheçam o patrimônio de seu entorno, de sua família, seu bairro e da sua própria casa. Assim sendo, eles reconhecerão outras histórias e conceitos sobre o Patrimônio, que não seja o político e de heróis nacionais.

Isso é o que ressalta Fenelon (1989, p. 120):

Uma história que não seja apenas referente a feitos e obras dos grandes vultos e, por isso mesmo, uma história unicamente política. A predominância da história política vem dessa valorização, eu diria excessiva, dos acontecimentos, dos fatos, dos heróis, das pessoas que fizeram isso ou aquilo (...).

Com a inserção da Educação Patrimonial e História Local no currículo das disciplinas História, Geografia e Artes na rede municipal de ensino da cidade de Cabo Frio / RJ, acreditamos que podemos a partir dos docentes, mudar significativamente a maneira pela qual tem sido visto o seu rico patrimônio, assim sendo, os alunos poderão lançar um olhar crítico sobre os bens culturais e valorizar sua própria herança cultural.

No que tange aos alunos da Rede Municipal de Ensino, o conhecimento das novas abordagens sobre o patrimônio cultural do município seria de crucial importância, uma vez que em sua grande maioria integram as camadas mais pobres da comunidade, sendo-lhes negado o conhecimento de sua própria localidade.

A Constituição de 1988 trouxe alguns avanços concernentes à preservação do patrimônio nacional. Legando as classes populares o direito a preservação de seus bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. É o que expõe Mariani (1992, p. 2):

A Constituição salienta que são objeto de proteção do Governo brasileiro bens pertencentes a todos os segmentos sociais, sejam representativos das elites, sejam das camadas populares, sejam de grupos ou etnias como os imigrantes, a cultura indígena ou negra. Importa é que façam parte de nossa história e ajudem a identificar o que é o Brasil.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no capítulo IV, referente ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, nos remete ao processo educacional, devendo ser respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do meio social em que vivem a criança e o adolescente. É o que nos garante o Art. 58, ao afirmar que:

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. (BRASIL, 2014, p. 34)

Entende-se, dessa forma, que a legislação fornece amparo legal para proteção do patrimônio cultural, tanto da classe dominante, como das populações

historicamente dominadas, cabendo a nós, educadores, os sistemas de ensino e principalmente as administrações públicas regionais, zelar pela sua memória e conservação através da criação de órgãos de fiscalização.

Não cabe no século XXI o etnocentrismo, a exaltação de uma cultura e a diminuição de outra. Mas o multiculturalismo que exalta a diversidade de manifestações humanas e a igualdade entre as culturas distintas. Pois não existe cultura superior e inferior, somente formas culturais diferentes, cada qual com seu valor. Por isso, Freire (1984, p. 33) ressalta: “A cultura que pretenda sobrepor a outra está agindo com autoritarismo”. Portanto, um governo que priorize bens culturais de determinada classe social em detrimento de outra, está agindo de maneira autoritária e indo contra o principal motivo que leva uma comunidade a preservar um patrimônio, que é identificar-se com ele.

Valorizando-se as obras e construções das classes dominantes ou ideologia dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios. (Soares, p. 23).

1.4 Educação Patrimonial

De acordo com Grumberg (2007) “Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações”.

Educação Patrimonial é uma palavra proveniente do termo em inglês heritage education e nessa dissertação tomamos como premissa o conceito de Horta (1999, p. 6), que afirma:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e **do contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (grifo da autora).

Para Chagas, (2004, p. 144), nos últimos vinte anos, a expressão "educação patrimonial" consagrou-se no Brasil. E consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, de reflexão e ação.

Como Abreu (2007) afirma que o patrimônio é terreno de lutas políticas e conflitos, e Londres (2011) destaca o mesmo como lugar de processo. Por outro lado, Chagas (2004), salienta que “o campo da educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos, orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território”.

A educação patrimonial transformadora, conforme salienta Moraes (2005, p. 1-3) possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões.

O marco zero da Educação Patrimonial no Brasil, de acordo com Horta et tal (1999), foi em termos temporais, o ano de 1983; em termos espaciais, a Cidade de Petrópolis; em termos institucionais, o Museu Imperial. Por isso Chagas (2004, p. 143) nos informa que: “Assim, todas as práticas e reflexões anteriores a esse marco zero foram desautorizadas como práticas constituintes do campo da educação patrimonial”.

Mesmo reconhecendo que a esfera do patrimônio é um campo em conflito. Divergente em relação às políticas, metodologias e interpretações de especialistas da área em questão. Nós adotamos nesse trabalho e no Roteiro Histórico que desenvolvemos para o trabalho docente no município de Cabo Frio RJ, a metodologia baseada nas proposições da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta.

Conforme Horta; Grunberg; Monteiro (1999), a aplicação da metodologia da Educação Patrimonial alicerça-se em quatro etapas:

- observação: refere-se ao que está sendo visto. Nesta etapa, são feitas as perguntas ao objeto que está sendo analisado para que se obtenha o máximo de informações a seu respeito.;

- registro: neste momento, os alunos demonstram, de forma escrita, oral ou por meio de desenhos, o que descobriram de mais significativo a respeito do objeto por eles analisados.;

- exploração: consiste na análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão dentro do grande grupo, pesquisa em outras fontes, as dúvidas opiniões de cada um sobre o objeto.;

- apropriação: é o significado que ficou para cada pessoa do grupo a respeito do objeto, ou seja, o que cada um aprendeu sobre o objeto estudado.

Wenceslau; Oliveira (2008), destaca que a Educação Patrimonial, como metodologia, pretende envolver a comunidade escolar (professores e alunos) e ainda todos aqueles que têm uma relação de pertença com a cultura local, para que sejam perpetuadores do conhecimento e sirvam de objeto disseminador da identidade e da valorização do patrimônio nos futuros cidadãos.

A Educação Patrimonial exige e estimula a criatividade, a sensibilidade e o envolvimento dos alunos e da sociedade com seus bens culturais - material ou imaterial.

Joachim Hermann (1989, p. 36) advertiu que “uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência histórica”. Para Funari (2008, p.13), os monumentos históricos e os vestígios arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos fatores sociais para produzir significados, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica.

Segundo Cerqueira (2005), discorrer sobre educação patrimonial implica, destarte, falar nos seguintes fatores:

- o lugar da educação patrimonial na formação de cidadãos;
- o lugar pedagógico da educação patrimonial entre as atividades curriculares e extracurriculares.

A Educação Patrimonial é uma proposta metodológica que procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de preservação da memória coletiva e individual. É um instrumento-chave para a leitura do mundo. (Horta, 2000, p. 35).

Conforme Horta (2003, p. 6), trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade

pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em seus conceitos e conhecimentos.

Só após esta exploração direta dos fenômenos culturais, tomados como “pistas” ou “indícios” para a investigação, se recorrerá então as chamadas “fontes secundárias”, isto é, os livros e textos que poderão ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca a levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está a vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentem suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados. (Horta, 2003, p. 6-7)

A Educação Patrimonial associada ao ensino de História, Geografia e Artes terá a função mediadora no desenvolvimento da consciência histórica, operaria no processo de orientação histórica, como teorizado por Rüsen (2006). Assim, proporcionará aos alunos o conhecimento do seu passado histórico, e abrirá os seus horizontes para as primeiras noções de pertencimento, identidade, temporalidade, facilitando o seu entendimento e inserção no contexto histórico não só local como nacional. O conhecimento da história local e a educação patrimonial instrumentalizará o aluno para se reconhecer como cidadão atuante e com papel transformador da sociedade, e não mero espectador, despertando um maior interesse pelos bens culturais da coletividade.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural¹¹” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura de mundo que o cerca, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (Horta; Grunberg; Monteiro 2009, p. 6).

¹¹Conceito retirado do educador inglês Dan Baron (1994). Em "Alfabetização Cultural" há uma pedagogia em construção, que propõe as artes como meios essenciais de leitura de si próprio para nos reescrever coletivamente, isso sem que reproduzamos, inconscientemente, as histórias e relações autoritárias que nos formaram, para humanizar e democratizar nossos quartos, cozinhas, salas de aula, espaços de trabalho e lazer.

A proposta das autoras faz eco com o que propõe Paulo Freire em sua ideia de “empoderamento¹²”, de reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação.

Stenhanou (2002) assegura que, a partir do momento em que o ensino de História assumir a perspectiva da Educação Patrimonial, ele se constituirá como prática cidadã, contribuindo no processo de capacitar estudantes a realizar a leitura de mundo, reconhecer-se nele, identificar suas relações de pertencimento e perceber o quanto o presente possui influência do passado.

Por isso o IPHAN considera que:

“Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.”¹³

O modelo de ensino que se deseja e se desenha é interativo; consiste em uma relação entre professores e alunos, e entre estes e o mundo, com todas as suas possibilidades de descoberta. De um isolamento relativo, passamos, pois, a um cenário em que professor e alunos são pontos de um grande e intenso diálogo.

A Educação Patrimonial poder ser entendida como materialização desse diálogo. Ela insere professores, alunos e bens culturais em uma mesma conversa cultural. Ela é interativa e interdisciplinar resistindo à compartimentalização do conhecimento e o diálogo nos diferentes campos do saber. Por conta disso, a Educação Patrimonial ganha espaço e tem se multiplicado no Brasil através de projetos e trabalhos de educadores e órgãos especializados como o IPHAN:

O trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo

¹² Paulo Freire pouco utilizou a expressão empoderamento ou *empowerment*, embora não descartasse sua utilidade. Freire aponta que mesmo sendo o *empowerment* individual ou o *empowerment* de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não é suficiente no que diz respeito a transformação da sociedade como um todo é um processo absolutamente necessário para o desenvolvimento da transformação social. Portanto, “a percepção crítica desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, seu interesse na realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si só, suficientes” (Roso & Romanini 2010, p. 86 apud Freire & Shor, 1986, p. 71).

¹³Citado do programa de Educação Patrimonial do Mais Educação. Acessado em 1/3/2016, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192

processo de criação cultural. A metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural (ITAQUI, 1998, p. 20).

Já Horta; Grunberg; Monteiro (1999, p. 6), afirmam que:

O trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta et al., 1999, p. 6).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96 prevê no artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, identifica os contextos culturais dos indivíduos como importante espaço de formação cidadã.

O uso da Educação Patrimonial por educadores dentro e fora da sala de aula tem a preocupação em fazer com que a história da comunidade, sua memória, suas lembranças, estejam conectadas de forma mais ampla ao dia-a-dia das escolas e às atividades escolares.

1.5 Patrimônio e Memória

No momento atual temos a necessidade de preservar a memória coletiva da localidade que estamos inseridos. Esse esforço de preservação é notório em muitas áreas das ciências humanas, órgãos governamentais como o IPHAN, e algumas políticas públicas.

A memória conforme Ledur (2012, p. 16) “é uma das garantias da nossa identidade cultural, e, por esse motivo, devemos estar centrados em um trabalho permanente voltado para a educação como reconhecedor do patrimônio cultural”. Um dos caminhos que nos permite a apropriação desses conhecimentos é o processo educacional.

A melhor forma de preservação da memória é lembra-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a

preservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p. 25).

A escola é o local privilegiado para trabalharmos conceitos de Identidade, Memória, Temporalidade, Patrimônio Cultural e Cidadania. Esses temas quase sempre são negligenciados, porém são de suma importância, até porque a Educação Patrimonial é indissociada da memória.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollack, 1992, p. 5).

No que se concerne à questão da memória, Pierre Nora é um autor imprescindível, pois ele cunhou o termo “lugares de memória”. Logo que percebeu uma mudança no regime de memória, da “história-memória” para entrar numa “história-patrimônio”, conforme assinalou Hartog (2006).

Consoante Hartog (2006, p. 266) nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e a memória, que operam um e outro como vetores de identidade.

Os lugares de memória, para Nora, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, desde um monumento fantástico aos símbolos:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (Nora, 1993, p. 21-22)

Porém não podemos nos enganar e pensar que tudo é um lugar de memória. Para ser lugar de memória tem que haver no objeto, símbolo, personagem, museu, pintura e etc., uma “vontade de memória”, ou seja, deve possuir uma intenção memorialística que garanta sua perpetuação e identidade. Esses lugares de memória são organizações inconscientes da memória coletiva que nos cabe tornar

conscientes. São tudo aquilo que tem o poder de eternizar-se no tempo. Mesmo não pertencendo ao presente, mas ao passado. Segundo Nora (1993), esses lugares transmitem ritos para uma sociedade desritualizada.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...)" (Nora, 1993, p. 13).

Portanto, cabe aqui salientar, que os lugares de memória são lugares materiais ou imateriais, que nos fazem lembrar, rememorar o passado, trazendo consigo um sentimento de identidade e pertencimento.

Conforme Edgar Decca (1992, p. 58), a criação de novos lugares de memória objetiva o preenchimento deliberado de vazios deixados pela destruição da memória espontânea, gerada e transmitida por meio de compartilhamento de vivências.

De acordo com Pesavento (1993), a criação de uma identidade, através de um passado histórico, tem como base a questão da memória que seleciona, inventa, cria, manipula, recorta o passado segundo interesse de um grupo ou pessoa.

Deve-se destacar que conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1999), a História disciplina tem profunda relação com a Memória, tendo como compromisso possibilitar que as gerações atuais não esqueçam seu passado histórico e de suas origens, o que compromete a construção das identidades individuais e coletivas.

O trabalho de preservação da memória é por demais significativo, pois além de permitir a inserção dos sujeitos no processo histórico, é um instrumento de valorização e fortalecimento da cidadania.

CAPÍTULO SEGUNDO

HISTÓRIA LOCAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO SISTEMA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE CABO FRIO

2.1 Dialogando com Professores de História, Geografia e Artes

Desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo foi conhecer a visão dos professores da Rede Municipal de ensino de Cabo Frio RJ, acerca do Patrimônio cultural local e da eficácia da inserção da Educação Patrimonial e da História Regional na prática docente.

Côncio de que a participação dos professores pode constituir-se num caminho eficaz para a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial do município. O objetivo com a pesquisa com os docentes foi: (a) Investigar a percepção dos professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio na Rede Municipal em relação ao patrimônio cultural, ambiental e imaterial; (b) Demonstrar as principais carências que os docentes apontam em relação a Educação Patrimonial; (c) Propor linhas de ação no campo da História Local e da Educação Patrimonial, tendendo torná-las mais presentes, eficazes e efetivas no cotidiano da Unidade Escolar e das práticas pedagógicas.

A investigação foi desenvolvida com docentes da Rede Municipal das disciplinas História, Geografia e Artes, pois julgamos ser essas as disciplinas mais propícias a desenvolver trabalhos com os monumentos históricos, ambientais e estéticos que são predominantes na cidade. Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos de pesquisa. Um questionário de pesquisa qualitativo. Contendo questões fechadas e abertas. O mesmo foi enviado a trinta professores, sendo dezesseis de História, oito de Geografia e seis de Artes. Desse total, obtivemos respostas efetivas de dezesseis professores. O segundo instrumento utilizado foi a entrevista, que incluiu a então Secretária de Educação do município, três Diretores de Unidades Escolares, um Secretário Escolar, além de seis docentes de História, dois de Geografia e um de Artes.

2.2 História Local e Educação Patrimonial no currículo do Ensino Fundamental I e II e no Ensino Médio da Rede Municipal de Cabo Frio

O currículo mínimo do Sistema Municipal de Ensino do Município de Cabo Frio só trata da história local no 1º segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano¹⁴), possuindo uma apostila¹⁵ bem simples, concisa e generalizada, produzida pela professora Roseli Vidal de Oliveira, (que era utilizada na gestão do outrora prefeito, Marquinhos Mendes, que governou o município de 2005-2012). Não possuindo livros didáticos e material paradidático para docentes e alunos desse segmento que trate da História, da Geografia e do Meio Ambiente da cidade.

Não se esquecendo que, no primeiro segmento do Ensino Fundamental alguns professores têm formação acadêmica em Pedagogia, porém, uma grande parte desses docentes não apresenta qualquer formação superior, sendo formados na modalidade normal, em nível médio, tendo uma formação polivalente que contempla todo componente curricular, sem formação específica em nenhuma área do conhecimento. Por conta dessa formação precária, na área de História, dificilmente ocorrerá uma significativa aprendizagem de história local nesse segmento de ensino.

Porém, mesmo estando no currículo do Ensino Fundamental I, a história e geografia local, esse segmento não contempla a Educação Patrimonial, mesmo quando se remete ao patrimônio cultural da cidade, o faz de maneira concisa e sem levar os alunos a conhecerem os monumentos históricos. Os monumentos são apresentados nesse material tão somente de maneira ilustrativa.

No segundo segmento do Ensino Fundamental, na disciplina História, no 6º ano, o currículo mínimo, ao tratar da Pré-história, mas especificamente sobre Sambaquis, é sugerido ao professor trabalhar a temática: “O homem sambaquiano de Cabo Frio”,¹⁶ pois o município possui inúmeros sítios arqueológicos (Sambaquis) espelhados pela cidade.

¹⁴Especificamente do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

¹⁵ OLIVEIRA, Roseli Vidal de. O município de Cabo Frio. Ensino Fundamental 3º ao 5º ano. 2006 - 2012.

¹⁶ Com base no currículo mínimo do município, gentilmente me cedido pela SEME. Vale ressaltar, que o currículo mínimo proposto além de não ser conhecido pelos docentes do município e diretores entrevistados, também não dialoga com os livros didáticos recebidos do MEC, que normalmente trabalham com a História Geral não local. Portanto, a sugestão da SEME em trabalhar o “Homem Sambaquiano de Cabo Frio” não tem a mínima efetividade, além de não haver material didático com essa ou quaisquer outras temáticas de História Local, nesse segmento de ensino.

Todavia, não é oferecido quaisquer materiais didáticos tratando dos Sambaquis do município. Tão somente, livros didáticos enviados pelo MEC, que abordam a História Geral e do Brasil, de modo generalizante, não contendo nenhuma referência a história local.

Sendo assim, a inserção, ou até mesmo a sugestão de se trabalhar no currículo do 6º ano do Ensino Fundamental, a História Local, além de ser com um único tópico, não tem nenhuma eficácia, e os professores entrevistados deixaram claro que não trabalham com o que lhes são sugeridos, por não disporem de material didático e formação necessária.

No sétimo, oitavo e nono ano do Ensino Fundamental não existe nenhuma alusão à história de Cabo Frio e região. Não há sequer qualquer referência no currículo mínimo, tanto de História, como também, de Geografia e Artes, disciplinas pensadas para esse trabalho, de História Local e Educação Patrimonial.

A história pré-colonial e colonial do município que acabou de completar 400 anos (1615-2015), quinta cidade mais antiga do Brasil, conforme Oliveira (2013, p. 94), não recebeu o devido reconhecimento, foi negligenciada do currículo do Ensino Fundamental II. Mesmo no 7º ano, na disciplina História, onde são trabalhados esses tópicos nos diferentes currículos e manuais didáticos¹⁷, não há referência a história colonial da cidade de Cabo Frio.

No Ensino Médio, a situação ainda é pior. Não existe um currículo mínimo do município para nenhuma disciplina, muito menos qualquer proposta para sua feitura. Após seguidas visitas à Secretária Municipal de Educação (SEME), e entrevista, inclusive com a antiga secretária¹⁸, fomos informados que o município nesse segmento, segue o currículo mínimo da Rede Estadual de Ensino. Sendo assim, a história local, a cultura, memória e o patrimônio da cidade não são estudados, portanto, não podem ser reconhecidos e valorizados pelos estudantes.

No Colégio Municipal Rui Barbosa, única escola totalmente de ensino médio, os conteúdos disciplinares ficam a cargo da coordenação da área humana¹⁹ da

¹⁷ Em todos os manuais didáticos enviados pelo MEC para as escolas públicas, na disciplina História, no 7º ano, está inserida a temática das Grandes Navegações, Colonização Portuguesa e Espanhola e o estudo de diferentes povos ameríndios, como: Maias, Incas, Astecas e Tupis, conforme a coleção de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD, Ensino Fundamental, PNLD 2017. Mesmo em manuais didáticos de escolas privadas, como da rede Cenecista de Ensino e do Sistema Positivo de Ensino, trabalham os mesmos temas no 7º ano das escolas públicas.

¹⁸ Entrevista concedida em fevereiro de 2015, em visita a SEME.

¹⁹ No Colégio Municipal Rui Barbosa, única totalmente de Ensino Médio, a coordenação da Área Humana é composta pelas disciplinas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Unidade Escolar, cabendo ao coordenador da disciplina e os professores, em comum acordo, decidirem o que irão lecionar a cada trimestre.

Fernandes (2014) assevera que:

O ponto de partida para o conhecimento e divulgação da História de Cabo Frio, começa pelas escolas, pois a Lei Municipal obriga o ensino de História e Geografia de Cabo Frio²⁰. No entanto, os professores não encontram recursos como material didático e pedagógico para desempenhar este papel.

E os docentes ficam de mãos atadas, pois além de não possuírem material, não existe qualquer perspectiva de confecção do mesmo, assim como não existe nenhuma formação sobre história local, patrimônio material e imaterial, e muito menos de Educação Patrimonial disponíveis aos professores da rede.

Nas entrevistas com os docentes de História, Geografia e Artes, os docentes são unânimes em relatar o fato de não possuírem materiais e nem quaisquer incentivos por parte da SEME, da direção das escolas e do poder público local para trabalharem a História do município.

A professora de História, recém-formada (em 2015), após ser questionada se sentiria dificuldade em abordar a História Local e o Patrimônio Cultural do município em suas aulas, a mesma respondeu:

“Se eu tiver que trabalhar com Patrimônio Cultural, não terei base nenhuma para tal”. (PH 1, 2015)²¹.

Outro entrevistado, docente da área de História afirmou:

“Não, não tenho como lecionar, como disse a Universidade poderia ter oferecido cursos que direcionavam para esse tema”. (PH 2, 2015).

O que chamou atenção na pesquisa foi que todos os professores de História que responderam o questionário, disseram, sem exceção, que sua formação em história regional foi insatisfatória ou não ocorreu. E para nossa surpresa, o docente 1 de Geografia, afirmou ter tido uma sólida formação em história regional/local, ao ser perguntado: “Você considera que a sua formação na área de História Local, durante a graduação, foi satisfatória? Por quê?”. Ele respondeu:

“Sim, pois houve uma ampliação do conhecimento histórico e regional. Dessa forma haverá maiores informações para a comunidade escolar”. (PG 1, 2016)²².

²⁰ A obrigatoriedade está no Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano.

²¹ PH sigla que identifica os Professores de História. Optamos em não revelar os nomes dos entrevistados e dos respondes dos questionários enviados.

Já o professor 2, entrevistado, também de Geografia, assim se reportou a esse fato:

“Creio que sim, afinal, tive diversas disciplinas que versaram sobre a Geografia e a História da cidade do Rio de Janeiro”. (PG 2, 2016).

Ou seja, mesmo não sendo objeto dessa pesquisa, ficou claro, que no que tange a História Local, os professores de Geografia tiveram uma formação muito mais sólida e eficaz do que os docentes de História. Os professores de Artes que responderam o questionário, também disseram que sua formação acadêmica não abrangeu a História Regional; e que sua formação só tratava de História da Arte ou de localidades onde havia se destacado um determinado saber artístico, como as cidades mineiras e sua arte barroca, por exemplo, mas absolutamente nada sobre história do Rio de Janeiro e de Cabo Frio.

A precariedade da formação docente, no que diz respeito à história local e a temática do patrimônio cultural assinalada por todos os professores de História entrevistados, mostrando que a ineficácia da formação acadêmica não está restrita as Universidades Privadas²³, apesar da maioria absoluta dos questionados terem sua formação em instituições particulares, mas também, houve entre os indagados graduados em Universidades Públicas, a única exigência foi que os mesmos fossem professores da rede municipal de Cabo Frio RJ.

A docente 3 de História, ressalta que numa tentativa de abordar a história local, percebeu nos seus alunos (do Ensino Médio) *“falta de interesse nessa temática, pois para os mesmos só interessava os tópicos pedidos no ENEM e nos poucos vestibulares hoje existentes”*. (PH 3, 2015).

A fala da educadora acima é facilmente referendada por aqueles que trabalham com o Ensino Médio, nesse segmento a formação está voltada muito mais para o mercado de trabalho e para a entrada dos alunos nas universidades do que para uma formação cidadã. O apelo mercadológico fala mais alto nesse segmento de ensino.

²² PG sigla que identifica os docentes de Geografia.

²³Dos 12 professores de História que responderam ao questionário ou foram entrevistados, somente um docente teve sua graduação em Universidade Pública (UFRJ), os outros 11 tiveram sua formação em Universidade Privada, sendo 9 formados na Universidade Veiga de Almeida e dois na Universidade Estácio de Sá, ambas as Universidades estão situadas na cidade de Cabo Frio. Os 4 professores de Geografia que responderam o questionário, 3 são graduados em Universidade Privada, todos na FERLAGOS (Faculdade privada situada no município de Cabo Frio) e um na UERJ. Os dois professores de Artes foram graduados em Universidades Privadas, um na Estácio de Sá e a outra na FAFIC de Campos dos Goytacazes.

A historiadora e pesquisadora sobre Ensino de História, Flávia Eloisa Caimi, assevera que no que se refere a História Local no Ensino Fundamental e Médio:

Eventualmente, temas da história local/regional aparecem nas séries finais do ensino fundamental, isso quando são expressivos no contexto da história nacional, como por exemplo, Canudos, Contestado, Guerra dos Farrapos, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, dentre outros. E no ensino médio, apenas no caso de a escola fazer a opção por estudos regionais, haja vista a tendência de organizar os programas de história de acordo com as necessidades de preparação para o vestibular, prescindindo, assim, da história local/regional. (Caimi, 2010, p. 70)

Os professores também ressaltam o que foi verificado na pesquisa realizada na SEME e no Currículo Mínimo do município, que é a não abordagem da história regional e do patrimônio cultural nos livros didáticos, que os mesmos trabalham na Rede Municipal. O docente 4 de História, assim relatou esse fato:

“Os livros didáticos que eu já trabalhei, e foram inúmeros, de várias editoras e autores, não contemplam a história regional, talvez porque os mesmos são distribuídos para regiões diversas do Brasil, impedindo assim, um enfoque regional mais eficaz. Creio que a única referência ao patrimônio histórico brasileiro, seja as cidades do ciclo do ouro mineiras”. (PH 4, 2016).

A fala do último docente é muito pertinente, porém, deve-se ressaltar, que mesmo os livros didáticos que utilizam imagens das cidades históricas mineiras, o fazem muito mais como mera ilustração do que com uma reflexão crítica e problematizada do patrimônio cultural, e no que se concerne ao patrimônio imaterial a sua utilização nas obras didáticas são em menor número que os bens materiais.

O docente 9 de História, ao ser questionado sobre o Patrimônio Intangível do município, sobre “Qual expressão do Patrimônio Imaterial você considerava mais significativo para a cidade de Cabo Frio? Por quê?”. Ele respondeu:

“Hoje a que ainda recebe uma atenção especial é a festa da padroeira ‘Nossa Senhora da Assunção’. Não que seja a mais importante, mas foi uma das poucas que sobreviveram com o tempo. Muito da cultura imaterial foi aos poucos sendo transformado, ou, deixado de lado, por conta do ‘desenvolvimento’ socioeconômico voltado para o turismo”. (PH 9, 2016).

A fala do professor acima sintetiza o que de fato ocorreu com o Patrimônio Intangível da cidade. Sobraram poucas festas, como a supracitada, bem como o aniversário da cidade, em 13 de novembro, muito mais pelas atrações musicais de renome nacional, que pelo próprio significado do evento para a localidade.

Existe uma negligência explícita aos bens culturais do município e predominância do patrimônio ambiental, mas os bens intangíveis são ainda mais negligenciados que os tangíveis.

2.3 Os Diretores de Escolas Públicas Municipais

Os diretores²⁴ das duas escolas públicas pesquisadas²⁵, também corroboraram as falas dos docentes, no que corresponde a ineficácia de uma política educacional do município em relação à História Local e ao Patrimônio Cultural da cidade.

O diretor, que também é historiador, da Escola Municipal Professora Marcia Francesconi Pereira (escola 2), de Ensino Fundamental, disse *“desconhecer qualquer proposta educacional do governo municipal em relação a preservação da memória local”* e *“que políticas públicas no sentido de preservar o patrimônio cultural, não parece ser uma preocupação do atual governo”*. (D 3, 2016).

O mesmo, ainda salientou como registro, *“uma iniciativa isolada por ocasião dos 500 anos da chegada de Américo Vespúcio (2003), e do consequente estabelecimento de sua feitoria (1503-1512), com a Casa dos 500 anos”*²⁶. (D 3, 2016).

Ainda, o diretor ressaltou que não há qualquer interação entre a SEME e o município com uma política de preservação do Patrimônio Cultural.

Tanto o diretor da escola 2, como os diretores entrevistados da escola 1 (Colégio Municipal Rui Barbosa), disseram não ter conhecimento de nenhuma interação da SEME com políticas estaduais e federais de preservação do Patrimônio Cultural de Cabo Frio. Falaram também, desconhecer as orientações metodológicas ('se é que existe!' – disseram), que a SEME supostamente adota para valorizar tanto a História Local como o Patrimônio Cultural.

²⁴ A entrevista com os diretores ocorreu entre abril e maio de 2016, na própria Unidade Escolar dirigida pelos mesmos. Nos foi permitida a divulgação de seus nomes, porém, preferimos não os utilizar nesta Dissertação. Optamos sim em divulgar os nomes das escolas dirigidas por eles.

²⁵ Equipe diretiva do Colégio Municipal Rui Barbosa, localizado no centro da cidade, totalmente do Ensino Médio. E a Escola Municipal Márcia Francesconi, escola de Ensino Fundamental II, bairro adjacente ao centro da cidade, com mais de mil alunos.

²⁶ A Casa do 500 anos de História de Cabo Frio, citada pelo diretor, foi uma iniciativa do governo do então prefeito, Marcos da Rocha Mendes, em comemorar os 500 anos da primeira feitoria ibérica na América, essa Casa comemorativa, com inúmeros marcos históricos, fica no Bairro Portinho, adjacente ao centro da cidade, a mesma se encontra fechada desde 2005.

Em relação ao material didático utilizado, se os mesmos fazem referência a história da localidade e aos bens culturais, os três diretores entrevistados disseram não existir, tanto no Ensino Fundamental II, como no Ensino Médio. O diretor da escola 2, afirmou de maneira categórica, em entrevista, *“No segundo segmento não há”*. (D 3, 2016).

2.4 História local e Educação Patrimonial no PPP das Unidades Escolares

Os diretores entrevistados também sinalizaram que no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares que os mesmos dirigem, não há nenhuma referência ao trabalho docente com a História Regional, o que eles reconheceram ser um erro. Porém, em relação à Educação Patrimonial, os mesmos acharam interessante e pertinente, mas não conheciam a Metodologia de Educação Patrimonial.

Cabe ressaltar, que o PPP das escolas analisadas tem como prioridade uma educação cidadã, crítica, plural e contrária a prática da “educação bancária”²⁷. Na escola 1 a comunidade escolar: profissionais da escola, pais e alunos participam da elaboração do Projeto Político Pedagógico do colégio, assim como da eleição dos diretores (1 geral e dois adjuntos) que acontece de dois em dois anos.

Ao ser questionado se “O PPP da Unidade Escolar aborda questões atinentes ao Patrimônio Cultural e História Local?” O Secretário Escolar²⁸ do Colégio Municipal Rui Barbosa, assim respondeu:

“Não. O PPP contempla questões que visam dar suporte a equipe e a comunidade e respaldo político, porém não vejo nada neste sentido. O PPP do colégio não trata deste assunto, mas seria de suma importância uma vez que nós educadores visamos formar cidadãos conscientes sobre o espaço em que vivem”. (S 2, 2016).

O diretor adjunto (D 2, 2016) do Colégio Municipal Rui Barbosa, disse não conhecer o PPP da Unidade Escolar, o que causou surpresa, e pediu que entrevistássemos a Coordenadora Pedagógica da unidade de ensino, que segundo ele, era a responsável pelo documento.

²⁷ Termo utilizado no PPP da escola 1, querendo sinalizar que o colégio possui uma educação crítica.

²⁸ A escolha do secretário escolar do Colégio Municipal Rui Barbosa se deu por ele ser formado em História e por ser um exímio conhecedor do PPP da unidade escolar.

Já o outro diretor adjunto (D 1, 2016) da mesma unidade de ensino, mostrou conhecimento do documento, e ressaltou o processo democrático da confecção do mesmo. Mas sinalizou a não existência no PPP da unidade escolar, tanto da História Local como da Educação Patrimonial.

2.5 Análise da Entrevista com a Secretária de Educação

Em fevereiro de 2015, foi realizada uma entrevista com a então Secretária de Educação, da Rede municipal de ensino de Cabo Frio. A entrevista foi semiestruturada, pois utilizamos questionário pré-estabelecido, além de outras questões formuladas durante a entrevista.

Dentre os resultados que serão apontados na análise da entrevista, constatou-se a “desculpa” da crise econômica que perpassa o município por conta da queda da arrecadação dos Royalties de petróleo, como empecilho principal para a falta de investimento por parte do poder público. Inúmeras vezes essa fala foi utilizada para justificar o caos administrativo que tomou conta do município nesses últimos três anos, tendo reflexos marcantes na educação e sucessivas greves e paralisações que duraram meses.²⁹ A “crise” é o motivo segundo a Secretária, da falta de políticas sobre o patrimônio, da falta de capacitação dos profissionais da educação e da falta de estrutura administrativa e atrasos salariais.

“A crise que está passando o Estado do Rio de Janeiro e os municípios por conta da baixa arrecadação dos Royalties e da queda da arrecadação de impostos municipais é o que travou a SEME de promover políticas educacionais de qualidade, foi a crise a responsável até mesmo pelos atrasos salariais que tem ocorrido no município. Infelizmente, nesse cenário não temos muito a fazer com recursos escassos.” (S 1, 2015)³⁰.

Porém, mesmo com a desculpa da crise, constatou-se que a Secretaria de Educação do município de Cabo Frio, não utiliza o patrimônio cultural da localidade

²⁹Os professores e demais profissionais da educação fizeram inúmeras paralisações no ano de 2014 e principalmente em 2015, assim como funcionários da saúde e da CONSERCAF, empresa responsável pela limpeza pública do município, até que em 8 de dezembro de 2015, os profissionais da educação entraram em greve, só retornando em 6 de abril de 2016. Mesmo assim, foram feitas outras inúmeras paralisações e protestos contra o governo municipal. Até o retorno da greve, a educação municipal, assim como toda a estrutura governamental está caótica. Por conta disso, a educação e demais serviços públicos estão em quase estado de calamidade pública.

³⁰ S1 é a sigla utilizada para identificar a Secretária de Educação do município de Cabo Frio.

como recurso didático em suas atividades pedagógicas constantes. Cabe ressaltar, que a Educação Patrimonial, deve ser algo contínuo e sistemático. Mas isso não ocorre na Rede Municipal de ensino.

Mesmo a entrevistada sempre se mostrando interessada na temática Educação Patrimonial e principalmente na abordagem da História Local, (talvez porque a entrevista foi feita no ano do quarto centenário da cidade).³¹ Ficou evidenciado que a autoridade municipal desconhecia a metodologia de Educação Patrimonial. Assim como desconsiderava essa prática como atividade comum. Esse tema pareceu bastante incipiente para a entrevistada.

Ao ser questionada sobre as ações da SEME no que se refere a preservação da memória e patrimônio cultural da cidade, a Secretária disse que a SEME está empenhada na promoção da memória e do patrimônio cultural do município, assim como os diretores das unidades escolares³². Ela também ressaltou as atividades para comemorar os 400 anos do município como cidade estabelecida.

Quanto ao investimento da SEME a respeito de cursos de capacitação dos professores, materiais didáticos e projetos de valorização e divulgação do patrimônio da municipalidade e da História Local, a mesma disse que a prefeitura tem feito cursos de capacitação em várias áreas³³ para os docentes da rede, possui material didático para o Ensino Fundamental I, sobre a História e Geografia de Cabo Frio.

Sobre material para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, a secretária disse não existir, porém a SEME tem incentivado a direção das escolas para que professores procurem buscar em pesquisas esse material e também informações para que os mesmos possam desenvolver um bom trabalho.

A entrevistada também sinalizou que as políticas públicas e o investimento por parte do governo municipal, estadual e federal são fundamentais para uma boa gestão do patrimônio. Pois segundo ela:

“A parceria entre os entes governamentais é fundamental para a promoção de uma política de preservação do patrimônio histórico do município, principalmente da parceria de órgãos como o IPHAN, INEPAC e INEA”. (S 1, 2015)

³¹ Em treze de novembro de 2015, a cidade comemorou 400 anos.

³² Os diretores entrevistados disseram desconhecer qualquer trabalho da SEME para preservação da memória e patrimônio cultural do município. Assim como, não recebem nenhum incentivo da mesma.

³³ Nenhum curso ocorreu no ano de 2016. Eu havia agendado um curso sobre patrimônio histórico junto a SEME para março de 2016 e o mesmo não aconteceu porque a greve só terminou em abril. Foi reagendado para junho, porém também foi cancelado por conta de inúmeras paralisações e volta da greve, assim como, por alegação de falta de recursos e inviabilidade dos cursos que outrora ocorriam.

Não podemos deixar de sinalizar que o termo patrimônio cultural foi utilizado pela entrevistada como sinônimo de monumentos históricos, somente. Foi visto como bens materiais, não abarcando os bens imateriais.

A entrevistada mostrou muito interesse com a história local. E com uma possível promoção de um turismo histórico como alternativo ao turismo de praia que ocorre há décadas na cidade, ela afirmou:

“Um município que possui 400 anos de história deve promover melhor essa história. Quem sabe um dia, consigamos atrair turistas pela nossa história. Mas infelizmente, com recursos cada dia mais escassos, deixamos de promover práticas educacionais no sentido de valorização da história do município. E passamos a nos preocupar com a folha salarial, merenda escolar e inúmeros problemas burocráticos”. (S 1, 2015)

Os dados coletados na entrevista constataram que há interesse por parte da entrevistada em Educação Patrimonial e principalmente na promoção da História Local.

Todavia, o descaso que se encontra a educação municipal e não havendo nenhuma política para promoção das duas temáticas, permite-nos questionar esse aparente interesse. Fora o fato da cidade ser a quinta mais antiga do Brasil e com inúmeros monumentos espalhados ao redor do centro da cidade, e, inclusive na zona rural. Pois os dados coletados reforçam a ideia de falta de interesse por parte dos gestores municipais em relação as questões atinentes a História Local e aos bens culturais.

2.6 Percepção a respeito do Patrimônio Cultural de Cabo Frio e incorporação deste conhecimento à Prática de Ensino

Gazzolá (2009, p. 1447), diz-nos que “o processo educativo é dependente de inúmeros fatores, mas a ação do educador é sem dúvida, um dos mais importantes”. Normalmente os livros didáticos não inserem a temática da História Local e da Educação Patrimonial em seus tópicos. O professor ao planejar suas aulas pode inserir esses temas com viés cultural e histórico que envolvam o entorno da Unidade Escolar, podendo-se trabalhar o patrimônio material e imaterial, os monumentos históricos, estéticos e ambientais.

Por conta disso, é imprescindível conhecer a visão dos educadores, sobretudo das disciplinas elencadas nesse trabalho, sobre o patrimônio cultural da localidade. De outra forma, torna-se impossível um trabalho eficaz.

Querendo identificar o conhecimento dos professores sobre os monumentos históricos da cidade de Cabo Frio, perguntamos por meio de entrevista, qual monumento histórico mais se destacava no cenário local e se os docentes costumavam abordá-lo em suas aulas. O Forte São Matheus, fortificação do início do século XVII, cartão postal mais conhecido do município, foi o monumento que os docentes declararam ser o mais importante.

Também foram questionados sobre os personagens que mais se destacaram na história da cidade de Cabo Frio. Dos personagens da história da municipalidade, com importância histórica e cultural, os docentes disseram ser o fotógrafo Wolney Teixeira e o primeiro romancista brasileiro, o cabo-friense do século XIX, Teixeira e Souza.

Ao serem perguntados sobre o evento histórico mais marcante para a história regional, a maioria dos professores respondeu ser a instalação da Fortaleza Feitoria do navegador Américo Vespúcio (1503-1512).

Os docentes disseram que o principal autor / narrador da história local é o historiador Márcio Werneck³⁴ e os memorialistas Meri Damasceno³⁵ e Hilton Massa³⁶. Esses autores escreveram inúmeros livros sobre a cidade de Cabo Frio, causos e personagens. Cabe sinalizar que as obras desses autores, ou grande parte delas, não estão acessíveis aos leitores, principalmente as do historiador Márcio Werneck, por conta da pouca tiragem de seus exemplares e por terem sido feitos em períodos anteriores ao advento da internet.

O livro sobre o município mais citado pelos docentes entrevistados, foi: “Cabo Frio Histórico e Político” do memorialista Hilton Massa. A escolha dos principais

³⁴A escolha desse autor pela maioria dos entrevistados faz justiça a todo o empenho que o pesquisador Márcio Werneck fez em vida pela cidade. Escreveu quase uma centena de publicações, entre textos acadêmicos, legais, artigos e livros. Infelizmente a maioria absoluta de seus escritos não se encontram mais disponíveis. A sua filha Maria Werneck tem feito esforços em republicar alguns de seus textos.

³⁵ A escolha dessa autora pelos entrevistados causou-nos surpresa, pois julgávamos que seus escritos não fossem tão conhecidos. Como também foi surpreendente, que nenhum dos entrevistados tenham citado o memorialista Abel Beranger e seu livro “Dados Históricos da Cidade de Cabo Frio”, publicação muito divulgada na cidade, pois recebeu na época de seu lançamento (1989) imenso apoio financeiro e emissão da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

³⁶ Hilton Massa foi um memorialista apaixonado por Cabo Frio, escreveu alguns livros sobre a cidade, além de possuir o maior arquivo documental sobre a história do município. Hoje esse arquivo está em poder de seus herdeiros.

autores e livros sobre a história local demonstra a importância que os historiadores diletantes (não profissionais) têm para o município.

Sobre o patrimônio imaterial local, a mais reconhecida das manifestações foi o famoso tapete de sal do feriado de Corpus Christi, com 3 quilômetros de extensão no coração da cidade, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. Outra manifestação intangível citada foi a festa de aniversário da cidade, comemorada em 13 de novembro, data da fundação da cidade por Constantino Menelau, que ocorreu no ano de 1615.

Nesta data, realiza-se tradicionalmente, desfiles cívico-escolares, shows e apresentações de artistas locais e conhecidos nacionalmente, assim como, exposições de artes e artesanatos.

Também citaram a festa de Nossa Senhora da Assunção, padroeira da cidade. Essa festa dura 15 dias, mas no dia 15 de agosto, dia da padroeira, a imagem da Santa é carregada pelos fiéis pelas ruas centrais da cidade. Depois da procissão é realizada uma missa em frente à Igreja Matriz, na Praça Porto Rocha, e encerrada a missa, dá-se início à festa, com cantores católicos e artistas nacionais.

Outra manifestação intangível recordada com certo saudosismo pelos professores entrevistados, foram as “falecidas³⁷” festas caipiras: junina, julina e agostina, muito comuns até o final dos anos 90 do século passado. Festas estas que levavam milhares de pessoas às ruas para assistirem shows, apresentações de quadrilhas e se deliciarem, com comidas e bebidas típicas.

2.7 O Ensino de História

O ensino de História proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental se organiza à partir da ideia de “que conhecer as histórias de

³⁷ As festas juninas, julinas, agostinas e até setembrinas eram muito comuns até o início da década de 1990, levando consigo milhares de pessoas as ruas. No final dessa mesma década, as festas tornaram-se cada vez mais raras, até sua total extinção, sem quaisquer motivos ou explicações palpáveis. No início dos anos 2000 não foram somente as festas com esse viés que desapareceram, mas outras festas típicas, tais como: a Festa de São Pedro, que é a festa dos pescadores, comemorada em 29 de junho, com desfiles de barcos e traineiras embandeiradas pelo canal Itajurú, no centro da cidade, que, saindo barra afora, percorria o entorno da Praia do Forte, retornando pelo mesmo canal até o desembarque no Bairro Gamboa. Também não ocorre mais a tradicional festa do Divino Espírito Santo, que segundo Leite (1994) acontecia no município desde meados do século XVIII, vinda da corte. Era uma festa móvel, relacionada ao calendário da igreja, variando de acordo com a Semana Santa.

outros tempos, relacionadas aos espaços em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte”³⁸. Sendo que os estudos da localidade deveriam ser realizados à partir de dois eixos de análise temporal: a movimentação da população que vive na localidade – chegada dos primeiros habitantes, imigração e emigração – e o cotidiano dos grupos sociais presentes no local, buscando a construção do conhecimento sobre o passado ao se valorizar a memória local.

A educação patrimonial está contida nos PCN’s, como tema transversal, que propõe uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio histórico e cultural de sua localidade e, partindo dessa ação, ampliar o entendimento de diversos aspectos que constituem nosso patrimônio, assim como a formação cidadã e identitária dos nossos alunos.

Isto posto, temos como foco da nossa investigação utilizar estratégias de valorização do patrimônio local e fomentar junto aos docentes a inclusão da história regional no currículo escolar.

Devemos, enquanto docentes, fazer não só da escola (o ensino formal), mas também de seu entorno (o ensino informal), espaços educativos. “Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como instrumento crítico de uma realidade que poderia ser outra”. (Farias, 2006).

Por isso, os PCNs ao definir orientações e métodos para os anos finais do ensino fundamental, entre as ações didáticas estão:

Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos, etc.) e confrontar dados e abordagens; trabalhar com documentos variados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meio de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes; ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudo do meio e como organizar resumos. (BRASIL, 1998, p. 77).

³⁸ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: 3º E 4º ciclos. História. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1996, p.43-44.

As propostas indicadas pelos PCNs para o uso dentro e fora do ambiente escolar de fontes variadas corroboram com a perspectiva da historiografia atual. E se coloca contrária à noção de historiografia predominante do século XIX e início do século XX, que tinha nos documentos escritos a principal fonte histórica. Hoje tratamos como documentos históricos “as mais diversas obras humanas produzidas nos mais diferentes contextos sociais e com objetivos variados” (BRASIL, 1998, p. 83).

A historiadora Flávia Eloisa Caimi assim se referiu a essa questão:

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141).

Nós professores temos a função de contribuir, criando conexões para que o discente, assim, possa ampliar o seu processo de aprendizagem, ajudando-os a desenvolver a consciência histórica. Fazemos a mediação entre o educando e o conhecimento a ser apreendido.

Quando se passou a discutir no Brasil a formação docente e nela a ideia de eixos curriculares, esses foram entendidos conforme Lopes e Macedo (2011), como espaço coletivo de discussão e ação que atravessariam cada disciplina do currículo viabilizando propostas coletivas.

De acordo com Alves e Garcia (1992), o conhecimento deve ser prático, social e histórico. Ou seja, deve ser inserido no cotidiano do aluno, gerando socialização, conforme orientações dos PCNs e da metodologia de educação patrimonial.

Lopes e Macedo (2011, p. 35) assinalam que “Na medida em que as relações contemporâneas tendem a maior fluidez, horizontalidade, criatividade e coletivização, a centralidade do conhecimento tradicional, que estaria na base do currículo moderno, começa a ceder espaço para outros saberes relacionados à ação cotidiana”.

Cruz (1996) ressalta que, recentemente, uma série de trabalhos tem questionado os métodos tradicionais de ensino e os currículos oficiais, e prossegue:

(...) o modelo inquestionável tradicional tem-se caracterizado pela

transmissão de conhecimentos inquestionáveis (...) Além disso, promove uma visão limitada do conhecimento, favorecendo a formação de mentes acríticas e passivas, meros repositórios de fatos e informações fragmentadas, contribuindo para uma concepção também acrítica da sociedade, que passa a ser aceita, também, como pronta e acabada, portanto não passível de ser transformada. (CRUZ, 1996, p. 69).

O historiador britânico Eric Hobsbawm, assim se referiu a importância dos historiadores (e professores de história) no final do século XX:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio”. (Hobsbawm, 1995, p. 13).

Como afirmar Circe Bittencourt (2009), “Dar aula” é uma ação complexa que exige o domínio de vários saberes característicos e heterogêneos. E mais, “os professores mobilizam em seu ofício os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional e os saberes da experiência”. (2009, p. 51).

O papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre currículo real, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de construção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliações constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor o saber é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente. (Bittencourt, 2009, p. 50, 51).

Dominar conteúdos básicos que são objetos de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio, dominar métodos e técnicas pedagógicas para a transmissão destes conteúdos em diferentes níveis de ensino.³⁹

Há a necessidade de o professor adaptar os conteúdos acadêmicos para o público que ele estiver trabalhando. Fazer a transposição didática⁴⁰ e introduzir

³⁹Competências e habilidades do profissional de história específicas para a licenciatura. In: BRASIL. MEC/INEP. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História. Parecer CNE/CES 492/2001.

⁴⁰ “Transposição didática”, como postulado por Chevallard, em sua obra: La transposicion didáctica. Del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991. Ao preparar e

perspectivas novas, que possibilitem ao educando uma melhor compreensão da História disciplinar.

Eric Hobsbawn e T. Ranger (1997, 22) afirmam que “cumpre aos historiadores o papel de, conscientemente ou não, construir, demolir e reestruturar as imagens do passado, “que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político”.

Deve-se averiguar os motivos da não abordagem ou limitação da abordagem da história local pelos professores do ensino fundamental e médio. Condição essencial para que se encontrem caminhos para a superação dos obstáculos com a efetiva integração destes conhecimentos aos saberes e práticas dos docentes nas salas de aula, ajudando assim a construir a cidadania plena dos alunos, inserindo-os como agentes da história, não somente como mero expectador da mesma.

Bittencourt (2009, p. 47) aponta como finalidade da disciplina História na escola “formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive”.

Martins (2010, p 146) salienta que “os professores de história, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar pesquisadores. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais de história”.

Por isso, entendemos que devemos sensibilizar os professores, não somente de história, para que os mesmos possam inserir em suas práticas de ensino a História Local e a Educação Patrimonial, pois esse é um trabalho interdisciplinar, que necessita da participação de toda a comunidade escolar.

Casco (2006) sintetiza alguns problemas desafiadores à prática efetiva da Educação Patrimonial nas unidades escolares, o autor considera o primeiro deles - e o mais problemático - a falta de uma política estatal de patrimônio voltada para a educação e uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e memória.

desenvolver suas aulas, os professores, elaboram e reelaboram os conteúdos prescritos em novas construções para tornar aqueles saberes possíveis de serem ensinados e apreendidos. Este processo permite a criação de configurações novas, com epistemologia própria e diferenciada em relação ao “saber acadêmico”: “o saber ensinado”. (Monteiro, 2007, p 2).

Por isso, Ledur (2012, p. 22) assevera que as atividades de formação de professores sobre a metodologia da Educação Patrimonial são emergenciais, além do destaque a reflexão de elementos vitais para a estrutura de ensino no país, como a reorientação do Projeto Político da escola e do currículo.

As transformações da realidade escolar precisam passar necessariamente por uma mudança de perspectiva, em que conteúdos escolares tradicionais deixem de ser encarados como o 'fim' da Educação. Eles devem ser 'meio' para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Esses conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade se estiverem integrados em um projeto educacional que almeje o estabelecimento de relações interpessoais, sociais e éticas de respeito às outras pessoas, à diversidade e ao meio ambiente. (BUSQUETS, 2000, p. 16).

Segundo a historiadora Circe Bittencourt (2009) a história, enquanto disciplina escolar possui uma longa história, permeada de conflitos e controvérsias na elaboração de seus conteúdos e métodos.

Atualmente, uma das maiores dificuldades dos professores de História é selecionar os conteúdos históricos apropriados para as diferentes situações escolares. A autonomia do trabalho docente inclui, entre outros aspectos, a escolha dos conteúdos históricos para as diferentes salas de aula. Trata-se de optar por manter os denominados conteúdos tradicionais ou selecionar conteúdos significativos para um público escolar proveniente de diferentes condições sociais e culturais e de adequá-los às situações de trabalho com métodos e recursos didáticos diversos. (Bittencourt, 2009, p. 59).

Entende-se que qualquer transformação pedagógica e igualmente curricular na área de História deve passar pela apreensão da produção historiográfica que medeia o saber histórico, Conforme Saviani (1998, p. 11),

(...) o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, uma vez que o significado da educação está intimamente entrelaçado ao significado da História. E, no âmbito da investigação histórico-educativa, essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto da educação sob a perspectiva histórica.

Urge a necessidade de uma mudança e adequação curricular da disciplina História, e não se pode prescindir da inserção no currículo de História Local e da Educação Patrimonial, pois, conforme Casco (2006), a educação patrimonial precisa ampliar suas potencialidades na escola, sendo esse o caminho mais seguro para a construção de respeito e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

2.8 História Regional/Local⁴¹

É fundamental para esse trabalho discorreremos sobre história regional/local. Por isso devemos caracterizá-la, segundo o historiador Marcos Lobato Martins:

Não se trata simplesmente da História que lida com pequenas porções de um país: uma área determinada pela geografia física (por exemplo, a Amazônia ou o semiárido), um estado ou um município. História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxergar as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. (2010, p.142-143).

Como referencial para essa dissertação, no que referir-se à história local, temos por base os autores Barros (2004; 2011), Caimi (2011), Martins (2010), Reznik (2000; 2002), assim como observamos alguns trabalhos da Micro-história, destacando-se nessa perspectiva os trabalhos dos italianos Carlo Ginzburg⁴² e Giovanni Levi⁴³. Pois esses autores, assim como outros, têm destacado o micro como locus fundador de uma narrativa histórica. Porém a escolha do micro se estabelece por meio de uma escala de observação, porque, segundo Reznik (2000), refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a Micro-história. Os historiadores que se filiam a essa prática historiográfica pretendem construir narrativas que tem buscado uma “descrição mais realista do comportamento humano”.

Ferreira; Franco (2013) salientam que a “Micro-História propõe a redução da escala de análise, o recorte temporal e espacial, seguido da exploração intensiva do objeto estudado. Numa escala de observação reduzida, a análise desenvolve a partir da exploração exaustiva das fontes, envolvendo, inclusive a descrição etnográfica”.

Nesta perspectiva, temas pouco estudados, referentes ao cotidiano das comunidades, as biografias, sobretudo de personagens anônimos, ligados a reconstituição de micro-contextos vieram à tona e passaram a ser objetos de análise dos historiadores profissionais e diletantes.

⁴¹ O termo História Local, conforme Côrrea (2012), muitas vezes aparece na Historiografia como sinônimo de História Regional. Percebe-se que a única diferença é no “recorte geográfico”, ou seja, na escala (Regional/Local).

⁴² Autor de “O queijo e os vermes”, um dos mais importantes trabalhos de Micro-História, publicado em 1976.

⁴³ Coordenou a publicação na Itália, da coleção Microstorie, lançada pela editora Einaudi, entre 1981 e 1988.

Vale aqui destacar, que por mais que hoje haja inúmeros trabalhos que tem o micro, o local, como palco privilegiado de investigações, até bem pouco tempo, o macro, sobretudo a história nacional, com viés político, era a temática preferencial entre os historiadores.

De acordo com José D'Assunção Barros, a Micro-História e a História Regional são “abordagens”, ou seja, enfoques ou modos de fazer. (Barros, 2004, p.132s.). Assim sendo, é um assunto que se refere à metodologia da historiografia.

Mesmo História Local e Micro-História não sendo sinônimas e cada corrente tendo sua especificidade, é fundamental a historiadores que queiram estudar alguma localidade ou região, conhecer o trabalho dos micro-historiadores.

Barros (2011) assinala a diferença entre História Regional/Local e a Micro-História:

Enquanto a História Regional corresponde a um domínio ou a uma abordagem historiográfica que foi se constituindo em torno da ideia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais (e a recorrência de determinadas contradições sociais, obviamente), já a Micro-História corresponde a um campo histórico que se refere a uma coisa bem distinta: a uma determinada maneira de se aproximar de uma certa realidade social ou de construir o objeto historiográfico. A Micro-História, sustentaremos aqui, relaciona-se a uma abordagem, mais do que a qualquer outra coisa. (Barros, 2011, p.136)

Em seu outro texto, José D'Assunção Barros faz a seguinte afirmação:

“A escolha micro-historiográfica também pode incidir sobre determinada comunidade microlocalizada, mas tal como já dissemos, nunca o verdadeiro objeto de que se ocupa o historiador será a comunidade em si mesma (como seria o caso da história local), e sim determinado aspecto que incide transversalmente sobre essa comunidade.” (Barros, 2004, p.160.)

Para maior esclarecimento é possível observar a diferença de História local e Micro-História em uma frase. O micro-historiador Giovanni Levi diz que “Os historiadores não estudam as aldeias, eles estudam em aldeias.” (Levi, 1992, p.138.).

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica (ou, melhor dizendo, uma determinada espacialidade). O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a

um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial). (Barros, 2004, p.153)

Infelizmente, a história regional ainda é relegada por muitos historiadores a segundo plano. Todavia, saber disso, não deve gerar desânimo nos pesquisadores, pelo contrário, deve servir de estímulo para suas pesquisas.

Como afirma a historiadora Flávia Eloisa Caimi:

Dentre as principais potencialidades da história regional/local se destaca a possibilidade de dar evidência a fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidade no âmbito da chamada “macro-história”², contribuindo, assim, para o conhecimento de múltiplas experiências históricas e o reconhecimento das diversas identidades que compõem a sociedade brasileira. (CAIMI, 2010, p. 64).

A escola como espaço de sociabilidade e de circulação de éticas cristalizadoras de identidades coletivas, é, por excelência um locus privilegiado para a análise de cruzamentos e complementariedade entre valores universais e locais.

Luiz Reznik (2000, p. 2), analisando a história do município de São Gonçalo/RJ, descreve duas perspectivas que têm sido marcantes nos trabalhos envolvendo a história da localidade. A primeira, conforme o autor, é a submissão de ritmos e temas da localidade à História do Brasil. Segue-se a forma de organização mais tradicional de periodização, divide a História em Colônia, Império e República; os “ciclos econômicos” que determinam a produção local seguem sequencialmente os padrões da “História da Pátria”: pau-brasil na ocupação, açúcar na colonização e café no Império, indústria na República; os temas seguem os padrões da historiografia nacional da sua época. Assim sendo, na falta de informações relevantes sobre a região estudada, isto é, na falta de fontes documentais que permitam a reconstrução de experiências passadas, buscou-se suprir estes “silêncios” a partir de contextos maiores: a História do Brasil.

Ainda segundo o pesquisador, utilizam-se as generalizações da História do Brasil, a partir de comparações hipotéticas do que tenha acontecido no local. Ou

seja, a experiência do passado local transforma-se em exemplos esparsos em meio a uma narrativa já consolidada pela historiografia nacional.

Em segundo lugar, Reznik (2000, p. 3) fala da tendência de colocar em evidência a história local, como se ali fossem experimentados processos ou ocorrido acontecimentos de mais alta relevância.

Nesse segundo aspecto levantado pelo historiador é evidente perceber que o mesmo ocorre com as narrativas de história local sobre a cidade de Cabo Frio, principalmente as construídas por memorialistas. Percebe-se uma exaltação, um ufanismo exacerbado na escrita da história.

Poderia citar diversos eventos, mas vou destacar um que julgo ser o mais relevante: A feitoria de Américo Vespúcio (1503-1512), que segundo documentos e arquivos encontrados pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, na Torre do Tombo, em Lisboa, dão a localização da fortificação na região de Cabo Frio⁴⁴, os primeiros trabalhos escritos sobre esse episódio eram consensuais que a Feitoria se localizava em Arraial do Cabo, antigo quarto distrito de Cabo Frio, emancipado em 1985. Autores como Beranger (1989), Leal (2012), entre outros defendem essa posição. Porém, os últimos trabalhos têm contestado essa localização, levando a Feitoria para a Boca da Barra, na Praia do Forte, em Cabo Frio. O historiador Márcio Werneck da Cunha (2004) e a pesquisadora Rose Fernandes (2014) são alguns dos autores que defendem esse segundo ponto de vista e contestam a versão mais tradicional, da localização da feitoria em terras cabistas⁴⁵.

Todavia, em todos os casos os autores citados utilizam a suposta localização da feitoria vespuciana como instrumento de consagração da localidade como assinalado por Reznik (2000, p. 3). Havendo aqui uma disputa de memória. Essa disputa só surge após a elevação do município de Arraial do Cabo a condição de cidade estabelecida.

Para acirrar essa disputa por memória, ou melhor, para denunciar a história da Feitoria vespuciana como uma falsificação histórica, o historiador cabo-friense

⁴⁴Por conta desse fato histórico, alguns trabalhos têm trazido esse acontecimento como destaque, inclusive como título de livros, como por exemplo: “Cabo Frio 1503” de Alberto Leal, “América de Américo” de Márcio Werneck da Cunha e “Cabo Frio: Polo colonizador do Brasil”, de Rose Fernandes.

⁴⁵ Termo referente à Arraial do Cabo.

Elísio Gomes Filho, escreveu um livro⁴⁶ e um artigo⁴⁷, ambos em 2015, contestando a existência da Feitoria de Vespúcio em Cabo Frio e Arraial do Cabo, segundo o autor Vespúcio não esteve no Brasil em 1503, e sim o navegador Gonçalo Coelho, em sua viagem de reconhecimento em 1501.

Elísio assevera que a memória constituída sobre a suposta fortaleza de Vespúcio são tradições deliberadamente inventadas e difundidas pela esfera política, mediante uma imposição da memória oficial. Ele afirma:

Foi o que fez a municipalidade de Cabo Frio em relação a Vespúcio, ou seja, institucionalizaram os supostos feitos do florentino, o qual nem navegador era, como patrimônio coletivo da sociedade local. O mesmo se fez com o suposto legado do inexperiente Vespúcio em Arraial do Cabo e em Caravelas (cidade do sul da Bahia), o que demonstra ser um fenômeno universal, que não pode deixar de relacionar-se atualmente com os desafios econômicos e políticos ligados principalmente ao turismo cultural (interesses econômicos). (Filho, 2015).

Dentre os fatores que correspondem pelo crescimento da pesquisa em história regional / local, o historiador Carlos Fico (2000, p. 33) aponta: (1) a viabilidade da pesquisa em espaços mais próximos, uma vez que se torna difícil para os pesquisadores deslocarem-se até os arquivos nacionais; (2) uma espécie de reserva de mercado dos temas ditos “nacionais” para as universidades dos grandes centros; (3) a importância dos temas locais para a construção das identidades sociais.

Destacamos aqui outra razão para a ampliação da pesquisa histórica regional, que é o caráter extremamente lacunar dessas pesquisas em praticamente todas as unidades da federação.

Martins (2010) assinala que os “historiadores regionalistas” trabalham com regiões e localidades não porque afirmam a dicotomia entre o geral e o particular. Fazem isso porque questionam e criticam as narrativas e interpretações históricas dominantes e as crônicas triunfalistas do progresso, seus pressupostos e implicações político-identitárias.

Ao eleger o patrimônio tangível e intangível da cidade de Cabo Frio como

⁴⁶ Filho, Elísio Gomes. 1501-1615 A conquista do Paraíso dos Tamoios: a aventura da colonização na idade dos mitos e dos descobrimentos. Secretaria de Cultura: 2015.

⁴⁷ Américo Vespúcio Figura Patrimonial: entre falsos protagonistas e supostos heróis – representações e manipulações e manipulações oficiais. Disponível em: <http://www.jornaldototonho.com.br/americo-vespucio-figura-patrimonial-entre-falsos-protagonistas-e-supostos-herois-representacoes-e-manipulacoes-oficiais-elisio-gomes-filho/>. Acessado em 30/10/2016.

perspectiva de abordagem acreditou-se que os mesmos estejam vinculados a processos de identificação dos sujeitos a seu lugar, pois conforme Ferreira; Franco (2013, p. 66) os elementos do micro, recolhidos pelo historiador, são, na verdade, os indícios, as pistas que lhe permitem refletir sobre questões que não são vistas num primeiro olhar.

Os historiadores que têm se debruçado sobre a história regional testam generalizações da história geral, quando em suas pesquisas reduzem a escala das investigações. Como assevera, Goubert (1992, p 55) “que a prática meticulosa da História Regional e Local, mais do que destruir concepções gerais equivocadas, porém arraigadas em tantos livros didáticos e discursos, têm a virtude de descobrir novos problemas e hipóteses.

2.9 Entre historiadores e memorialistas

A iniciar os apontamentos sobre a produção historiográfica⁴⁸ e memorialística⁴⁹ sobre a história de Cabo Frio, recorro-me ao poema: “A Canoa”, de Paulo Freire, para refletir sobre as diferentes formas de saber e produção de conhecimento.

Em um largo rio de difícil travessia havia um barqueiro que atravessava as pessoas de um lado para outro.

Em uma das viagens iam um advogado e uma professora. Como quem gosta de falar muito, o advogado pergunta ao barqueiro: _ Companheiro, você entende de leis? _ Não. Responde o barqueiro.

O advogado, compadecido: _ Eh pena! Você perdeu metade da vida!

A professora, muito social, entra na conversa: _ “Seu” barqueiro você sabe ler e escrever? _ Não, senhora. _ Responde o remador. Que pena! _ Condói-se a mestra. Você perdeu metade da vida!

Nisso chega uma onda bastante forte e vira o barco. O canoieiro preocupado, pergunta: _ vocês sabem nadar? _ Não! _ Responderam eles

⁴⁸Produção feita por historiadores profissionais, acadêmicos com formação em História. Normalmente, seus textos são pautados pelo rigor científico e pesquisas em variadas fontes de conhecimento.

⁴⁹ Escritores da História Regional / Local que não possuem formação em História, não sendo assim, historiadores de ofício, mas narradores e cronistas, em sua maioria, principalmente no caso de Cabo Frio, foram médicos, engenheiros e outros profissionais liberais. Esses foram os primeiros autores da história deste lugar. Sua escrita tem como finalidade a valorização e a exaltação da História de determinada localidade. Esses escritores são de fundamental importância para a difusão do conhecimento da história de uma determinada região.

rapidamente. _ Então, é uma pena. _ Concluindo o barqueiro. _ Vocês perderam toda a vida!

Não há saber mais ou menos: Há saberes diferentes!⁵⁰

Esse poema nos remete a axiologia, que é, sobretudo, o que se refere a um conceito de valor. Faz-nos avaliar a dimensão destes, principalmente morais. Levamos a refletir que as produções históricas produzidas sobre a História de Cabo Frio feitas por memorialistas - a maioria absoluta das produções - e por historiadores, são de conhecimentos distintos, porém sem superioridade, de um para com o outro, pois, é sabido que o conhecimento não se mede numa escala comparativa de valores. Assim como o conhecimento mítico, do senso-comum, o filosófico e o científico também não possuem escala de valor, nem lhes cabe o jogo de conhecimento falso e verdadeiro. São simplesmente diferentes, cada qual possuindo seu valor e sua finalidade.

Dentre os memorialistas pioneiros que se debruçaram a escrever sobre a História de Cabo Frio, os historiadores Moreira (2013) Sant'Ana (2011) destacam Abel Beranger⁵¹ e Hilton Massa⁵², como os principais escritores, mas existem outros pesquisadores memorialistas que também se esmeraram em fazer a escrita dessa História, como Meri Damasceno, Rose Fernandes⁵³, Luiz Carlos da Cunha Oliveira⁵⁴, Célio Mendes Guimarães⁵⁵ dentre outros cujos trabalhos tiveram suas edições esgotadas ou foram de baixa tiragem.

Contudo, a maior parte da produção encontrada em Cabo Frio e em toda a Região dos Lagos ainda é uma produção majoritariamente memorialista. Não há aqui qualquer demérito nisso, apenas uma diferenciação entre as formas de fazer história. Não existe uma hierarquização entre essas diferentes formas, o que há é a utilização de diferentes métodos e objetivos por parte destes pesquisadores. (Christovão, 2011, p 258).

⁵⁰Citado da Apostila de Filosofia, do Ensino Médio, do Colégio EMES, 2012.

⁵¹BERANGER, Abel. Dados históricos de Cabo Frio. Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1989.

⁵² MASSA, Hilton. Cabo Frio – nossa terra nossa gente. Cabo Frio: edição do autor, 1967. E MASSA, Hilton. Cabo frio histórico e político. Rio de Janeiro Inevito, 1980.

⁵³ FERNANDES, Rose: Cabo Frio: polo colonizador do Brasil. Rio de Janeiro: Completa, 2015.

⁵⁴ OLIVEIRA, Luiz Carlos da Cunha. Cabo Frio Quatrocentão. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2013.

⁵⁵ Célio Mendes Guimarães é um escritor memorialista cabo-friense com mais de 40 livros publicados, sobre história, crônicas e poemas.

Dentre os historiadores o que mais se destacou, principalmente em números de publicações foi Márcio Werneck da Cunha⁵⁶, mas outros historiadores têm contribuído com a história da cidade de Cabo Frio, como: Elísio Gomes Filho⁵⁷, Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira⁵⁸ Janderson Bax Carneiro, Margareth Silva Rodrigues Alves⁵⁹ e o famoso geógrafo Alberto Ribeiro Lamego⁶⁰.

Na verdade a produção acadêmica vem crescendo na última década, sobre história regional, mas ainda é insuficiente se comparada à importância da Região dos Lagos, tanto histórica como turisticamente, seja tratando diretamente da região, ou apenas fazendo alusão à ela. Alguns trabalhos representam uma grande contribuição para a história local do ponto de vista acadêmico. Christovão (2011) cita os trabalhos de José Marcello Giffoni⁶¹, Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira⁶² e Camila Baptista Dias⁶³. Dentre os últimos trabalhos produzidos por historiadores destaco o livro dos professores Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira e Janderson Bax Carneiro (2010) sobre o Aldeamento de São Pedro de Cabo Frio⁶⁴ e a premiada tese de doutoramento de Nilma Accioli, pela Fundação Biblioteca Nacional, cujo título é José Gonçalves da Silva: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio⁶⁵. Os trabalhos mais significativos sobre a história de Cabo Frio, apontados pelos professores pesquisados são os livros do historiador Márcio Werneck da Cunha (2004)⁶⁶ que trata da Feitoria de Américo Vespúcio, e o do memorialista Abel

⁵⁶ Esse autor é o mais profícuo, sempre trabalhou incansavelmente com a História de Cabo Frio. Possui vários textos publicados na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), seu livro mais conhecido é: CUNHA, Márcio Werneck. A América de Américo. Rio de Janeiro: INELIVRO, 2004.

⁵⁷ FILHO, Elísio Gomes. Histórias dos célebres naufrágios do Cabo Frio. Rio de Janeiro: Texto Arte, 1993.

⁵⁸ MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri & CARNEIRO, Janderson Bax. Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.

⁵⁹ ALVES, Margareth Silva Rodrigues. A “Casa da Roda” de Cabo Frio – Charitas. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011. Essa historiadora é a responsável pelo arquivo histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio.

⁶⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a Restinga. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

⁶¹ Sal, um outro tempero ao império (1801-1850), dissertação de mestrado defendida na UFF.

⁶² Cabo das Tormentas e vagas da modernidade: Uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores – Cabo Frio (1943-1964) Arraial do Cabo. Tese de doutoramento defendida na UFF, 2009.

⁶³ A pesca da baleia no Brasil Colonial: Contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII – Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da UFF, 2010.

⁶⁴ MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri & CARNEIRO, Janderson Bax. Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.

⁶⁵ A referência histórica desse trabalho, está relacionada a cidade de Armação dos Búzios, antigo segundo distrito de Cabo Frio, emancipado em 1992. Atualmente uma das praias do município se chama José Gonçalves, em homenagem ao traficante de escravo que é tema de investigação nessa tese.

⁶⁶ CUNHA, Márcio Werneck. A América de Américo. Rio de Janeiro: INELIVRO, 2004.

Beranger (1989)⁶⁷, que versa sobre a história de Cabo Frio do período Pré-Colonial ao Império.

Caimi (2010, p. 62-63) pondera sobre a predominância das produções de escritos memorialistas até a metade do século passado, a autora afirma:

Até meados do século XX, predominava o trabalho dos chamados *historiadores diletantes*⁶⁸, ou *pesquisadores entusiastas* – em geral profissionais liberais e/ou políticos locais sem formação histórica, interessados na história local/regional –, de modo que não se tinha acesso a pesquisas acadêmicas de fôlego, baseadas no necessário rigor científico⁶⁹. Os estudos dos diletantes e entusiastas, em que pese sua relevância face ao vazio acadêmico, resumiam-se, não raras vezes, a relatos de memórias de pessoas da comunidade, sem qualquer tratamento acadêmico ou, ainda, as listas de efemérides, biografias, descrições fisiográficas, enfim, consistia num repositório de informações em seus aspectos factuais e cronológicos, numa espécie de “resgate da história local”, razão pela qual se justifica plenamente a relevância social e acadêmica da pesquisa no âmbito local/regional.

A historiadora Martha Abreu em seu livro “O Império do Divino” ao analisar a produção memorialística faz a seguinte afirmação:

A história memorialista, em termos propriamente historiográficos, possui inúmeros problemas, pois a reconstituição histórica que realiza era próxima da autobiografia, e a pesquisa, por vezes rigorosa, não vinha acompanhada de instrumental crítico, principalmente em termos cronológicos e de referência para as fontes. (Abreu, 1999, p. 139).

O historiador José Honório Rodrigues nos informa que o sentido do memorialismo está na “ideia de evocar ao passado e trazê-lo vivo aos nossos olhos (...) para o leitor entrar em contato com ele” (Rodrigues apud Abreu, 2009, p. 139).

Conforme Christovão (2011, p. 258) “Ainda que as críticas às obras memorialistas possam por vezes, parecer severas, elas são, antes de tudo, necessárias e, quando feitas de forma séria e responsável visam apenas marcar a diferença entre esses modos de fazer”.

Cabe assinalar, que muitos escritos memorialistas, tem servido de fonte para os trabalhos acadêmicos e históricos, pois ambos, historiadores e memorialistas,

⁶⁷ BERANGER, Abel. Dados históricos de Cabo Frio. Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1989.

⁶⁸ A autora utiliza o termo “diletante” como sinônimo de “memorialista”. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa de Sérgio Ximenes, Ediouro, 2001. Diletante significa: Que (m) se ocupa de uma arte, ofício e etc., como amador, e não por obrigação.

⁶⁹ Estes autores, segundo a historiadora Flávia Eloisa Caimi (2009, p. 62), em geral, eram membros do Instituto Históricas e Geográficas das diversas províncias/estados, sendo responsáveis pela elaboração de corografias, espécie de estudos monográficos regionais baseados em relatos orais, na tradição e no civismo. A própria origem da palavra remete aos estudos regionais, uma vez que core diz respeito a região.

fazem uso da pesquisa documental de fontes arquivísticas e orais e tanto um como o outro ao se debruçarem sobre a história regional, têm a mesma dificuldade, que é o acesso aos documentos e aos vestígios do passado.

Tabela 1 - Tempo de formação, no magistério e se a formação se deu em Universidade Pública ou Privada.

Professores	Tempo de Formação	Idade	Tempo de Magistério	Universidade em que se formou
Professores de História				
PH 1	1 ano	23 anos	1 ano	UNESA
PH 2	4 anos	27 anos	3 anos	UVA
PH 3	9 anos	38 anos	8 anos	UVA
PH 4	8 anos	33 anos	6 anos	UVA
PH 5	8 anos	37 anos	6 anos	UVA
PH 6	1 ano	25 anos	5 anos	UVA
PH 7	9 anos	38 anos	9 anos	UVA
PH 8	3 anos	37 anos	2 anos	UVA
PH 9	9 anos	34 anos	8 anos	UFRJ
PH 10	10 anos	33 anos	9 anos	UVA
PH 11	10 anos	38 anos	9 anos	UVA
PH 12	10 anos	35 anos	10 anos	UVA
Professores de Geografia				
PG 1	8 anos	36 anos	8 anos	FERLAGOS
PG 2	14 anos	36 anos	13 anos	UFRJ
PG 3	11 anos	34 anos	11 anos	FERLAGOS
PG 4	7 anos	35 anos	6 anos	FERLAGOS
Prof. de Artes				

PA 1	11 anos	39 anos	11 anos	FAFIC
PA 2	3 anos	32 anos	2 anos	UNIG

Tabela 2 - Números de profissionais da educação que responderam o questionário e/ou entrevista, suas respectivas áreas de atuação e Sigla de identificação.

Secretária de Educação	Secretário Escolar	Diretores	Prof. História	Prof. Geografia	Prof. de Artes
1	1	3	12	4	2
S1	S2	D1 a D3	PH1 a PH12	PG1 a PG4	PA1 a PA2

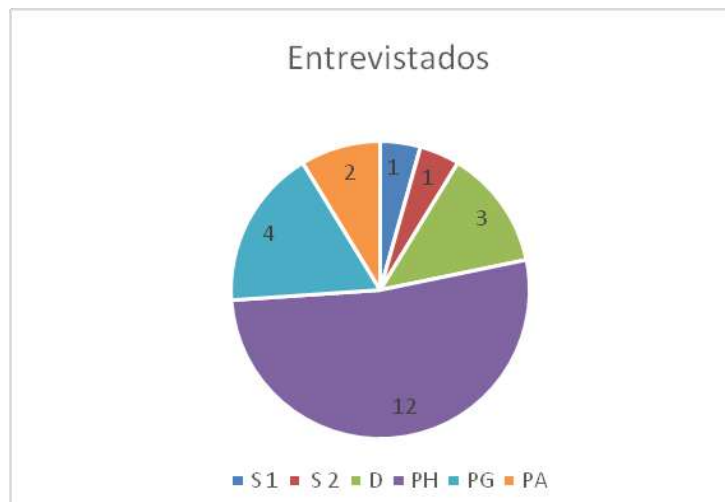


Gráfico: Relação de todos os profissionais da Educação da Rede Municipal de Cabo Frio que responderam ao questionário e foram entrevistados.

Tabela 3 - Revela quais expressões do Patrimônio Tangível e Intangível é mais importante para a cidade de Cabo Frio, quais personagens da localidade são mais proeminentes, quais autores da história local são mais conhecidos, livro sobre o município mais lido e evento histórico mais significativo para a história da cidade, segundo os professores entrevistados.

Prof.	Monumentos Históricos	Patrimônio Intangível	Principal Personagem	Evento Marcante	Autor	Livro
PH 6	Bairro Passagem	Tapete de Sal (Corpus Christian)	Wolney Teixeira	Século XIX e Abertura ao Turismo	Meri Damasceno	Não
PH 7	Forte São Matheus	Produção Salineira	Teixeira e Souza	Feitoria de Américo Vespúcio	Márcio Werneck	O Outro Lado da Ponte
PH 9	Fazenda Campos Novos	Festa da Padroeira	Sebastião Lam	Fundação da Cidade	Hilton Massa	Cabo Frio Histórico e Político
PH 10	Forte São Matheus	Capoeira e Prática Pesqueira	José Gonçalves	Visita de Dom Pedro II	Meri Damasceno	A História de Teixeira e Sousa
PH 11	Forte São Matheus	Festa da Farinha Quilombola	Inúmeros	Guerra de Cabo Frio	Márcio Werneck	Cabo Frio Histórico e Político
PG 1	Forte S. M., Fonte Itajurú, Igreja de S. Benedito		Salineiros e Pescadores		Meri Damasceno e Célio Mendes Guimaraes	Cabo Frio Contando sua História
PA 2	Forte S. Matheus	Tapete de Sal e Festa da Padroeira	Wolney Teixeira e Teixeira e Sousa	Feitoria de Américo Vespúcio	Márcio Werneck e Hilton Massa	Dados Históricos de Cidade e de Américo Vespúcio

Tabela 4 - Continuação da Tabela 3, revela se os docentes fizeram aulas visitas com seus alunos aos monumentos históricos, se fizeram menção ao Patrimônio Imaterial da cidade de Cabo Frio ou participaram de festas, eventos com seus alunos sobre os bens culturais imateriais.

Prof. ⁷⁰	Aula nos Monumentos	Referência ao Pat. Intangível em aula	Participação em Festas e Eventos com alunos
PH 6	Não	Não	Não
PH 7	Sim	Sim	Não
PH 9	Sim	Sim	Com alunos, Não
PH 10	Sim	Sim	Com alunos, Não
PH 11	Sim	Sim	Sim
PG 1	Sim	Sim	Sim
PA	Não	Não	Com alunos, Não

⁷⁰PH refere-se a professores de História, PG refere-se a professores de Geografia e PA faz referência a professores de Artes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabo Frio é uma cidade histórica. Sua saga inicia-se no sexto milênio antes da era cristã, como ressaltam os trabalhos arqueológicos nos diversos sítios históricos espalhados pela cidade. Possui uma rica história indígena, da nação Tupinambá, até seu massacre e extermínio pelas tropas de Antônio Salema em 1575, na conhecida Guerra do Cabo Frio.

Também possui uma riquíssima história colonial, dos primeiros anos da colonização lusa em terras brasileiras. Desde 1501, quando Gonçalo Coelho, em viagem de reconhecimento, avista pela primeira vez a região de Cabo Frio, batizando-a com seu nome atual, devido aos frios ventos ali sentidos e do fenômeno marítimo da ressurgência.

Logo em seguida em 1503, a cidade abriga a primeira feitoria portuguesa na América, a do navegador Américo Vespúcio, que dura até 1512. Daí se segue uma luta de décadas contra as nações europeias que querem ter a posse da terra como os franceses, ou somente explorá-la, como os ingleses e holandeses, com o comércio do pau-brasil.

Em 1615 os estrangeiros são expulsos e Constantino Menelau funda a cidade de Santa Helena de Cabo Frio, em 13 de novembro do mesmo ano.

“Com o título de cidade foi povoada esta terra, quando Portugal vivia sujeito à coroa de Castela, e então sabemos, que todas as povoações de novo feitas arrogavam a si este título. *Como e’lle se conserva oje.*”⁷¹

Mesmo com uma história riquíssima e repleta de eventos marcantes para a História Nacional, não existe uma política educacional que privilegie a Educação Patrimonial e a História Local no município de Cabo Frio, Como fora destacado pelas entrevistas e questionários respondidos pelos professores, diretores das escolas municipais pesquisadas, pela então Secretária de Educação e pelo secretário escolar do Colégio Municipal Rui Barbosa, mencionados nesta dissertação.

A Educação Patrimonial não é tratada na Rede Municipal de ensino como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, que tem o patrimônio cultural como centro e como fonte primária de conhecimento e enriquecimento

⁷¹ Anônimo. Memórias Históricas de Cabo Frio e todo o seu Distrito, 1797, p 207.

individual e coletivo dos nossos alunos, pois a referência ao patrimônio do município só ganha destaque no mês de novembro - período do aniversário da cidade.

A história regional só é contemplada no Ensino Fundamental I e ensinada por docentes que possuem formação polivalente, através de um material básico, conciso e sem problematização dos conteúdos, haja vista que a apostila utilizada é destinada à Educação Infantil e Ensino Fundamental do primeiro segmento, portanto, tem uma linguagem adequada para as crianças dessa idade.

No Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, e no Ensino Médio não existe absolutamente nada relativo à História Regional e a Educação Patrimonial, seja no Currículo Mínimo do município de Cabo Frio, no PPP das escolas pesquisadas, como também não existem materiais didáticos e paradidáticos para os docentes trabalharem com essas temáticas, situação esta que fora assinalada pelos próprios professores.

Como afirma Santos (2008, p 100) “Ensino que é ensino desenvolve maior participação, forma e não somente informa; quem ensina para desenvolver a autonomia pessoal está formando cidadãos”.

Mas para formar, os professores devem antes receber uma boa e adequada formação. Os cursos de formação sinalizados pela Secretária de Educação, que outrora ocorriam no município, e, no momento (2016) não acontecem mais, não contemplavam a história local e a educação patrimonial. Urge a necessidade da SEME promover cursos de capacitação e oficinas pedagógicas para preparar os seus docentes.

Os dados coletados informam a deficiência do sistema educacional em relação às questões locais, assim como, da necessidade de investimentos em ações que valorizem o Patrimônio Cultural do município, falta de políticas educacionais, de incentivos, de materiais adequados e de qualidade, de formação acadêmica e formação continuada

Também foi explicitado pelos docentes entrevistados a deficiência em sua formação acadêmica, no que se refere a História Local e a Educação Patrimonial. As disciplinas estudadas em seu curso de Graduação não contemplavam essas temáticas, principalmente nos cursos de licenciatura e bacharelado em História e Artes, com exceção de dois docentes de Geografia (do total de quatro entrevistados) que relataram obter em seu curso de graduação, uma boa formação em História regional.

Os educadores sinalizaram o desconhecimento total ou parcial de Políticas Patrimoniais de preservação dos bens culturais, de leis referentes ao Patrimônio Cultural e decretos da Prefeitura Municipal que tombaram alguns monumentos históricos.

Por isso, a preocupação desse trabalho⁷² foi a criação e desenvolvimento de ações e projetos (como o Roteiro Histórico criado para educadores), que contempla a educação patrimonial e a história regional nas escolas municipais. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam ser significativos aos professores, diretores escolares, gestores municipais e comunidade escolar, e que os pesquisadores do Ensino de História, da História Regional e do Patrimônio Cultural possam ampliar a pesquisa e abrir novos horizontes, pois, interessa-nos dar uma contribuição para o aprofundamento da educação patrimonial nas Unidades Escolares e nos diferentes espaços educativos da cidade de Cabo Frio.

⁷²Dificuldades no andamento da Dissertação: O trabalho teve a intenção de trazer uma proposta dialógica com os professores da Rede Municipal de Ensino de Cabo Frio, do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Foi marcado junto à Secretaria Municipal de Educação (SEME) uma formação com os docentes de História, a princípio, depois, com a inserção dos professores de Geografia e Artes, entre os dias 14 a 18 de março de 2016. Esse projeto idealizado seria feito com uma parte teórica e posteriormente com oficinas de Educação Patrimonial e apresentação do Roteiro Histórico para os docentes. Haveria uma troca de experiências onde seria sugeridas atividades e solicitadas contribuições aos colegas com atividades no intuito de enriquecer esse trabalho dissertativo, porém, infelizmente, a Educação Municipal se encontrou em greve desde o dia 8 de dezembro de 2015 até 6 de abril de 2016, inviabilizando o projeto. Haja vista que o ano letivo de 2015 foi encerrado somente na última semana de março do corrente ano: três meses após o prazo normal, deixando os pais e responsáveis preocupados pois não podiam sequer fazer as matrículas de seus filhos.

As aulas retornaram dia 6 de abril de 2016 e, em menos de um mês os profissionais de educação fizeram inúmeras paralisações. Parte significativa dos servidores retornaram a greve. O governo municipal têm travado uma luta ferrenha com o SEPE LAGOS e outras associações de servidores. A educação do município se encontra caótica.

Foi adotada, porém, uma outra estratégia, como o envio de e-mails e outras formas de comunicação, como redes sociais. Um questionário para docentes de História, Geografia e Artes sobre História Local, Patrimônio Cultural da cidade de Cabo Frio e sobre o trabalho de Educação Patrimonial foi enviado. Também foi realizada uma entrevista com a então Secretária de Educação da Rede Municipal, que, gentilmente, a concedeu, assim como com os três diretores de duas escolas municipais e um secretário escolar.

A escolha dos docentes foi feita com a premissa de serem todos da Rede Municipal de ensino, não importando se eram do quadro efetivo ou do quadro de contratação temporária, desde que fossem das disciplinas enfatizadas nesta dissertação, que julgamos terem maior afinidade com o Patrimônio Cultural e com a história da localidade. Foram enviados doze questionários para docentes de História, oito para professores de Geografia e seis para os de Arte. Oito docentes de história responderam a sondagem. Quatro docentes de Geografia responderam e na disciplina de Artes, dois questionários foram respondidos.

Esses questionários foram analisados no segundo capítulo dessa dissertação, onde foi trabalhado a inserção da História Local e da Educação Patrimonial na Rede Municipal de ensino.

Também foram realizadas entrevistas orais com seis docentes de História, um de Geografia e um de Artes, cujo tema foi: O Patrimônio Material e Imaterial da cidade de Cabo Frio, seus principais personagens, escritores e livro sobre a história do município.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Nacional. In ABREU, Martha; GONGIJO, Rebeca & SOIHET, Rachel. Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1930-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ARANTES, A. A. La preservación del patrimônio como practica social. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.

ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional / Luiz Alberto David Araujo, Vidal Serrano Nunes Júnior – 10ª ed. rev. e atual – São Paulo: Saraiva, 2006.

BALLART. J. El Patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona: Ariel, 1997.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues & RIETH, Flávia. É possível fazer um mapa da cultura? *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.1, n.1, 2004, p. 81-85.

BARROS, José D'Assunção. O Campo da História: especialidade e abordagens Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8ª edição

BARROS, José D'Assunção. “O olhar micro-historiográfico no Brasil”. Revista do IHGB, a-165, nº 424, jul/set. 2004.

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

BESSEGATTO, Mauri Luiz. O patrimônio em sala de aula. Fragmentos de ações educativas. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004, 80p.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2010.

BRASIL. Decreto Nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-80978.pdf>. Acesso em: agosto de 2011.

BRASIL: Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em jan. 2012.

BRASIL: Estatuto da Criança e Adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Relatório de atividades IPHAN. Brasília: Prática, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BLOCH, Marc. Apologia da História: ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUSQUETS, M. D. et al. Temas Transversais em Educação. 6ª Ed. Tradução Cláudia Schilling. São Paulo: 2000.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo. In OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). COLEÇÃO EXPLORANDO O ENSINO: História. Volume 21. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana R. Lessa e Heloísa P. Cintrão. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1998. 385 p.

CARVALHO, Antônio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO/MAST – vol. 4 nº 1 – 2011.

CASCO, A. C. A. J. Educação Patrimonial e Sociedade. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em 20 mar. 2016.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e nação na propaganda do “Milagre econômico” (Brasil, 1969-1973). Campinas, São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da Unicamp, 2000.

CERTEAU, M. de. A escrita da história. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. In Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Vol. 1 (2004) – Rio de Janeiro IPHAN, 2004 – v: il.

CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. Memória, história e arquivos. Cabo Frio: Secretaria de Cultura. Anuário de Cabo Frio 2011, p. 257-260.

CHIUVITE, Telma Bartolomeu Silva. Direito Ambiental – Para Aprender Direito – vol.14. 1ªed. -São Paulo: Barros & Fischer, 2010.

COSTA, Carina Martins. Uma casa e seus segredos: formação de olhares sobre o museu Mariano Procópio. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado da Fundação Getúlio Vargas.

CRUZ, M. B. A. O ensino de história no contexto das transições paradigmáticas da história da educação. In: NIKITIUK, S. L. Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHA, Márcio Werneck. A América de Américo. Rio de Janeiro: INELIVRO, 2004.

CUNHA, Márcio Werneck. Viagem a Terra do Pau-Brasil. Rio de Janeiro: INELIVRO, 2004.

DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento. São Paulo: Imprensa Universitária, 1983.

DURANT, Will. História da Civilização a Renascença. São Paulo: Record, 1957.

DIAS, Guilherme & SOARES, André Luis Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In SOARES, André Luis Ramos (Org.). Santa Maria RS, 2008.

FERNANDES, Rose. Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Completa: 2014.

FERNANDES, Rose. Matriz do Povoamento do Antigo Cabo Frio. Anuário Cabo Frio, 2013, p. 143-164.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZELLI, Carlos A. B. et all. (Orgs.) Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre. Editora Universidade/UFRGS, 2000.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro - 10ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu & FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In SOARES, André Luis Ramos (Org.). Santa Maria RS, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PIÑON, Ana. Contando as crianças sobre o passado no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.1, n.1, 2004, p. 13-30.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu – BESSEGATTO, Mauri Luiz. O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas. 1º ed. Santa Maria, Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM, 2004. Portal Vitruvius, Resenha 089, Maio de 2004. Extraído de: www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha089.asp, em 24 de Outubro de 2004.

GOUBERT, Pierre. “História Local”, em “História & Perspectiva”. Uberlândia, jan./jun. 1992, p. 45-57.

HALBWACH, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice ed., 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. Belo Horizonte, vol. 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

HERMANN, J. World archaeology: the world's cultural heritage. In: CLEERE, H. F. (Ed.). Archaeological heritage management in the modern world. London: Unwin Hyman, 1989, p. 30-37.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). A Invenção das Tradições 2ª edição. Ed. Paz e Terra:2012.

HOBBSAWM, E. A Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.13.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, p. 25-35, jan./jun. 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Boletim: educação patrimonial. Disponível em: <http://cdnbi.tv escola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publication sSeries/110335EducacaoPatrimonial.pdf>. Acesso em 22 fev. de 2016.

IBGE. Série: POP300 - 2008 - Projeção da população do Brasil. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/default_resultados_dou.shtml. Acesso em 4 de março de 2016.

IBGE. Cidades. Cabo Frio, Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330070>. Acesso em 4 de março de 2016.

ITAQUI, José. Educação patrimonial: a experiência da 4ª Colônia. Santa Maria: Pallot, 1998.

LEAL, Alberto. Cabo Frio 1503. Rio de Janeiro: Editora Batel, 2012.

LEMOS, Carlos. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elisabeth. Currículos: debates Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

LONDRES, Cecília. O patrimônio Histórico na sociedade contemporânea. Palestra

LEDUR, Flávia Albertina Pacheco. Educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul – PR. Canoinhas S.C. Dissertação de Mestrado, 2012.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004, 72p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora Malheiros, 2013.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de & SANTHIAGO, Ricardo. História Oral na sala de aula. São Paulo: Autêntica, 2015.

MARTINS, Luccianne Guedes. Caudilhos no Rio Grande do Sul: uma proposta de discussão sobre essa época polêmica da história rio-grandense. In SOARES, André Luis Ramos (Org.). Educação Patrimonial: teoria e prática. Santa Maria RS, 2008.

MASSA, Hilton. Cabo Frio, Nossa Terra, Nossa Gente. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

MASSA, Hilton. Cabo Frio Histórico e Político. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaféri & CARNEIRO, Janderson Bax. Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Graffline, 2010.

MOURA, Rafael Peçanha de. Histórias de pescador – imagens e identidade dos pescadores artesanais do Bairro Gamboa (Cabo Frio RJ). Monografia apresentada

ao Departamento de Ciências Sociais da UERJ como requisito à obtenção do título de especialista em Sociologia Urbana. RJ, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: Projeto História n. 10. Revista do programa de estudo Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em www.minc.gov.br. Acesso em 2006.

OLIVEIRA, Fabiana & WENCESLAU, Franclin Ferreira. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In SOARES, André Luis Ramos (Org.). Santa Maria RS, 2008.

OLIVEIRA, Hilda Rabelo & SENAPESCHI, Alberto. A Escola: um projeto visando ao ensino interdisciplinar e transversal. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP, v. 82, n. 200/201/202, dezembro/janeiro – 2001.

OLIVEIRA, Luiz Carlos da Cunha. Cabo Frio Quatrocentão. Cabo Frio: Secretaria de Cultura Anuário de Cabo Frio 2013, p. 91-102.

OLIVEIRA, Sandra Maria Ferreira de. Os tempos que a história tem. In OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). COLEÇÃO EXPLORANDO O ENSINO: História. Volume 21. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO. VOLUME 3: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: 3º E 4º ciclos. História. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1996.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: 3º E 4º CICLOS. *História*. Brasília, D F: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1999, p. 93-96.

PEDRO, José Carlos. A Colônia do Morro Queimado: suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831. (Dissertação de Mestrado), 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 -215, 1992.

REZNIK, Luiz. Qual o lugar da História Local. Projeto História de São Gonçalo: Memória e Identidade. Rio de Janeiro, 2000, p. 3.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Ed: Atlas, 1999.

RUSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente de. "História do Brasil". APUD SOUSA, Bernardino José de. O pau-brasil na história nacional. São Paulo: Editora Nacional, 1978, coleção brasileira, vol. 162, p. 45

SANTANA, Mariely Cabral de. Alma e Festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bonfim. 2002.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. Patrimônio histórico e cultural: leitura crítica dos conceitos e suas implicações na prática escolar. Ponta Grossa, 2008. Dissertação de Mestrado.

SAVIANI, Demerval. O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional. In Saviani, D. (Org.) História e história da educação: o debate histórico e metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Coleções Polêmicas do Nosso Tempo. 4ª ed. Editora Autores Associados. Cortez Editora, 2001.

SOARES, André Luis Ramos (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004, p. 120.

SOARES, André Luis Ramos. Educação patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. In SOARES, A. L. R. et al. Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

STEPNHANOU, Maria. Ensino de história e educação patrimonial: memória açoriana. Ensino de História e formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.

SOUZA, Renilfran Cardozo de. Guia Básico de Educação Patrimonial: referência para o Brasil. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristovão – SE, setembro de 2012.

TEIXERA E SOUSA, Antônio Gonçalves. Os três Dias de um noivado. Rio de Janeiro: Tomo 260, p. 116-125.

VARINE, Hugues de. Patrimônio e educação popular. In: Revista Ciências e Letras, Porto Alegre: FAPA, nº 31, 2002, p. 287-29.

ZANIRATO, Sílvia Helena & RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26. nº 51, p. 251-262 – 2006.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

PESQUISA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL COM OS
DOCENTES DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ARTES

Qual seu nome?

Qual sua idade?

Qual foi a instituição que concluiu seu curso superior? Qual curso?

Em que ano ingressou na graduação?

Em que ano concluiu a graduação?

Cursou a disciplina **Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural ou algo correlato?**

Sim

Não

Cursou disciplina sobre História Local ou Regional?

Sim

Não

Participou de algum Projeto extracurricular sobre Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural?

Sim

Não

Participou de algum Projeto extracurricular sobre História local ou Regional?

Sim

Não

Seu tema de monografia ou TCC tratou da História Local ou Regional?

Sim

Não

Caso positivo na questão anterior, qual foi o tema?

Você considera que sua formação sobre História local / regional, durante a graduação, foi satisfatória?

Você considera que a sua formação na área Patrimônio Cultural, durante a graduação, foi satisfatória? Por quê?

Depois de graduado participou de alguma capacitação, curso de extensão ou especialização (lato sensu) sobre História da África e/ou do Negro no Brasil?

Sim

Não

Caso positivo na questão anterior, qual foi o curso?

Há quantos anos você atua como professor na educação básica?

Há quanto anos você atua como professor(a) da Rede Pública?

Atualmente, leciona na Rede Pública Municipal, Estadual ou Federal?

Rede Municipal de Ensino

Rede Estadual de Ensino

Rede Federal de Ensino

No ensino público, você leciona no Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio?

Você aborda temas relativos ao Patrimônio em suas aulas na escola pública?

Caso sua resposta anterior tenha sido positiva, quais patrimônios mais têm abordado?

Você aborda temas relativos à História Local?

Se sua resposta anterior for negativa, aponte os motivos da não abordagem.

Sentiu ou sente dificuldade de abordar temas sobre Patrimônio Cultural?

Sim

Não

Se sua resposta for positiva na questão anterior, por favor, explique as maiores dificuldades.

Sentiu ou sente dificuldade de abordar temas sobre História Local?

Já participou de algum projeto na escola pública sobre História Local?

Já participou de algum projeto na escola pública sobre Patrimônio Cultural ou Educação Patrimonial?

Caso tenha participado de algum projeto na escola pública sobre um dos temas abordados acima, relate a experiência.

O livro didático que utiliza atualmente no ensino Público aborda a questão da História Local?

O livro didático que utiliza atualmente no ensino Público aborda a questão do Patrimônio Cultural?

Quais são os motivos que você considera (do currículo mínimo de sua disciplina) a não abordar a História Local?

Quais são os motivos que você considera (do currículo mínimo de sua disciplina) a não abordar o Patrimônio Histórico?

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

ENTREVISTAS COM OS DIRETORES E SECRETÁRIO ESCOLAR DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO

Data da entrevista:

Nome:

Cargo:

Formação : () Magistério

() Graduação:() Pós- Graduação Lato Sensu

Tempo de serviço no Magistério:

Tempo de serviço na Escola:

01. Como a proposta do ensino do município contempla a preservação da memória e do patrimônio cultural em Cabo Frio?

02. Quais são as ações desenvolvidas pela Escola para a preservação da memória e do Patrimônio Cultural em Cabo Frio, tais como:

- investimentos em cursos de capacitação de professores;
- investimentos em materiais didáticos;
- planejamentos de atividades culturais, como conferências, e eventos;
- projetos de valorização do patrimônio cultural;
- divulgação do patrimônio local.

03- Como a Escola interage com as Políticas Públicas do município, visando o reconhecimento e a valorização do Patrimônio Cultural em Cabo Frio?

04- Como a Secretaria de Educação interage com as Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal para a afirmação das políticas de preservação do patrimônio cultural em Cabo Frio?

05. O PPP da Unidade Escolar aborda questões atinentes ao Patrimônio Histórico e História Local?

07- Os materiais didáticos e/ou paradidáticos utilizados na Escola aborda questões relativas ao Patrimônio e História Local?

08- O que a Unidade Escolar tem feito para valorizar o patrimônio cultural do município de Cabo Frio? Se a resposta for negativa. O que ela poderia fazer para valorizar o Patrimônio Histórico e Cultural do município?

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA ORAL COM DOCENTE SOBRE A CIDADE DE CABO FRIO

Data da entrevista:

Nome:

- 1- Qual monumento histórico você considera mais importante para a cidade de Cabo Frio?

- 2- Você já o visitou com seus alunos?

- 3- Se sim, relate a experiência.

- 4- Qual expressão do Patrimônio Imaterial (festas, danças, folclore e expressões religiosas, culturais e culinárias) você considera mais significativo para o município? Por quê?

- 5- Você já fez referência ao patrimônio imaterial da cidade de Cabo Frio em suas aulas? Já os visitou (participou de festas e eventos desse tipo) com seus alunos?

- 6- Se sim, relate a experiência.

- 7- Qual personagem da história de Cabo Frio você considera mais importante ou significativo para o município? Por quê?

- 8- Qual evento (acontecimento) histórico você julga como mais importante para a história da cidade de Cabo Frio?

- 9- Você já leu algum livro sobre História de Cabo Frio? De quais autores?

- 10- Qual narrador (historiador ou memorialista) da história de Cabo Frio, você reputa como mais importante ou influente?

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA **ORAL** COM O SECRETÁRIO DE
EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Data da entrevista:

Nome:

Formação: () Graduação:

() Pós- Graduação Lato Sensu

Tempo de serviço no Magistério:

Tempo de serviço como Secretário de Educação:

01- Como a proposta do ensino do município contempla a preservação da memória e do Patrimônio Cultural em Cabo Frio?

02- Quais são as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação para a preservação da memória e do Patrimônio Cultural em Cabo Frio, tais como:

- investimentos em cursos de capacitação de professores;
- investimentos em materiais didáticos;
- planejamentos de atividades culturais, como conferências, e eventos;
- projetos de valorização do patrimônio cultural;
- divulgação do patrimônio local.

03- Como a SEME interage com as Políticas Públicas do município, visando o reconhecimento e a valorização do Patrimônio Cultural em Cabo Frio?

04- Como a Secretaria de Educação interage com as Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal para a afirmação das políticas de preservação do patrimônio cultural em Cabo Frio?

05- O Currículo Mínimo do município aborda questões atinentes ao Patrimônio Histórico e História Local?

06- Se sim, em quais segmentos da Educação Básica?

07 Os materiais didáticos e/ou paradidáticos utilizados nas Escolas do município aborda questões relativas ao Patrimônio Cultural e História Local?

08 O que a SEME tem feito para valorizar o patrimônio cultural do município de Cabo Frio? Se a resposta for negativa. O que ela poderia fazer para valorizar o Patrimônio Histórico e Cultural do município?

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA, MESTRADO PROFISSIONAL

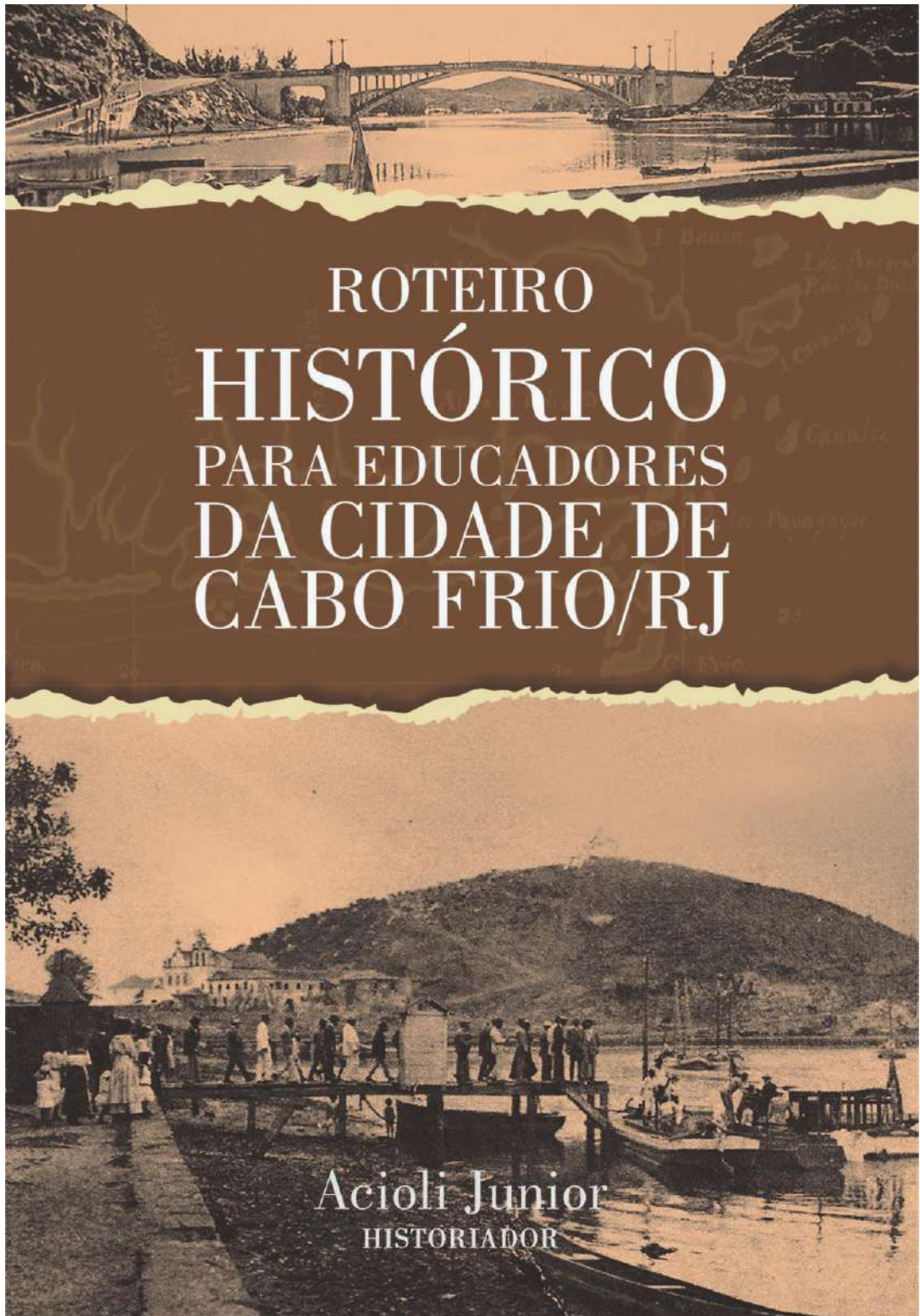
Carta de Cessão

Niterói, 15 de agosto de 2016

Destinatário

Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em _____ para Dissertação de Mestrado, podendo usá-la integralmente ou em partes, sem restrição de prazos ou citações, desde a presente data, abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente



Roteiro Histórico
para Educadores da Cidade
de Cabo Frio RJ

Professor Acioli Junior

Cabo Frio - RJ

2016

Lista de Figuras e Mapas

Escudo do Município.....	101
Bandeira da Cidade de Cabo Frio	103
Linha do Tempo	104
Mapa de Localização do Município de Cabo Frio	105
Forte São Matheus	106
Forte São Matheus	107
Forte São Matheus em Ruínas ano de 1950	108
Fonte do Itajurú	111
Morro do Arpoador	113
Marco Histórico Subida do Morro do Arpoador	114
Marco da Sesmaria de São Bento	115
Igreja Nossa Senhora da Assunção	117
Imagem de Nossa Senhora da Conceição (Aparecida)	118
Convento Nossa Senhora dos Anjos	120
Capela de Nossa Senhora da Guia.....	123
Pedra Sulcadas do Morro da Guia.....	124
Casario do Bairro Passagem	127
Igreja de São Benedito	129
Sede da Fazenda Campos Novos	132
Fazenda Campos Novos	134
Charitas	136
Réplica da Roda dos Expostos	137

Pelourinho	140
Anjo Caído.....	143
Ponte de Ferro em 1915 (primeira ponte da cidade)	145
Construção da Ponte Feliciano Sodré em 1925	146
Ponte Nova (2004)	147
Ponte Feliciano Sodré e Ponte Nova	148
Tapete de Sal no Feriado de Corpus Christian em Cabo Frio.....	149

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	95
INTRODUÇÃO.....	98
HINO OFICIAL DE CABO FRIO	100
SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO.....	101
BANDEIRA	103
LINHA DO TEMPO.....	104
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	105
O FORTE SÃO MATHEUS E A BOCA DA BARRA	106
A FONTE DO ITAJURÚ	111
MORRO DO ARPOADOR	113
MARCO DA SESMARIA RURAL DE SÃO BENTO	115
A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	117
O CONVENTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS.....	120
CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GUIA E AS PEDRAS	123
O BAIRRO PASSAGEM	127
IGREJA DE SÃO BENEDITO	129
FAZENDA CAMPOS NOVOS	132
CHARITAS.....	136
PELOURINHO.....	140
ANJO CAÍDO	143

PONTE FELICIANO SODRÉ	145
TAPETE DE SAL	149
FESTA DA PADROEIRA	150
FESTA JUNINA, JULINA E AGOSTINA	150
FESTA DA CIDADE	150
FESTA DE SÃO PEDRO	151
QUESTÕES SOBRE O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DE CABO FRIO..	152
METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	153
QUESTIONÁRIO SOBRE O PATRIMÔNIO.....	154
SUGESTÕES DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	159
SUGESTÕES DE VÍDEOS SOBRE HISTÓRIA DE CABO FRIO.....	167
RESPOSTA COMENTADA	169
BIBLIOGRAFIA.....	179

Apresentação

Este Roteiro Histórico para Educadores da cidade de Cabo Frio resulta de um trabalho de redimensionar nossa prática pedagógica, tanto como professores de história tanto como pesquisadores. A Licenciatura é uma prática que se configura num processo constante, não somente de pensar, mas, principalmente o de repensar, a partir das interações, das reflexões, das discussões e das divulgações constantes de ideias e materiais inerentes às próprias aulas e à prática de pesquisa.

O caminho aqui traçado pelo Professor Acioli Junior à elaboração deste Roteiro Histórico, considera de forma simples, por ser de fácil leitura e compreensão, mas eficaz e muito pertinente na atualidade, as questões que dizem respeito à temática – patrimonial culturale história local – o seu ensino, tendo como objetivo apresentar possibilidades metodológicas que auxiliem os colegas educadores na elaboração de seus planejamentos e definição de suas práticas dentro e “fora” da sala de aula.

Devemos pontuar algumas considerações para que o leitor desta obra compreenda o seu teor e o porquê de sua publicação. O Professor buscou produzir e reunir um material informativo e didático sobre o Patrimônio Cultural de Cabo Frio, visando o público em geral, mas sobretudo os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino. Sabendo da dificuldade que é o “saber” sobre a “Nossa História”, pois também sou cabo-friense, e há uma escassez de trabalhos produzidos por historiadores profissionais, que venham servir de referencial e mesmo de diretriz para o professor das diversas disciplinas, trabalhar com história local.

Esta obra servirá não somente aos professores de História, mas também, outros docentes de outras áreas do conhecimento. Poderão eles, usá-la da melhor forma possível observando sua criatividade e interesse de manipular bem o conteúdo do mesmo.

O Roteiro Histórico pode e deve ser usado em conjunto com outros materiais didáticos visando à melhoria e a maximização da atividade proposta pelo educador. Lembrando que a História da Cidade de Cabo Frio, em determinado contexto histórico, se confundirá com a História Nacional, em especial, aqueles primeiros anos da colonização europeia, ou antes, no período pré-colonial.

Jean Nouvel, incontornável marco da arquitetura atual, desenvolveu a ideia de que ser moderno consiste em fazer o melhor uso da memória e arriscar-se a inventar. Na licenciatura, também é preciso ter um olhar para o futuro, inventar, inovar, mas nunca esquecer o passado, pois é ali que construímos a identidade e a cultura a partir da memória. Não existirá “reconstrução”, ou mesmo inovação, sem memória e sem História.

Os educadores da contemporaneidade terão que empreender essa reconstrução no desenrolar de um fio histórico vivido e interpretado não como mera transmissão, mas como recriação e criação. Por isto é preciso, então, fazermos, como formadores, o melhor uso da memória no risco, pois é um risco, de inventar. Foi pensando nisto que nasceu esta obra. Da necessidade da “memória histórica” e do inventar, do inovar e do reconstruir. Da necessidade nascida da lacuna existente neste segmento, pois a maioria das ações políticas\educacionais são voltadas para a leitura e até “exploração” da História Nacional ou mesmo “europeia”, onde forçosamente deixará de lado a rica História da Cidade e sua importância histórica na contextualização da colonização brasileira.

Alunos e professores da Cidade, bem como os “moradores” de um modo geral, desconhecem a sua própria História. Reflexo e resultado de uma não valorização, ou no mínimo um descuido de pesquisadores e também, inclui-se, professores, em despertar no público tal interesse, ofertando um bom material sobre a temática. O Roteiro, neste ponto, também é uma aposta que tão logo aconteça a leitura do mesmo, haja o despertar do interesse na visitação, preservação e divulgação dos monumentos e da cultura cabofriense. Para tanto, foi elaborada uma ficha do patrimônio material e imaterial de Cabo Frio, com uma bibliografia para cada bem analisado.

A cidade é um dos melhores destinos turísticos do País. Considerada o centro histórico\político\cultural da Região dos Lagos, tem muito mais que lindas praias e laguna. Veremos que, por ser uma das primeiras povoações do Brasil, Cabo Frio guarda registros do período colonial em fortificações, igrejas, conventos, casarios, peças de artilharia e arte sacra, que ainda hoje contam em detalhes, aos que visitam os seus monumentos e museus, a história da cidade que se confunde com a própria história do Brasil.

Nesta obra será apresentada a Metodologia de Educação Patrimonial, um questionário com 16 questões e suas respectivas respostas sobre Patrimônio Cultural. O autor também dá 10 sugestões de atividades com o patrimônio tangível e intangível,

para que professores de diferentes disciplinas trabalhem o patrimônio do município com seus alunos. O professor oferece sugestões de vídeos e reportagens sobre a história de Cabo Frio e finaliza com 30 questões sobre o Patrimônio para serem trabalhadas após a visita.

Desejo a todos uma excelente leitura e uma ótima viagem aos principais bens culturais da cidade de Cabo Frio!!

Moisés Porto Messias, é professor de História, Filosofia e Sociologia da rede municipal de Cabo Frio e da rede estadual no município de Magé RJ.

Introdução:

Este Roteiro Histórico da cidade de Cabo Frio foi feito especialmente para colaborar com o trabalho docente, podendo ser utilizado por professores de inúmeras disciplinas, até porque a Educação Patrimonial é interdisciplinar. Porém, o mesmo foi preparado pensando no trabalho realizado pelos docentes de História, Geografia e Artes. O Roteiro nasceu como produto pedagógico, do Mestrado em Ensino de História, que cursei entre 2014-2016, na UFF (Universidade Federal Fluminense), que teve o financiamento da CAPES e a orientação da doutora Larissa Viana.

O Roteiro tem a perspectiva de trabalhar múltiplas temporalidades, apesar da predominância de monumentos do período Colonial. Todavia, pode-se fazer inúmeras leituras dos mesmos. Sempre quando trabalhamos com o passado, nosso olhar sempre será o do presente. E num mesmo local, como por exemplo, a Praia do Forte São Mateus, no centro de Cabo Frio, pode ser trabalhado tanto a história pré-colonial e indígena, quanto a história colonial, até mesmo a história do tempo presente. Cabendo ao professor fazer a escolha de qual temporalidade trabalhar.

O Roteiro também conterà uma ficha técnica de alguns monumentos históricos, com fotos e, o mais importante: indicaremos algumas atividades retiradas de manuais de Educação Patrimonial, de sugestões de especialistas e do meu trabalho com visitas a esses locais.

O objetivo do roteiro histórico é que professores tenham conhecimento e desenvolvam atividades com alunos do Ensino Médio. Para provocar nos discentes uma atitude favorável para com os bens culturais que fazem parte do Patrimônio Cultural do município de Cabo Frio - RJ.

Buscando desenvolver nos discentes a percepção dos bens culturais e o espírito crítico, através da metodologia da Educação Patrimonial. Cabendo ressaltar, que este trabalho está voltado predominantemente para os bens materiais, pois em nosso município o patrimônio tangível tem predominância sobre o intangível.

Esse trabalho parte dos bens culturais consagrados, entendidos como aqueles reconhecidos pela sociedade, protegidos por leis e decretos, porém pretendemos que ele

motive o trabalho com os bens não consagrados, que são aqueles que fazem parte do nosso cotidiano, da nossa realidade e revelam os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar.

Esperamos que esse Roteiro Histórico seja um instrumento de valorização dos bens culturais do nosso município, pois temos a utopia que, um dia, Cabo Frio seja reconhecida pela sua história, assim como são valorizadas suas belezas naturais.

E você, docente, pode ser esse instrumento de valorização, através dos seus alunos. Bastando cada um fazer a sua parte.

Hino Oficial de Cabo Frio⁷³

“Cabo Frio minha terra amada,

Tu és dotada de belezas mil.

Escondidas vives num recanto

Sob o manto deste meu Brasil.

Noites claras, teu luar famoso,

Este luar que viu meus ancestrais

O teu povo se orgulha tanto

E de ti não esquecerá jamais.

Tuas praias, teu Forte

Olho ao longe e vejo o mar bravio,

À esquerda um pescador afoito,

Na lagoa que parece um rio.

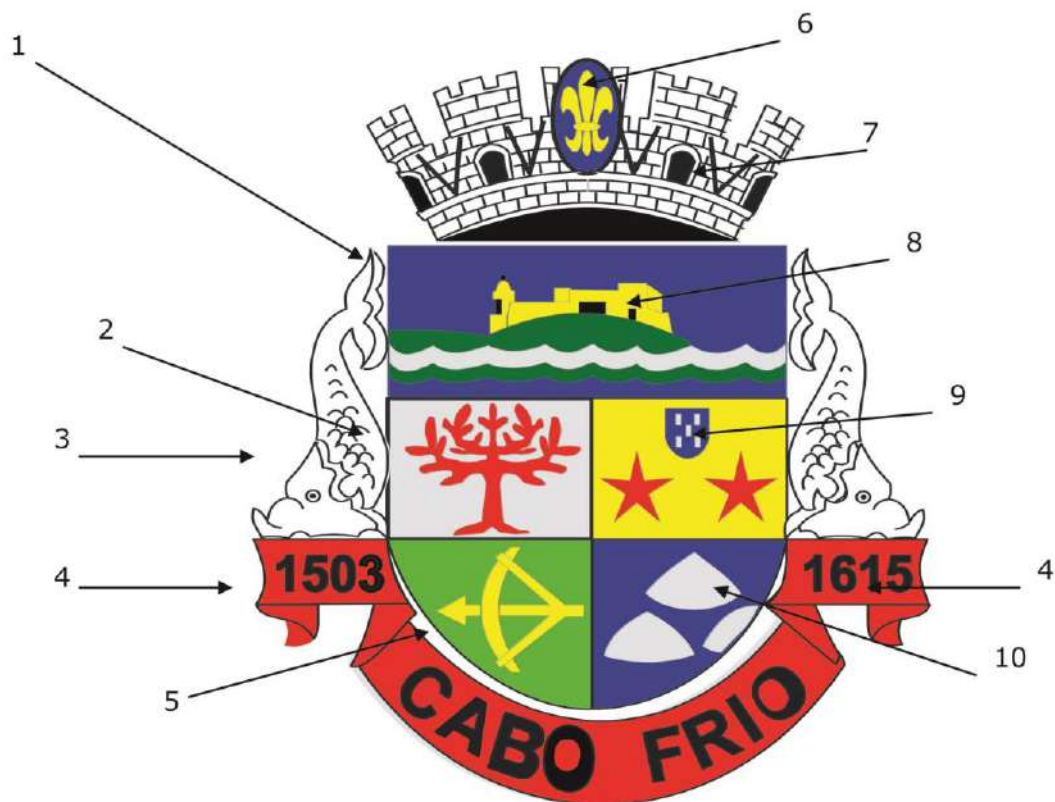
O teu sol, que beleza,

No teu céu estrelas brilham mais.

Forasteiro, não há forasteiro,

Pois nesta terra, todos são iguais.”

⁷³O Hino Oficial do Município de Cabo Frio, composto por Victorino Carriço, foi inicialmente composto como poesia, em 1960, quinze anos depois em 1975, passou a ser o hino da cidade, cujo título era “Meu Cabo Frio”.



(Victorino Carriço) 2

Descrição dos símbolos⁷⁴

1. Escudo em formato ibérico (português ou espanhol);
2. Árvore simbolizando o pau-brasil (*caesalpinia echinata*); sua exploração e tráfico foram responsáveis pela colonização do Brasil e fundação da cidade;
3. Golfinhos que simbolizam cidade marítima;
4. Data da instalação da feitoria de Américo Vespúcio e fundação da cidade;

⁷⁴Adaptado de "O Município de Cabo Frio", Apostila do Ensino Fundamental I, 3º ao 5º ano. Autor: Professor Alberto Lima. Adotado em 10 de novembro de 1967. Resolução nº 127-A da Câmara Municipal de Cabo Frio.

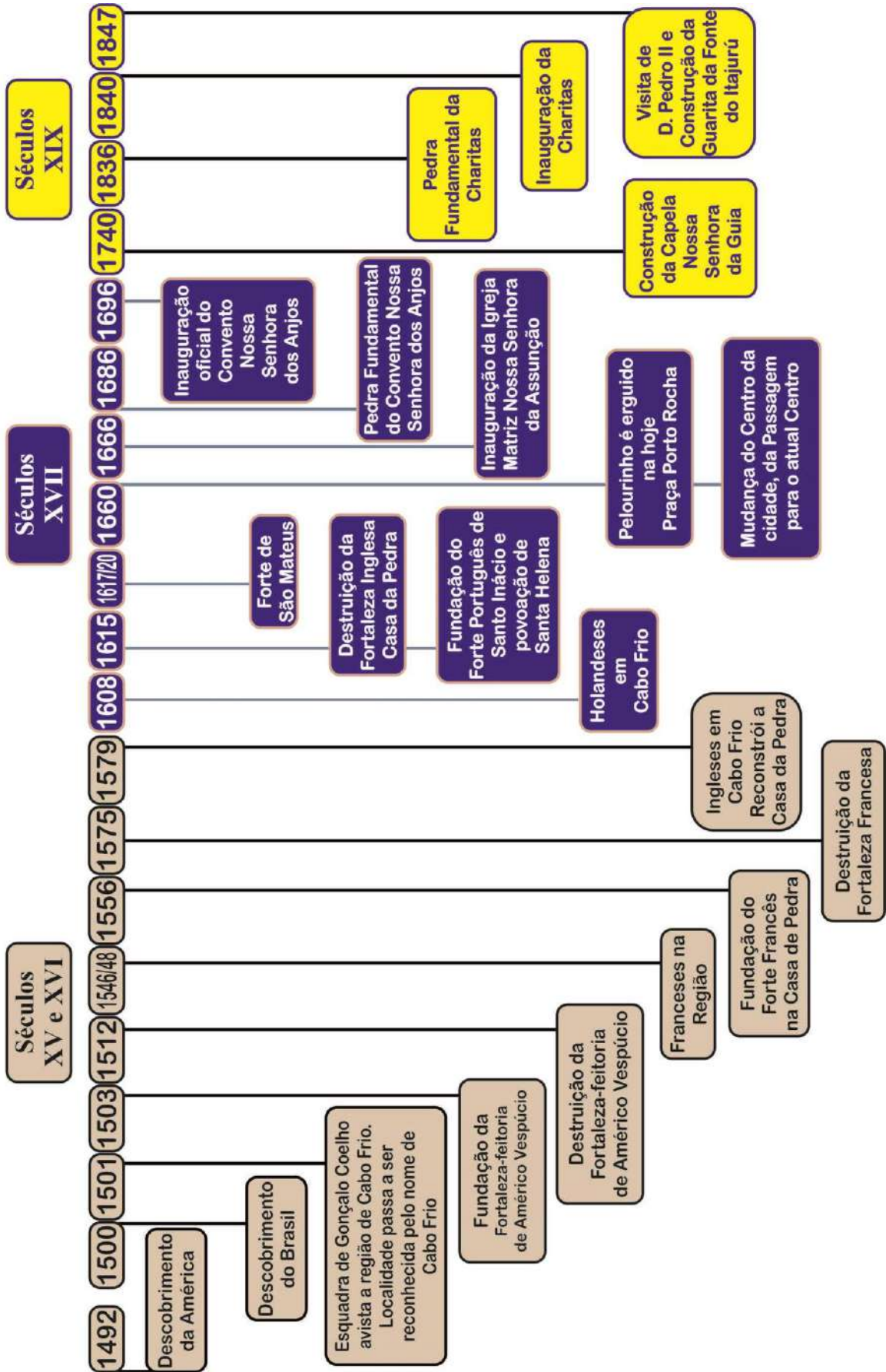
5. Arco e flecha, simbolizando a nobreza de caráter e a elevada noção de honra dos índios Tamoios, primitivos habitantes do lugar;
6. Escudo oval usado por mulheres, sobretudo rainhas, com uma flor-de-lis, símbolo da mãe de Deus, representando a cidade a ela dedicada... No caso Nossa Senhora d'Assunção;
7. Coroa mural com cinco torres, simbolizando "status" de cidade;
8. Forte de São Matheus, construído entre 1617-1620 pelo primeiro governador (Estevão Gomes), para defesa da cidade;
9. Escudo, simbolizando Antônio Salema que comandou o massacre dos índios Tamoios, aliados dos franceses. As estrelas representam as vítimas;
10. Montes de sal, simbolizando a extração e indústria local.

Bandeira de Cabo Frio



Fonte: google.com

LINHA DO TEMPO

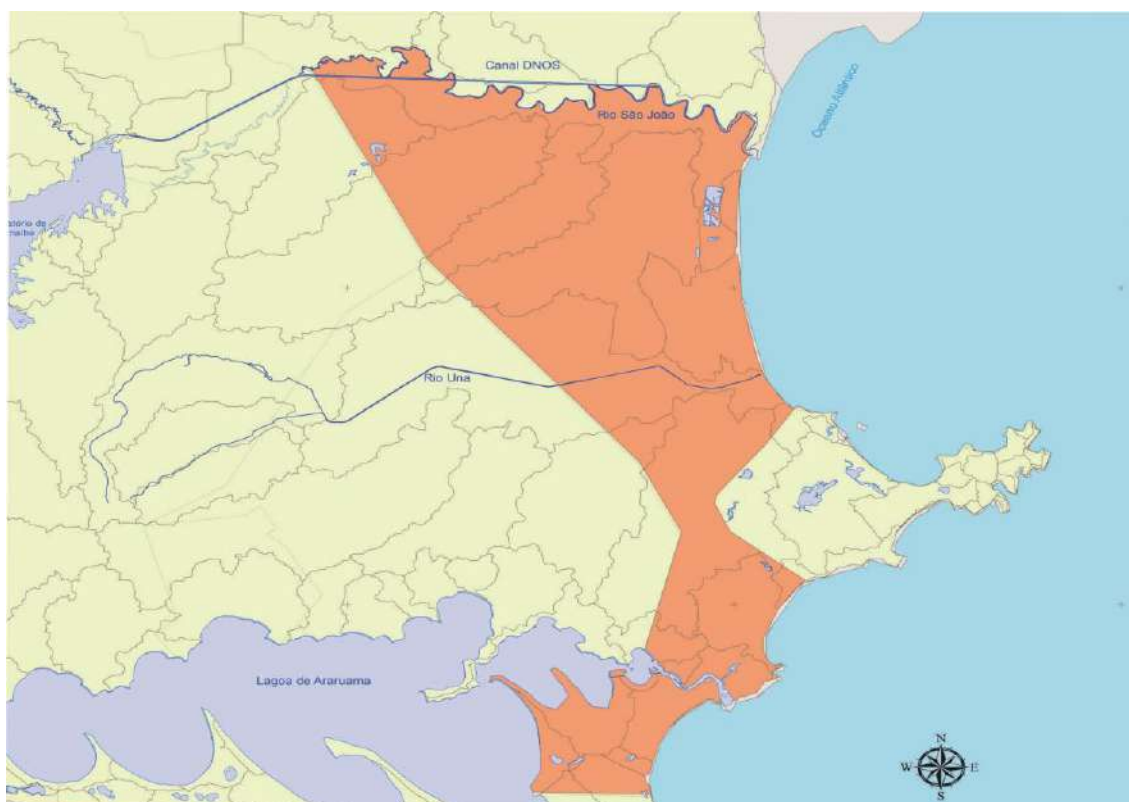


Caracterização do Município

Cabo frio tem cerca de 410,418 Km², possui atualmente 205.451 habitantes (IBGE, 2015). Em 2008 possuía 162.229 (IBGE, 2008). Somente entre 1991 e 2000, a cidade apresentou taxa de crescimento populacional de 5,81% ao ano, então uma das cinco maiores do Estado. Entre os anos de 2000 e 2003, essa taxa foi de 12,7%. No ano de 2004, o município tornou-se o quarto maior município a crescer no Estado. Cabo Frio conforme, o TCE e IBGE é uma cidade média do interior fluminense, localizada na Região das Baixadas Litorâneas, que comporta o total de 12 municípios.

Mapa do Município de Cabo Frio

Fonte: internet



Forte São Matheus



Figura 1 Forte São Matheus (Fonte: internet)

O Forte que dá nome à praia mais famosa de Cabo Frio foi construído no século XVII pelos portugueses, entre 1617-1620, é uma das mais antigas obras da arquitetura colonial latino-americana. Foi construído com material remanescente do Forte de Santo Inácio, primeira fortificação da cidade. É o principal cartão postal do município.

Em um mapa anônimo do início do século XVII da "Terra de Cabo Frio", observa-se o antigo forte (*Forte de Santo Inácio*) localizado junto ao porto da barra do canal da Laguna de Araruama, e o novo, próximo à praia, numa ilhota mais elevada, o cavaleiro da barra. Acredita-se que o material de construção, o armamento e a guarnição tenham sido remanejados para o novo Forte de São Matheus. A nova estrutura, em alvenaria de pedra e cal, apresenta planta no formato de um polígono quadrangular irregular, com duas baterias a barbeta, uma guarita no vértice pelo lado do mar, edificação para Quartel e Depósito no terrapleno pelo lado de terra.

Construído para defender a terra das invasões dos franceses, ingleses e holandeses. Deste período conflituoso, ainda restam os canhões utilizados nas batalhas,

que mesmo após as restaurações que o forte sofreu, ainda continuam voltados para o mar, em eterna defesa da cidade.



Forte São Matheus Cabo Frio (Fonte: internet)

O historiador Elísio Gomes Filho nos informa:

Não devemos visualizar esta fortificação do princípio do século XVII, como se fosse a que chegou até nós. São Matheus certamente era bem menor. Mas ele sempre contou com três muralhas de pedra lavrada e com uma única e singela torre, a ser tingida tanto pelas luzes do sol nascente, como do poente.⁷⁵

A casa onde os soldados viviam encontra-se nos recintos do forte e hoje serve de espaço para a exposição de artesanatos e quadros de artistas da região. Localizado no canto esquerdo da praia, o forte, lá de cima, proporciona uma visão completa de toda a extensão da praia até Arraial do Cabo. Do outro lado também é possível visualizar a parte pouco explorada da Ilha do Japonês e os pescadores trabalhando. Faz parte também da beleza do Forte São Matheus, admirá-lo de longe, principalmente à noite, quando é especialmente iluminado e sua luz reflete nas águas da praia do Forte, um espetáculo digno de admiração.

⁷⁵Citado do site: http://www.cabofrio.org.br/cabo_frio_turismo.php?cod=forte_sao_matheus, acessado em 12/03/2016.

Conforme Beranger (1989) o Forte possuía canhões dos mais variados calibres: um de 12 polegadas, quatro de 6 polegadas e dois de 8 polegadas. No século XVIII a fortificação estava guarnecida por uma tropa auxiliar composta de um superior e 7 soldados, sendo que destes, uma era da cavalaria, e todos eram sujeitos às ordens do oficial do terço de regimento de milícia em Cabo Frio.

Em visita ao Forte, percebe-se que o mesmo apresenta cinco compartimentos:

- Casa do Comando
- Quartel da Tropa
- Cozinha
- Casa da Pólvora
- Cisterna (ou cela), em nível inferior

O Forte São Matheus teve outros usos além do militar; a partir de 1899, o monumento passou a ser utilizado pelas autoridades municipais como Lazareto⁷⁶, abrigando os enfermos terminais das graves epidemias que assolavam a cidade à época.



Forte São Matheus em ruínas, década de 1940 (Fonte: Arquivo Wolney Teixeira)

No século XX, o Forte São Matheus se encontrava em ruínas e abandonado por falta de manutenção. Nesse período a estrutura abrigou um farol, mas o mesmo foi demolido na década de 50 por apresentar riscos de desabamento.

⁷⁶Segundo o Dicionário Informal, Lazareto: Lugar afastado das cidades onde se colocavam os indivíduos com doenças infecciosas, como a lepra. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/lazareto/> Acessado em 08/11/2016. Sendo assim, Lazareto seria um local de controle sanitário.

A fortificação pertence à União, mas é administrado pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio. A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tombou o imóvel, o penedo em que se ergue e a ponta da praia num círculo de quinhentos metros a partir do centro do forte em 30/11/1957. Nesse mesmo ano recebeu a primeira intervenção de restauro.

Na placa comemorativa da restauração, está escrito:

“Forte de S. Matheus

Construído por Constantino Menelau em 1616.

Restaurado pela Direção Técnica do Prof. Adail Bento Costa em 1957.

Sob os auspícios do Dr. Miguel Couto Filho Governador do Estado”.

O Forte de São Matheus passou por outras intervenções de restauro, como a ocorrida em 1972, visando a instalação de um museu, em 1977, para se tornar um espaço de exposição de artistas locais, entre 1983 e 1992, foram realizadas melhorias em seu entorno.

Curiosidade: Um canhão da praia do Forte está em frente à sede do Clube de Regatas Flamengo, desde a década de 1950. E outros dois canhões do Forte estão na praça central de São Pedro da Aldeia, cidade vizinha.

Bibliografia sobre o Forte São Matheus

BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck. *A América de Américo*. Rio de Janeiro: INELIVRO, 2004.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

FERNANDES, Rose. *Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Completa: 2014.

HANSSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos Tamoios à Álcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

LEAL, Alberto. *Cabo Frio 1503*. Rio de Janeiro: Editora Batel, 2012.

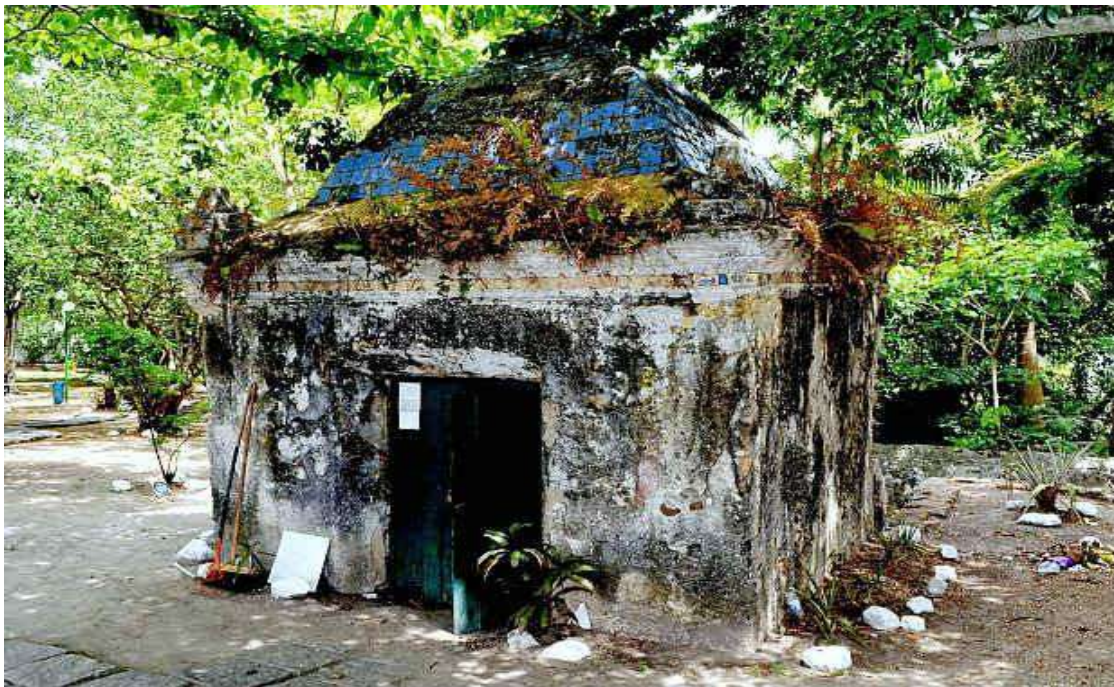
Questões Forte São Matheus

1- Em qual século o Forte São Matheus foi construído? Ele foi construído com material remanescente de qual construção?

2- Quais foram os usos do Forte São Matheus no decorrer dos séculos?

3- Quando o Forte São Matheus foi tombado? Qual órgão público o tombou?

Fonte do Itajurú



Fonte do Itajurú (Arquivo Pessoal)

Único local de água potável no entorno do centro e bairros adjacentes à cidade de Cabo Frio, utilizado desde o período pré-colonial pela nação Tupinambá. Além de fornecer água de qualidade às fortalezas e embarcações europeias que traficavam pau-brasil na região. Em 1847, por ordem de D. Pedro II e por ocasião da sua visita foi construída uma guarita em pedra para proteger a fonte, com o teto decorado com azulejos importados e com o brasão do império. Em 1896, foi construída uma caixa d'água no Morro da Guia e uma casa de máquinas junto à Fonte, de onde a água era impulsionada até a caixa.

A Fonte foi de grande importância para a colonização da região, pois graças à sua excelente água potável, a cidade foi abastecida por ela até a metade do século XX.

Hoje é um espaço aberto a visitas e nos seus jardins encontram-se árvores nativas como o pau-brasil e a guabiroba.

Apesar de não ser um local muito conhecido pelos turistas, é bem agradável e completamente cercado de verde. Os banquinhos lá dentro são ideais para um bom descanso e para umas boas fotos. Um jardim cercado, quase saindo do centro da cidade. É a impressão que se tem da Fonte do Itajurú.

A Fonte do Itajurú está localizada na Av. Júlia Kubitscheck, entre o centro da cidade e a Rodoviária. Fica aberta, diariamente, de 8 às 17h.

Bibliografia sobre a Fonte de Itajurú

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

Questões sobre a Fonte do Itajurú

- 1- Qual a importância da Fonte do Itajurú para os índios e primeiros colonizadores de Cabo Frio?
- 2- Até meado do século XX a Fonte do Itajurú ajudou no abastecimento da cidade, por isso foi construído uma caixa d'água no alto do Morro da Guia, onde era levada a água da fonte por meio de bombas. Hoje, você saberia informar de onde vem a água que abastece a cidade de Cabo Frio?

Morro do Arpoador



Morro do Arpoador (Fonte google.com)

O sítio arqueológico da Boca da Barra, no morro do Arpoado, local defendido por historiadores como Werneck (2004), Werneck e Leite (2012), e pela pesquisadora Fernandes (2015), como lugar que Américo Vespúcio instalou a primeira fortaleza-feitoria portuguesa no Brasil, em 1503. Nesse mesmo local, também foi instalada pelos franceses a Casa da Pedra, onde os franceses contrabandeavam o pau-brasil, até 1575, quando foram expulsos pelas tropas de Antônio de Salema, depois passou a ser um forte inglês, até 1615, ano que Constantino Menelau expulsou os ingleses e fundou a cidade de Santa Helena de Cabo Frio.

Com a comemoração dos 500 anos da feitoria vespuciana no município em 2003 (não de sua fundação como cidade), dentro dos festejos programados pelo poder público municipal, estava a revitalização do local e a transformação do mesmo em importante marco histórico para a população local e turistas.



Marco Histórico do Morro do Arpoador (Fonte: Arquivo pessoal)

Tratam-se da fortaleza-feitoria portuguesa do Brasil (1503-c. 1512), construída por Américo Vespúcio e destruída por grupo local indígena Tupinambá; da “Casa da Pedra” francesa (1556-1575), construída pelos armadores da cidade de Rouen e destruída pela tropa luso-tupiniquim do governador fluminense Antônio de Salema; da fugaz fortaleza-feitoria inglesa (1615), construída por armadores londrinos e destruída pela tropa Luso-Tupiniquim do governador fluminense Constantino Menelau; e da fortaleza portuguesa de Santo Inácio (1615-c. 1620), construída por ordem do rei Felipe II de Portugal ou Felipe III da Espanha, possivelmente, sede da cidade de Santa Helena de Cabo Frio (1615-1616). (Cunha, 2004).

Bibliografia sobre o Morro do Arpoador

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

LEAL, Alberto. Cabo Frio 1503. Rio de Janeiro: Ed. Batel, 2012.

Marco da Sesmaria Rural de São Bento, 1623



Estevão Gomes em 1616 foi nomeado capitão-mor da Fortaleza da cidade de Cabo Frio, tinha o poder de doar sesmarias a quem quisesse povoar e cultivar as terras. Assim como tinha a incumbência de assumir o comando da tropa e a passar em revista. Ele tinha o dever de começar a construir a cidade de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, conforme a carta de sesmaria concedida a Generosa Salgado em 1616.

Em 1617, o colégio de jesuítas do Rio de Janeiro solicitou por meio de petição a segunda sesmaria, de caráter rural. É pedido que sua medição se faça a partir do “esteio defronte da Gamboa que está defronte da cidade”, e se estende até a Bahia Formosa, em

Búzios (outrora segundo distrito de Cabo Frio). Este esteiro é uma comprida e estreita ponta de terra, situada onde se encontra o Hotel Porto Veleiro e a desativada Salinas do bairro Peró. Nesse local, ao lado do citado hotel, assentou-se o marco de pedra do mosteiro de São Bento que assina a posse da Sesmaria concedida aos beneditinos em 1623, em virtude de desistência anterior dos jesuítas.

O marco trata-se de uma coluna retangular de pedra, com as letras S.B., inscritas em baixo relevo. Sendo assim, os padres beneditinos deixaram suas marcas na colonização da cidade de Cabo Frio, participando do desenvolvimento econômico da região, através da criação de gados em diferentes pontos da Capitania Real do Cabo Frio. Foram nessas terras que eles construíram três currais para criação de gado e extraíam das florestas locais madeiras de lei com a finalidade do comércio.

Em 1664, os beneditinos receberam 36 braçadas de terras no perímetro urbano de Cabo Frio. Essas terras deram origem ao atual bairro São Bento. Em quatro pontos desse bairro estavam outros marcos de pedras com as iniciais S.B., delimitando uma quadra de terra. Segundo a pesquisadora Rose Fernandes (2014) o marco da sesmaria de São Bento que se

encontrava ao lado do Hotel Porto Veleiro, no Perú, desapareceu em 2008. Mas um dos quatros marcos que ficavam no bairro São Bento, encontra-se atualmente na lateral do prédio da Charitas, no centro de Cabo Frio.

O Marco da Sesmaria de São Bento é um monumento tombado pelo poder público municipal, pelo Decreto nº 012, de 28 de novembro de 1989.

Bibliografia sobre Marco da Sesmaria Rural de São Bento

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

FERNANDES, Rose. Matriz do Povoamento do antigo Cabo Frio. Secretaria de Cultura de Cabo Frio. Anuário 2013.

Questões sobre a Sesmaria de São Bento e a Feitoria de Américo Vespúcio

1- Não existe unanimidade sobre a existência da feitoria de Américo Vespúcio por parte de alguns historiadores do período colonial. Mesmo que ela tenha existido de fato, também pode ser que não tenha sido no Morro do Arpoador, como afirma Márcio Wenerck e Rose Fernandes. Quais são os outros locais possíveis que foi instalada a Feitoria de Américo Vespúcio? Quais pesquisadores defendem essas outras interpretações?

2- Como é o marco de pedra da Feitoria de São Bento? Quantos existiam? Onde ficavam? O desaparecimento de alguns desses marcos representa o que?

Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e Santa Helena



Paróquia Nossa Senhora da Assunção (Fonte: site da Paróquia)

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção é a mais importante paróquia da cidade de Cabo Frio, datada do início do século XVII. Porém, ela não foi a primeira igreja da região, mas a dedicada a Santa Helena.

Constantino Menelau, em 1615, logo ao fundar a cidade, determinou o lugar da povoação “e também se designou o da pequena igreja destinada a servir de Matriz, que foi dedicada a Sta. Helena, cujo orago o povo mudou quando levantou novo templo, sob a invocação de Nossa Senhora D’Assumpção, com maior dimensão que a primeira, um ano depois da sua fundação”⁷⁷.

Conforme Fernandes (2015) a igreja Matriz viu nascer a cidade, pois ela se desenvolveu em torno da Igreja Matriz de N. S. da Assunção, a primeira construção do novo centro urbano da cidade.

Segundo Souza (2011), a Igreja de Nossa Senhora da Assunção foi construída em pedra e cal e inaugurada com missa do Vigário Bento de Figueiredo, no ano de 1666. “No altar-mor já se achava a imagem da Padroeira de Cabo Frio, esculpida em madeira de lei, trazida de Lisboa em meados do século XVII” (Cunha, 1994, p. 18).

⁷⁷ SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano, livro X tit. XXV, 1723.



De acordo com a tradição, foi a terceira imagem, que sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, chegou ao Brasil trazida de Portugal por Frei Agostinho Santa Maria (a primeira imagem viera em 1551 para Pocinhos, Paraíba e a segunda para Camamu, Bahia), como assinala Beranger (1989, p. 51)

A Matriz conservava, numa capela lateral, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que foi achada numa gruta de pedras, no sítio “Focinhos do Cabo”, no lugar chamado “Tabuleiro”, junto ao cabo, pelo pescador Domingos

André Ribeiro, no dia 24 de setembro de 1721, quando começou a ser venerada sob o título de Nossa Senhora Aparecida. A imagem media 26 cm e era feita de noqueira. Esta imagem foi roubada da igreja em 23 de setembro de 1984.

Segundo o site oficial da matriz⁷⁸, a Paróquia foi entregue, desde 1937, aos padres franciscanos, por um contrato entre Diocese e a Província do Sul, “*ad nutum Sanctae Sedis*”. Esse contrato durou 53 anos e foi cancelado pela Província Franciscana em 18 de março de 1990, voltando a paróquia a ser entregue aos padres diocesanos. A paróquia foi desmembrada em 22 de março de 1958, com a criação da Paróquia do Arraial do Cabo e em 18 de novembro de 1989, com criação da Paróquia de São Cristóvão, no mesmo município de Cabo Frio.

Atualmente, a Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio é servida por sacerdotes diocesanos que são responsáveis pela sua organização pastoral e administrativa. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção é tombada pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio pelo decreto número 014, de 28/11/1989.

Bibliografia da Igreja de Nossa Senhora da Assunção

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

RANGEL, Carlos Henrique. Educação Patrimonial: Atividades que podem ser trabalhadas na escola. Belo Horizonte: IEPHA, 2005.

ROWER, Frei Basílio. A ordem franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1947.

ROWER, Frei Basílio. Página de história franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1957.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano, livro X tit. XXV, 1723.

SOUZA, Rafael Ferreira de. A arquitetura religiosa na formação colonial de Cabo Frio: limítrofe municipal atual. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

Sites

<http://www.pnsassuncao.org.br/matriz/55-matriz-historica>

Questões sobre a Paróquia Nossa Senhora da Assunção

1- Sempre foi muito comum o furto de obras de exponencial valor estético, tais como quadro, imagens de esculturas, obras sacras e dezenas de outros apetrechos de valor histórico. Você seria capaz de supor qual ou quais foram os motivos que levaram ao furto da imagem de Nossa Senhora da Conceição, da Igreja Matriz de Cabo Frio? O furto de obras de artes e sacras deveriam ter uma punição maior na legislação brasileira e internacional? Por quê?

2- A maioria da população de Cabo Frio, acredita que a Igreja Matriz de Nossa da Assunção tenha sido a primeira igreja da cidade, e Nossa Senhora da Assunção sua primeira e única padroeira. Essa crença procede? Justifique.

3- Com a construção da Matriz auxiliar (finalizada em 2008), no centro de Cabo Frio, bem perto da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, teria ofuscado o brilhantismo da primeira? Justifique.

⁷⁸<http://www.pnsassuncao.org.br/matriz/55-matriz-historica>.

Convento Nossa Senhora dos Anjos



Convento Nossa Senhora dos Anjos (Fonte: Google)

O Convento Nossa Senhora dos Anjos é um dos mais expressivos exemplares da arquitetura colonial no Brasil. Os destaques ficam por conta das pinturas no teto da capela-mor, dos painéis dos altares laterais, do piso de lajotas de barro e do Cruzeiro em frente ao Convento.

O Convento abriga ainda uma capela e cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência/São Francisco das Chagas. O convento levou dez anos para ser concluído, tendo a pedra fundamental sido colocada em 2 de agosto de 1686, em cerimônia presidida pelo Provincial Frei Agostinho da Conceição.

Na petição que o Provincial fez ao Bispo para obter as licenças necessárias à construção, explica-se os dois motivos que levaram a construção do Convento: primeiro, os constantes pedidos e rogos dos moradores, que reclamavam sacerdotes auxiliares do vigário; segundo, o oferecimento de uma pessoa abastada para ser o padroeiro do convento, dando-lhe todos os anos a esmola de uma cômgrua.⁷⁹ O benfeitor, chamava-se José Barcelos Machado.

⁷⁹Designa-se Cômgrua Paroquial, a tradição cristã paroquial e dever moral e religioso do crente contribuir financeiramente para a honesta e digna sustentação de seu pároco (o mesmo que presbítero). Estando ele todos os dias e horas a serviço da paróquia, ministrando os sacramentos e ensino religioso, os paroquianos tem que contribuir para que ele possa servir em disponibilidade total. Retirado de www.thinkfn.com, acessado em 18/04/2016.

Por conta da pobreza da população cabo-friense a época, o convento levou 10 anos para ficar pronto. Foi inaugurado em 13 de janeiro de 1696 e foi feita com a presença do Frei Cristóvão Madre de Deus. Segundo Souza (2011) após benzer a igreja e o cemitério, ou seja, os chãos destinados às sepulturas na igreja, via sagra e capítulo, recolheu a comunidade e deu posse ao primeiro guardião, Frei Serafino Santa Rosa.

Edificação típica do século XVII, construída em pedra e cal, em formato quadrangular, com pequeno claustro. Destaca-se o Cruzeiro de Santo Antônio, em frente ao convento, provavelmente construído na mesma época da igreja.

Segundo Abel Beranger:

Dedicaram os religiosos, esta casa a Nossa Senhora dos Anjos em memória da grande devoção que seu santo patriarca teve à Senhora dos Anjos, que se venera fora da cidade de Assis, que chamou Convento da Porciúncula. E como debaixo da sua proteção nasceu a religião seráfica, quiseram também aqueles benditos padres que a mesma Senhora com o mesmo e agradável título para Ela fosse naquela casa Mãe e Patrona daqueles seus filhos conventuais. (Beranger apud Santuário Mariano – 1723 – Livro X, 2003, p. 54).

Em 12 de março de 1968 foi firmado convênio entre o arcebispado de Niterói e a diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART).

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional foi inaugurado e aberto à comunidade cabo-friense e circunvizinha em 15 de dezembro de 1982. As imagens sacras foram restauradas e postas em exposição permanente. Atualmente, realizam-se no Museu, exposições de artes plásticas e fotografias, além de ter abrigado o Escritório Técnico da 6ª Diretoria Regional do IPHAN de Cabo Frio e das cidades da Região dos Lagos, até a transferência definitiva do escritório para a antiga estação ferroviária da cidade de São Pedro da Aldeia.

O tombamento do Convento se deu conforme salienta o historiador Márcio Werneck da Cunha:

Em 1937, a SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou o Convento, a Igreja e o Cruzeiro, iniciando a restauração da igreja 11 anos depois, e que, mais tarde, foi estendida ao Convento. Em 1958, a SPHAN também tombou a Capela de Nossa Senhora da Guia (que foi restaurada), a igreja e o Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. A proteção federal alcançou ainda o adro e toda a área livre em frente e atrás do convento, incluindo o largo de Santo Antônio e o Morro da Guia, com faixa de proteção situada no entorno da planície de 100m. (Cunha, 1994, p. 3).

O Convento está aberto à visitação da comunidade local e dos turistas. Também dispõe de visitas orientadas para estudantes e professores da rede pública e privada do Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia do Convento Nossa Senhora dos Anjos

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

ROWER, Frei Basílio. A ordem franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1947.

ROWER, Frei Basílio. Página de história franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1957.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano, livro X tit. XXV, 1723.

SOUZA, Rafael Ferreira de. A arquitetura religiosa na formação colonial de Cabo Frio: limítrofe municipal atual. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

1- Quais são as características do Convento de Nossa Senhora dos Anjos?

2- Segundo o pesquisador Márcio Werneck, qual órgão fez o Tombamento do Convento Nossa Senhora dos Anjos e em que ano ocorreu?

3 - Desde dezembro de 1982 funciona nas dependências do Convento Nossa Senhora dos Anjos o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MAR). Você já o visitou. Se sim, relate sua experiência?

Capela de Nossa Senhora da Guia e as Pedras Sulcadas



Capela de N. S. da Guia (Fonte: google.com)

A capela de Nossa Senhora da Guia, localizada no outeiro do Tairú, hoje morro da Guia, pertencente ao Convento de Nossa Senhora dos Anjos, também é um monumento cercado de histórias e lendas.

Foi construída em 1740 pelos frades franciscanos, por ordem da Câmara Municipal. Diz a lenda que a imagem de Nossa Senhora da Guia possuía um altar dedicado a ela no convento, mas quando colocada lá, aparecia no dia seguinte em cima do morro. E assim acontecia toda vez que insistiam em levá-la para baixo. Depois de várias tentativas, acabou-se por fazer a vontade da santa e uma capela foi construída em cima do morro para abrigar a imagem. Este local é o ponto mais elevado da cidade e de lá tem-se uma belíssima visão panorâmica de Cabo Frio e dos municípios vizinhos. Com as reformas para a construção de um mirante, agora a área permite avistar, também, a Ponta do morro do Arpoador e a praia do Perú. Durante a noite o visual é imperdível.

A Capela foi tombada pelo IPHAN em 1957, assim como, todo seu entorno.

Nesta elevação junto ao Convento, conforme Souza (2011), achava-se o sítio arqueológico mais importante da cidade de Cabo Frio, um dos mais relevantes do Brasil pré-histórico, cercado de lendas e considerado o santuário da mitologia tupinambá na região.



Pedras Sulcadas, Morro da Guia (Fonte: internet)

Esse sítio arqueológico pré-histórico é denominado “Pedra Sulcada” do Morro da Guia, localizado a poucos metros da Capela Nossa Senhora da Guia, envolto em muitos mitos, lendas e até histórias ufológicas.

Os primeiros a fazerem referência as pedras sulcadas do Morro da Guia foram o frade André Thevet, em 1555, e Simão Vasconcelos, em 1663. Charles Darwin, autor de “A origem das espécies” também fez pesquisas no local, quando visitou a região, em 1836.

Em 1818, o botânico Augustin de Saint-Hilaire subiu no Morro da Guia, onde se encontra a Capela de Nossa Senhora da Guia e desfrutou de um lindo e deslumbrante panorama, e afirmou: “Dele se descobre o mar e os navios que passam no oceano, onde algumas vezes sobem os religiosos por divertimento e para mostrar os penedos sulcados”.

O primeiro pesquisador a levantar a hipótese de que os sulcos eram polidores líticos fixos, foi provavelmente, Ladislau Neto, em 1881, conforme publicação arqueológica da Revista do Sebrae⁸⁰, ele afirma:

“Tive em 1881, ocasião de verificar no alto do Morro da Guia, a menos de 2 Km da cidade de Cabo Frio, o modo porque se serviam os indígenas dos fragmentos caídos

⁸⁰Citado de http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/sal/03_OsSítiosArqueologicos.pdf, acessado em 22 de abril de 2016.

dos penedos de diorito que formam a aresta denticulada daquela montanha. Os referidos penedos ou penhascos apresentam, em diferentes sentidos, sulcos que, examinados atentamente, indicam haver sido feitos por indivíduos que, ajoelhados ou acorados sobre a face superior dos rochedos. Ali desbastavam os fragmentos de diorito de que faziam machados. A água e areia eram os únicos elementos de que se socorriam para esta operação.”

O sítio era formado por 10 blocos de pedra, mas hoje restam somente 7, conforme Simões da Silva, afirmou em 1917. Havia na época de sua visita, 184 sulcos, produzidos por fricção, dos quais 168 eram retos e apenas 16 curvos, medindo de 20 cm a 1,20 metros, e com a mesma profundidade. Esse autor concordava com a hipótese de que os sulcos tratavam de polidores fixos.

Em 2008 o arqueólogo peruano Alfredo J. Altamirano, em pesquisas realizadas no local, chegou à seguinte conclusão: que o sítio é formado por petróglifos ligados a rituais de agricultura e pesca, com função mágico-religiosa e entendido dentro de um sistema sociocultural xamânico. De acordo com o pesquisador, este sistema dominava a ideologia do índio Tupinambá (Tamoios), e para ele, os sulcos e suas orientações estavam integrados e ordenados num sistema simbólico nativo. Acredita-se que os deuses Tupã, Jaci, Coaraci e Rudá eram invocados no cume do morro, onde eram realizados diversos rituais e oráculos, neste local sagrado, centro místico e religioso indígena.

Mesmo depois de séculos as pedras sulcadas do Morro da Guia ainda estão envoltas em mistério e tem aguçado a curiosidade e a religiosidade da população cabo-friense, as pesquisas ainda não foram capazes de dar uma resposta definitiva sobre os sulcos da localidade.

Bibliografia do Convento Nossa Senhora da Guia e Pedra Sulcadas

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

ROWER, Frei Basílio. A ordem franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1947.

ROWER, Frei Basílio. Página de história franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1957.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano, livro X tit. XXV, 1723.

SOUZA, Rafael Ferreira de. A arquitetura religiosa na formação colonial de Cabo Frio: limítrofe municipal atual. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

Sites:

http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/sal/03_OsSitosArqueologicos.pdf

Questões sobre Convento Nossa Senhora da Guia e Pedra Sulcadas

1- Quais são as interpretações dos especialistas sobre as pedras sulcadas?

2- Qual história lendária se conta sobre o Convento de Nossa Senhora da Guia?

Bairro Passagem



Casario colonial da Passagem (Arquivo Pessoal)

Bairro mais antigo da cidade de Cabo Frio, local onde se encontrava o primeiro centro da cidade, localizado à margem oeste do Canal do Itajurú, próximo à Boca da Barra.

É a área de povoação portuguesa mais antiga da cidade e único núcleo urbano entre 1616-1660. Conforme Souza (2011) e Cunha (1987). O largo de São Benedito é considerado o primeiro núcleo urbano da Região dos Lagos, possui rico patrimônio cultural, material e imaterial. Constitui conjunto urbano de valor histórico, paisagístico e também arqueológico.

O pesquisador Márcio Werneck da Cunha assevera:

Sua denominação provém do ponto de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias que atravessavam o Canal do Itajurú. Sob o ponto de vista imaterial a área preserva formas de expressão e de saberes, modos de criar, fazer e viver, celebrações e lugares como o largo e outros, onde se concentram e reproduzem práticas culturais ecléticas. A presença da igreja de São Benedito, localizada no Largo de São Benedito, assegurou que moradores de outros locais acorressem à Passagem, e foi centro ordenador de festas e celebrações (Cunha, 1997, p. 19).

A Passagem lugar onde está localizada a Igreja de São Benedito. O único local da cidade de Cabo Frio, onde ainda se encontra preservado um número expressivo de casas do período colonial. Muitas dessas residências são tombadas.

Conforme Fernandes (2013, p. 144), a povoação da Passagem foi um assentamento provisório, com habitações de pau-a-pique, do qual nada restou. Segundo o INEPAC⁸¹, em seu Guia de Bens Tombados:

⁸¹ Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Secretaria de Estado de Cultura – RJ – 2002. Número do Processo – E18/001.729/2012. Tombamento provisório – 31/12/2002.

O conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo de São Benedito e adjacências: Igreja de São Benedito, Largo de São Benedito e respectivos imóveis, nº 8, 11, 13, 53 e 60. Rua Almirante Barroso, nº 399, Rua Maestro Clodomiro Guimarães de Oliveira, casa nº 25. Rua 1º de maio (antiga Rua da Salga de peixe), nº 5 (casa Magalhães Pinto), 9 e 58. Rua Manoel Antônio Ribeiro (antiga Rua da Penha), nº 16, 22, 30, 36, 58, 66, e 78.

O conjunto arquitetônico e urbanístico, com seu casario tradicional e singelo, é constituído principalmente de edificações dos séculos XIX e XX, com um ou dois pavimentos, a mais antiga remontando ao século XVIII. É sobretudo notável a escala e a harmonia urbana luminosa e arejada, destacando-se a igreja oitocentista dedicada a São Benedito. O bairro da Passagem, onde se localiza, é reconhecido como o sítio urbano mais antigo de Cabo Frio. A denominação Passagem deve-se à existência no local de um porto as margens do canal de Itajurú, ponto de embarque e desembarque de mercadorias, incluindo o tráfico de escravos e do pau-brasil, abundante nas matas nativas da região. O bairro caracterizou-se por abrigar, ao longo da sua história, atividades relacionadas à pesca e à navegação, além de servir como local de moradia. Palco de festas religiosas e tradicionais, foi berço dos blocos carnavalescos que marcaram a presença da cultura negra no local.

O Bairro da Passagem tem a Igreja e diversos imóveis tombados pelo governo municipal. Possui uma arquitetura harmoniosa, paisagem tranquila e cheia de histórias. O local tem como atração bons restaurantes e bares, além do famoso encontro de samba de raiz, denominado “Santo Samba”, que acontece todo último domingo de cada mês, no Largo da Passagem, em frente à igreja de São Benedito.

Igreja de São Benedito



Igreja de São Benedito Fonte: (Arquivo Pessoal)

A Igreja de São Benedito está localizada no largo do mesmo nome, no bairro da Passagem. É um típico exemplar da arquitetura religiosa do período colonial. Alguns autores também consideram a construção como uma arquitetura barroca.

Através da provisão de 9 de abril de 1761, o morador de Cabo Frio, João Botelho da Ponte, foi autorizado a construir a Igreja e doou o patrimônio de uma "morada de casas e os foros de outras que se fizeram em terreno pertencente a mesma capela" para sua conservação. Falecido o fundador, os moradores do bairro tomaram para si a administração do templo, onde faziam celebrar o Santo Ofício nos dias de preceito.

Conforme Rafael Ferreira de Souza, especialista em arte sacra:

As festividades em louvor a São Benedito e a Nossa Senhora dos Navegantes, centralizada no Largo de São Benedito, marcam uma importante parte da história do bairro. A festa em homenagem ao padroeiro, comemorado no dia primeiro de janeiro, era organizada pela Irmandade de mesmo orago. Até as primeiras décadas do século XX tinham a participação majoritária da população negra. Caracterizavam-se pelas danças e músicas de origem africana, como o jongo e o

banguê, das quais os brancos não participavam, em meio a barraquinhas, prendas e leilões. (Souza, 2011).

Nessa festividade, a imagem do padroeiro saía em procissão e a de Nossa Senhora dos Navegantes permanecia no altar da Igreja. Em outras festas religiosas a imagem de Nossa Senhora seguia pelo Canal do Itajurú, enquanto a imagem de São Benedito seguia em procissão por terra.

No século XX, a festa do padroeiro era organizada pelos negros e a festa de Nossa Senhora pelos marítimos. Ambas as festas eram comemoradas no dia primeiro de janeiro, no Largo de São Benedito.

Em 1978, o governo municipal solicitou ao INEPAC a realização de um inventário de preservação paisagístico-ambiental e histórico-cultural do Largo de São Bendito e entorno. Em 28 de novembro de 1989, através do Decreto nº 005, a Igreja de São Benedito foi tombada pelo município de Cabo Frio.

De acordo com a arquiteta Maria Cristina Pimentel, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC):

Igreja de meados do século XVIII, com feições barrocas, construída com alvenaria mista de pedra, cal e tijolo com embasamento e paredes robustas, todas pintadas de branco com detalhes e esquadrias azuis. Possui molduras simplificadas que lhe conferem um ar singelo. Apresenta fachada subdividida artificialmente por pilares arrematados por coruchéu, sendo que o localizado à torre sineira está encaixado na mesma. O tramo principal apresenta portaria única, com duas folhas almofadadas, pintadas nas cores azul e branco cercadura em cantaria com arco abatido e sobreverga curva em massa. No segundo pavimento destaca-se a janela do coro com cercadura em massa com arco abatido (...) A planta é de nave única retangular, com capela-mor, sacristia lateral e dependência. (INEPAC, 2010).

Bibliografia do Bairro Passagem e da Igreja de São Benedito da Passagem

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

FERNANDES, Rose. Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Completa: 2014.

FERNANDES, Rose. Matriz do Povoamento do antigo Cabo Frio. Secretaria de Cultura de Cabo Frio. Anuário 2013.

HANSSSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos Tamoios à Alcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

INEPAC. Inventário da Arte Sacra Fluminense. Vol. I: Baixadas Litorâneas. INEPAC, SESC,

Rio de Janeiro, Brasil, 2 010, p. 143.

SOUZA, Rafael Ferreira de. A arquitetura religiosa na formação colonial de Cabo Frio: limítrofe municipal atual. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

Questões sobre o Bairro Passagem e Igreja de São Benedito

1- Cabo Frio foi constituído como cidade ou elevado a essa condição em 1615. Até por volta de que ano a Passagem foi o único centro urbano do Município? Você já visitou esse bairro? Se, sim, o que achou dele? Descreva o casario colonial do Bairro e a vista para a Ilha do Japonês.

2- Segundo Rafael Ferreira de Souza, especialista em arte sacra, as festividades em louvor a São Benedito e a Nossa Senhora dos Navegantes, tinham participação majoritária de qual seguimento da população? O que a caracterizava?

Sítio histórico da fazenda de Campos Novos



Sede da Fazenda Campos Novos (Fonte: google.com)

A Fazenda Campos Novos é o mais importante sítio histórico rural de Cabo Frio e de toda a Região dos Lagos. O conjunto arquitetônico do final do século XVII, composto por casa-grande, igreja de Santo Inácio e cemitério, forma uma quadra com claustro interno nos moldes da arquitetura jesuítica dos primeiros séculos da colonização.

A Fazenda está localizada no Araçá, nome oficial do 2º Distrito de Cabo Frio, sendo criado pela Lei Provincial nº 1759, de 30 de novembro de 1872. Mas o distrito também é conhecido como Tamoios, nome dado em homenagem aos índios Tupinambás, que habitavam a região até seu extermínio em 1575, pelas tropas de Antônio Salema.

As terras da Fazenda Campos Novos tinham “de testada quatro léguas e meia principiando a mesma no sítio chamado de Genipapo, partindo da parte do Norte com os moradores da baía Formosa, do Sul com as terras da aldeia dos índios de São Pedro e da do Norte correndo rumo ao Nordeste por costa do mesmo mar até a praia do Rio São João e do Poente com o sertão até entestar nas terras de Bacaxá...” (Carta de Sesmaria).

Em 1630, quinze anos após a fundação da cidade de Santa Helena de Cabo Frio, e do aldeamento de São Pedro da Aldeia (1617), os jesuítas receberam duas sesmarias: a do Rio Una e de Búzios, porém deveriam escolher uma delas, a outra sesmaria seria revertida ao

patrimônio público. Os beneditinos receberam uma porção de terras próxima as terras dos jesuítas.

Os jesuítas não deram crédito a sua obrigação de escolher entre as terras recebidas. Quando os beneditinos construíram um curral próximo as suas terras, os jesuítas agiram de forma violenta, eles incendiaram a sede da fazenda dos frades beneditinos. Após discussões judiciais e até ameaça de excomunhão aos autores do crime, os jesuítas desistiram da posse de Búzios ficando com as terras do Rio Una, onde se localiza a Fazenda Campos Novos.

Essa sesmaria está localizada entre Campos dos Goitacazes e o Rio de Janeiro, a criação de gado que sempre foi prospera nessas terras desde o final do século XVII, fazia com que a boiada fosse tocada por caminhos precários até atingir a cidade do Rio de Janeiro. Essa carne ajudava no abastecimento da cidade.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a área foi incorporada aos bens da Coroa. Em 1822-1823, as terras foram objeto de reforma agrária. Em 1993, a sede da antiga fazenda foi desapropriada pelo município. Em 2003, o INEPAC tombou a Fazenda. Na casa-grande conservam-se os tetos de madeira em forma de gamela. O interior da igreja mantém-se íntegro. A estrutura arquitetônica original jesuítica está preservada e pode ser claramente percebida, apesar dos acréscimos posteriores e de reformas sucessivas.

O famoso naturalista inglês Charles Darwin, autor da Teoria da Evolução das Espécies, esteve na fazenda e elogiou a comida, como escreveu em seu diário: “Em Campos Novos, comemos suntuosamente com arroz, frango, biscoito, vinho e aguardente no almoço, café a noite, com peixe para o desjejum. (...) Foi uma noite muito fresca e agradável. O termômetro na grama marcava 74° (23°). Saí para a coleta e encontrei algumas conchas de água doce.”⁸²

O historiador Márcio Werneck da Cunha avaliou os inúmeros conflitos de terras no decorrer do século XX, nas terras da Fazenda, houveram conflitos sangrentos que só pararam com a desapropriação da Fazenda em 1993, pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Hoje, a Fazenda Campos Novos abriga a sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sendo permitida a visita no período das 8 às 17h, de segunda a sexta-feira. As visitas são feitas principalmente com grupos escolares, todavia, pede-se um agendamento prévio junto à secretaria, que oferece visitas guiadas.

⁸²Citado do site: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin/cabofrio.html>, acessado em 18/08/2016.



Fazenda Campos Novos (Fonte: internet)

Bibliografia da Fazenda Campos

CUNHA, Márcio Werneck da. A fazenda de Campos Novos e sua história – século XVII e XVIII. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

CUNHA, Márcio Werneck da. Fazenda Campos Novos: Apostila sobre a história do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Campos Novos. Cabo Frio: Una Cultural, 1991.

CUNHA, Márcio Werneck da. Inventário e Diagnóstico do patrimônio Pré-histórico e Histórico do Município de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1993.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

Relatório Final: Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

<http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>

Questões sobre a Fazenda Campos Novos

1- Durante décadas, conforme o pesquisador Márcio Werneck (1991; 1993), existiram terríveis conflitos nas terras da Fazenda Campos Novos, envolvendo fazendeiro, agricultores e pistoleiros contratados. Esses conflitos culminaram com a morte do líder sindical Sebastião Lan. Pesquise quem foi Sebastião Lan e os motivos de seu assassinato.

2- Quem foram os primeiros proprietários da Fazenda Campos Novos? Por que perderam a posse da terra?

Charitas



Charitas (Fonte: Internet)

A Charitas (casa de caridade, em latim), foi construído entre 1837-1840, com a finalidade de acolher crianças abandonadas. Em sua maioria filhos de escravos e índios. Os bebês eram colocados numa roda, onde eram retirados pela matrona do outro lado, para serem abrigados, por esse motivo, o local também foi conhecido como casa da Roda.

Depois, por conta de epidemias, no período posterior a sua construção se tornou hospital. Durante a Segunda Guerra mundial, a Casa de Caridade, foi abrigo do 1º Grupamento de Artilharia do Dorso, também foi Fórum, Biblioteca e sede da Secretaria Municipal de Cultura.

Atualmente, abriga a exposição permanente do acervo de José de Dome, artista plástico reconhecido mundialmente e que viveu por um longo período em Cabo Frio. A Charitas é um espaço dinâmico, promovendo palestras, oficinas, apresentação de dança, música e inúmeras exposições artísticas.



Replica da Roda dos Expostos (Fonte: Arquivo pessoal)

No dia 27 de julho de 2012, a Secretaria de Cultura do município inaugurou na Charitas uma réplica da “Roda dos Expostos” (local onde eram colocadas as crianças órfãs e abandonadas da circunvizinhança). Possuir uma Casa de Caridade foi um privilégio de poucas cidades da Província, especialmente porque, das oito existentes, somente três abrigavam a “Roda dos Expostos”, são elas: Rio de Janeiro, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes.

A pesquisadora Rose Fernandes foi quem fez a proposta da réplica à Secretaria de Cultura, que prontamente acolheu a sugestão, pois

se trata de algo com importante valor simbólico e histórico.

Os infantes abandonados na Roda dos Expostos eram em sua maioria batizados com o nome do santo do dia. Se fosse por exemplo dia de Santo André, levavam esse nome, juntamente com o sobrenome com a palavra “Exposto”, esse fato é comprovado através da documentação pertencente a Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, hoje esses documentos estão em Niterói, essas informações são encontradas em registros de nascimento e, principalmente, nos de casamentos, dessas pessoas exposta na Roda.

Os responsáveis pelo cuidado das crianças expostas era a Irmandade de Santa Izabel, hoje dona do principal hospital da cidade.

Os historiadores profissionais e memorialistas (historiadores não profissionais, que foram os primeiros a escrever sobre Cabo Frio) não sabem ao certo onde ficava localizada a Roda dos Expostos, em entrevista as pessoas responsáveis pelo local, o senhor Jorge disse que a "Roda" ficava na janela esquerda em frente à Avenida Assunção.

Uma outra suposição que tem sido aceita pelos pesquisadores e também defendendo essa opinião, é que a roda ficava na rua de trás da Charitas, já que a rua de frente, a Avenida Nossa Senhora da Assunção, sempre foi muito movimentada, já a rua de trás, chamada de Rua Jorge

Lóssio, não era tão movimentada. Sendo assim, ficava muito mais fácil ocultar a identidade da pessoa que “abandonara” a criança na Roda dos Expostos.

Um dos escritores da primeira geração da história do município, o senhor Célio Mendes Guimarães, afirma que muitas pessoas que foram expostas na Roda, ainda estão vivas na cidade de Cabo Frio, lembrando que a Roda recebeu as crianças expostas até 1944, podendo sim alguns ainda sobreviverem.

A “Casa de Caridade” teve sua pedra fundamental lançada em 27 de julho de 1836, sendo inaugurada em 1840. Conforme Fernandes (2014) a “Roda dos Expostos” já recebia crianças abandonadas desde 1832, na “Casa das Matronas”.

A Charitas passou a receber os órfãos desde o ano de sua inauguração, até o ano de 1940. Recebeu-se, aproximadamente, uma média, de 35 crianças por ano.

A Charitas está situada na Avenida Assunção, no Centro de Cabo Frio e está aberto à visitação pública de segunda a sexta, das 8:00 h às 18:00 h.

Bibliografia da Charitas e Roda dos Expostos

ALVES, Margareth Silva Rodrigues. A “Casa da Roda” de Cabo Frio. Cabo Frio: Secretaria de Cultura. Anuário 2011.

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

FERNANDES, Rose. Matriz do Povoamento do Antigo Cabo Frio. Anuário Cabo Frio, 2013, p. 143-164.

FERNANDES, Rose. Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Completa: 2014.

Questões sobre a Charitas e Roda dos expostos

1- Quais usos a Charitas teve no decorrer de sua história?

2- E atualmente, quais atividades ocorrem no prédio da Charitas?

3- Segundo o memorialista Célio Mendes Guimarães, ainda existem pessoas vivas em Cabo Frio que foram colocadas na Roda dos Expostos da Charitas. Qual é a leitura que você faz hoje desse acontecimento que durou um século em Cabo Frio, que foi o abandono de filhos na roda?

4- Da mesma forma que não se pode voltar no tempo e corrigir os supostos erros da história (passado), também não podemos olhar para o passado com o olhar do presente, mesmo que sejamos tentados a fazer isso. O nome desse erro é anacronismo. Você sabe o que é anacronismo? Dê exemplos de possíveis anacronismos.

4- Na história da Roda dos Expostos somos quase que levados a incorrer nesse erro. Por que essa história pode nos levar ao anacronismo?

Pelourinho



Pelourinho (Fonte: Casa 500 anos)

O pelourinho de Cabo Frio se encontrava em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, na Praça Porto Rocha, centro da cidade, segundo Beranger (1989). “Quando foi levantado no município não se sabe; sabe-se que, logo um lugar era elevado à vila, erguia-se um”. Vale ressaltar que Cabo Frio surge com status de cidade em 1615, não sendo, como era de costume, passar primeiro pela condição de vila. Wenerck; Leite (1994) datam o pelourinho da década de 1660.

O pelourinho era uma coluna de pedra cilíndrica, símbolos das “armas e as insígnias costumadas por bem da justiça”. Nele afixavam-se os editais da Câmara e expunham-se às vistas do povo e os criminosos que deveriam ser castigados.

Em 1830 e 1833 houveram duas propostas na Câmara Municipal para destruição do objeto de tortura que tanto lembrava o passado colonial brasileiro.

Primeiro foi o vereador Pereira Guimarães que, em 1830, requereu a demolição do Pelourinho por estar “embaraçando a praça e não ter uso para a Câmara presente”. Depois foi a vez do vereador Alexandre Manoel de Araújo Porto que, em 20 de abril de 1833, fez um discurso memorável contra o Pelourinho:

Senhores, entre os instrumentos tão amiúde empregados pelos tiranos para flagelo da humanidade, está sem dúvida o pelourinho, e os suplícios para que ele se empregava, estão entre nós acabados, e acabados para sempre. No país da liberdade, nas terras americanas, já não podem achar leis sanguinárias e ultrajantes para o homem. E assim para que conservar na Praça Pública o horroroso aspecto de um pelourinho, de uma coluna das que sustentavam o governo, metropolitano, de dolorosa recordação? A Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi solícita em demolir de pronto o monumento de sangue e de vergonha. E é, na verdade, para se lastimar que a passada Câmara deste município que em si encerrava homens livres e filantropos, não houvessem seguido aquele exemplo, e nos legassem ainda o patíbulo que tanto enfeita a Praça da Matriz essa cidade. Por isso, senhores, se ela ainda não o fez, façamo-lo nós, aprecemo-nos em destruir para sempre aquele instrumento de crueldade, hoje inútil no Brasil.⁸³

O vereador Rocha pede, então, a palavra e assevera: “Se uma lei é quem mandava levantar aquele monumento, está persuadido que só outra poderia mandar demolir”. Os vereadores decidem consultar o Governo Imperial, que em portaria do Estado dos Negócios do Império, datada de 25 de junho de 1883, em nome do Imperador, declarava que deveria ser conservado o pelourinho, enquanto por alguma deliberação do poder legislativo não fosse mandado destruir todos os que existissem no Império.

No ano de 1865, a Câmara municipal da cidade de Cabo Frio, recebe uma portaria ordenando que, esta, informe depressa “se ainda há pelourinho neste município, onde estão colocados, e qual o uso que dele se faz⁸⁴”. A Câmara delibera que a comissão de redação responda negativamente.

O Pelourinho, esteve exposto nos jardins da Casa dos 500 anos de História, no Bairro Portinho, em Cabo Frio, até o fechamento da casa em 2005, sendo transferido para a Charitas, local onde permanece. Ele foi tombado pelo governo municipal em 28 de novembro de 1989, através do Decreto nº 013.

⁸³ Citado de Beranger (1989, p. 73).

Bibliografia do Pelourinho

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

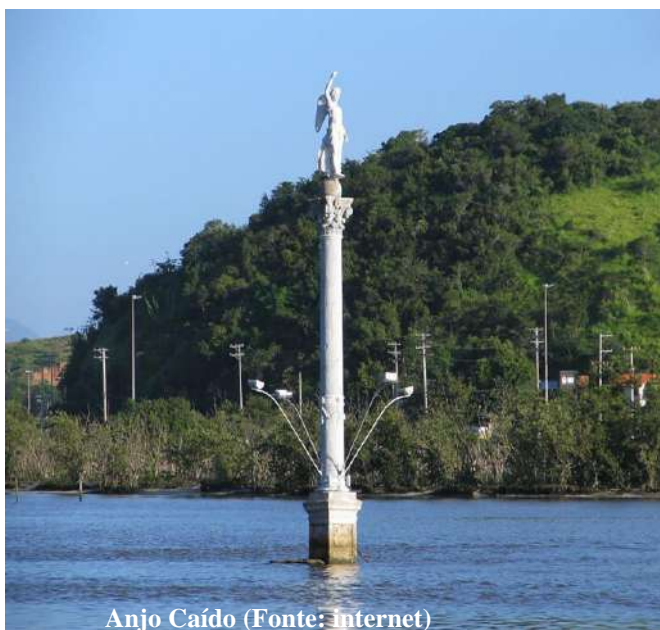
CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

Site:

<http://casa500anosdehistoriadecabofrio.blogspot.com.br>

⁸⁴Citação extraído do blog da “Casa dos 500 anos de História de Cabo Frio”.
<http://casa500anosdehistoriadecabofrio.blogspot.com.br/2010/04/pelourinho-o-pelourinho-sabe-se-que.html>.

Anjo Caído



O Anjo Caído é um dos monumentos mais conhecidos da cidade de Cabo Frio. Ele é uma réplica de uma estátua grega chamada *Vitória da Samotrácia*. Situado nas águas do Canal Itajuru, a estátua foi erguida em 1907 para assinalar a abertura do canal artificial de Leger Palmer⁸⁵. Esse canal facilitou o escoamento da produção de sal pela Laguna de Araruama, realizada nesse período, através de barcaças a vela.

O Anjo Caído possui inspiração clássica, com capitel em estilo coríntio, um anjo com asas abertas sobre uma coluna de nove metros de altura. Com o passar do tempo, a força das correntezas das águas e os fortes ventos inclinou a coluna de modo acentuado, motivando o nome popular de “Anjo Caído”. Até que o mesmo foi completamente submerso, no ano de 1979, as vésperas do aniversário de 364 anos da cidade. Diante desse fato o governo municipal resgata o monumento e o restaura, pelo então Conselheiro Municipal de Cultura de Cabo Frio, Professor Edilson Moreira Lopes Duarte. A segunda restauração foi feita em 2002 pelo artista cabo-friense Zé de Cano.

O Anjo Caído é um monumento tombado pelo governo municipal, através do Decreto nº 011, de 28 de novembro de 1989.

Curiosidade: O monumento serviu como um farol. Em suas mãos era colocado um lampião para orientar as balsas de sal, onde ficava a entrada dos canais recém-abertos.

⁸⁵O engenheiro Leger Palmer, que dá nome ao Canal, que na época tinha concessão para transportar o sal através da Laguna de Araruama, faz a abertura dos canais I e II, canalizando a água da Laguna e propiciando a prática da

Questões sobre o Anjo Caído

- 1- A maioria da população cabo-friense, principalmente os turistas acreditam que o Anjo Caído é tão somente uma estátua com fins estéticos. Após ter lido o seu manual didático informe qual era a verdadeira função do monumento?

- 2- O monumento Anjo caído é replica de qual personagem da mitologia grega? Qual são suas reais dimensões?

Ponte Feliciano Sodré⁸⁶



Ponte de Ferro 1915 (Arquivo Wolney Teixeira)

Historiadores apontam que a travessia do Canal Itajuru sempre foi um problema desde o período pré-colonial, quando a terras da cidade era habitada pelos índios Tupinambás. Os nativos quando estavam em expedições por terra, tinham que passar pelo Baixo Grande (São Pedro da Aldeia). No século XVII o bairro da Passagem foi o primeiro núcleo povoado pelos colonizadores, sua denominação indica que neste local estava localizada um “portinho” para a travessia do canal. Ainda nesse século foi transferido para as imediações da Praça Porto Rocha, o novo centro urbano da cidade.

No século XVIII houve um vertiginoso crescimento agrícola, na zona rural da capitania de Cabo Frio. Nesse contexto surge o Porto do Carro (Bairro entre Cabo Frio e São Pedro), situado na margem do Canal. Nesse local eram embarcados passageiros e mercadorias em carros de bois, com destino a cidade. No século XIX, o próprio imperador, D. Pedro II utilizou este acesso quando visitou Cabo Frio, em 1847. Surge também nesse século a barca da Passagem que atuava na “garganta” do Canal Itajurú. Com o desenvolvimento da Indústria salineira, fazia-se necessário a travessia permanente do Canal, e em 7 de julho de 1898, pelo empenho do Presidente da Câmara Municipal, Jonas Garcia Rosa Terra, que tinha excelente relações políticas na capital, como também os esforços do farmacêutico Porto Rocha,

⁸⁶Adaptado do blog da “Casa dos 500 anos de História de Cabo Frio”, acessado em 24/06/2016, através do site: casa500anosdehistoriadecabofrio.blogspot.com.br.

inaugura-se a ponte de ferro, construídas por operários espanhóis, entre o Morro da Guia e do Telégrafo, no centro da cidade, essa ponte desabou em 1920.

Em 1923, o jornal cabo-friense “O Industrial”, revelara o desespero da comunidade, ao solicitar entre outras medidas progressistas uma “ponte de pau” ao Dr. Viçoso Jardim, Secretário Geral do Governo Federal, que visitava a cidade. No mesmo ano o Ministério da Viação manda uma comissão de estudo sobre a ponte e a firma Christian e Nielsem, especialista em construções de cimento armado, também envia o engenheiro Sebastiany para estudar o projeto.



Construção da Ponte Feliciano Sodré 1925 (Wolney Teixeira)

O governador de Cabo Frio, Anastácio Novellino, que governou a cidade de 1924 até 1926, em 1925 comparece a primeira sessão da Câmara e denuncia o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Feliciano Sodré, que lhe havia prometido o início da construção da ponte para janeiro de 1925, como também da estrada que ligava Cabo Frio a São Pedro da Aldeia; mas, ao contrário, ordenara a retirada de todo o material da obra que já se encontrava em Cabo Frio – esse evento marcou o início da crise política entre os governadores.

O ápice da crise política entre o Estado e o Município foi a cassação do mandato do Prefeito pela Assembleia Legislativa Estadual em novembro de 1926. O material retirado foi recolocado e deu-se início as obras. Até que no dia 14 de julho de 1926 chega a comitiva estadual à cidade de Cabo Frio e inaugura a ponte, dando a mesma o nome do Presidente do

Estado – Dr. Feliciano Sodré – e entrega a Estrada de rodagem Cabo Frio – São Pedro da Aldeia. A passagem dos veículos era precária, em uma única direção por vez, suportando o peso de até 6 toneladas. Segundo os memorialistas locais, era o maior vão livre do Brasil na época.

Por um período de quase cinquenta anos, a ponte Feliciano Sodré serviu a comunidade e foi a única entrada da cidade. Mas com a implantação da Álcalis em Arraial do Cabo, antigo quarto distrito de Cabo Frio, hoje cidade, construiu-se uma ponte⁸⁷ no Baixo Grande.

Nos anos 60 e 70, principalmente, a cidade de Cabo Frio passou a ser conhecida por conta de suas belezas naturais e foi descoberta ao turismo, essa situação trouxe mudanças na paisagem urbana da cidade, aumentando o fluxo dos veículos entre as duas margens do Canal, e assim, provocando enormes engarrafamentos nas imediações da ponte. Por conta disso, em 1981 a ponte foi duplicada, gerando substanciais melhorias ao trânsito do município, principalmente no verão, quando a cidade recebe milhares de turistas. Em novembro de 2004 a prefeitura de Cabo Frio inaugurou a nova ponte da cidade, ao lado da Ponte Feliciano Sodré, com duas pistas em sentido único, facilitando assim o acesso à cidade.

A Ponte Feliciano Sodré, foi tombada pelo município, através do Decreto nº 010, de 28 de novembro de 1989.



Ponte Nova inaugurada em 2004 (Fonte: internet)

⁸⁷A cidade de Cabo Frio está situada entre o Mar (Oceano Atlântico) e a Laguna de Araruama, portanto, a chegada e saída da cidade se faz mediante pontes, duas no centro da cidade – Feliciano Sodré e uma instalada em 2004 – e outra entre a Praia do Siqueira (Cabo Frio) e Baixo Grande (São Pedro da Aldeia).



Ponte Feliciano Sodré e Ponte Nova (Fonte: internet)

Bibliografia do Anjo Caído e Ponte Feliciano Sodré

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

HANSSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos Tamoios à Álcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.

Questões sobre a Ponte Feliciano Sodré e o Pelourinho

- 1- Na história da humanidade foi fundamental a vida humana e seu progresso a construção e o uso de pontes, como as que existem em Cabo Frio. Pesquise e relate qual é a finalidade de uma ponte. De acordo com o que você estudou, qual foi a finalidade da Ponte Feliciano Sodré e da Ponte de Ferro anterior a ela?

- 2- Comente o memorável discurso contra o Pelourinho, feito pelo vereador Alexandre Manoel de Araújo Porto, em 20 de abril de 1833.

- 3- É sabido que em diversas cidades e vilas no Brasil Colonial e em Portugal haviam os Pelourinhos ou picotas (como popularmente eram conhecidos). Quais eram a finalidade de um Pelourinho?

Patrimônio Intangível de Cabo Frio

1- Corpus Christi



Feriado de Corpus Christian em Cabo Frio 2014 (Fonte: internet)

O feriado de Corpus Christi é uma festa de data móvel, celebrada na primeira quinta-feira que se segue ao Domingo da Santíssima Trindade. Em Cabo Frio esse é um dos principais festejos. Que conta com a participação de milhares de pessoas, desde a véspera do feriado, quando paroquianos, professores, estudantes, artistas e pessoas da comunidade vão as ruas preparar os lindos tapetes de sal: riscando as ruas, misturando tintas ao sal grosso das salinas da cidade e as outras matérias-primas, como o calcário e a serragem.

A avenida principal do centro da cidade transforma-se em um magnífico tapete colorido. São aproximadamente três quilômetros de extensão. Com temas diversos, destacam-se: religiosos, ecológicos, históricos e educativos.

No final da tarde, a procissão solene passa, vagarosamente, por cima dos tapetes, levando consigo milhares de pessoas, entre moradores e turistas, que vem a cidade passar o feriado prolongado.

2- Festa da Padroeira Nossa Senhora da Assunção

A festa de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Cabo Frio, dura 15 dias, tendo no dia 15 de agosto o seu grande dia, quando a imagem da santa é carregada pelos fiéis em procissão nas ruas centrais da cidade.

Depois da procissão, é rezada missa em frente à igreja matriz da cidade, na Praça Porto Rocha, local onde são realizados shows com cantores católicos e com bandas locais e artistas nacionais.

Na praça são postas barracas típicas que vendem comidas e bebidas tradicionais, além de artesanato de artistas locais, muito parecido com as festas juninas.

3- Festas juninas, julinas e agostinas

Nos meses de junho, julho e agosto acontecia nos bairros da cidade de Cabo Frio as tradicionais festas caipiras. A festa de Santo Antônio comemorada em 13 de junho abre os festejos juninos, depois São João, em 23 de junho, São Pedro, em 29 de junho.

Nos meses de julho e agosto as festas continuavam, com arraiais em diversos pontos da cidade. Com danças de quadrilhas, comidas e bebidas típicas, fogueiras, bandeirinhas e casamento da roça.

Essas festas tão tradicionais até a década de 1990 chegaram a sua quase total extinção no final do século XX, e no início do século XXI, ficaram só na lembrança da população cabo-friense.

4- Festa da cidade

No dia 13 de novembro de cada ano, data da fundação da cidade de Cabo Frio por Constantino Menelau, que ocorreu no ano de 1615. Acontece tradicionalmente, a festa de aniversário do município.

Realizam-se desfiles cívico-escolares, shows com artistas locais e de renome nacional, além de exposições e outras atividades culturais, normalmente essa festa dura cerca de uma semana.

5- Festa de São Pedro

É a tradicional festa dos pescadores de Cabo Frio, comemorada no dia 29 de junho, dia do santo, com desfiles de barcos e traineiras embandeiradas, saindo do Canal Itajurú em direção à Praia do Forte, retornando pelo mesmo canal, até o desembarque na Gamboa.

Chegando a Gamboa, a imagem do santo é levada em procissão terrestre até o porto, onde ocorre a missa. Essa festa com predominância de pescadores deixou de ocorrer no final do século XX.

Bibliografia do Patrimônio Imaterial

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Nacional. In ABREU, Martha; GONGIJO, Rebeca & SOIHET, Rachel. Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007.

BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.

FINAGEIV, Belmira (org.). Carta à cidade de Cabo Frio. Rio de Janeiro: IBPC, 1994.

SOARES, André Luis Ramos (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004, p. 120.

SOARES, André Luis Ramos. Educação patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. In SOARES, A. L. R. et al. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

SOUZA, Renilfran Cardozo de. Guia Básico de Educação Patrimonial: referência para o Brasil. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão – SE, setembro de 2012.

Questões Sobre Patrimônio Material e Imaterial de Cabo Frio

1- Coloque F para Falso e V para Verdadeiro. Justifique as falsas.

- () Patrimônio Cultural é o mesmo que Patrimônio Histórico.
- () O Forte São Mateus é uma construção do século XV.
- () A Fonte do Itajurú já era utilizada por povos indígenas antes da chegada dos europeus no século XVI.
- () Charitas quer dizer casa de caridade em latim, a de Cabo Frio abrigou a Roda dos Expostos, assim como, as sediadas em Campos dos Goytacaz e na cidade do Rio de Janeiro.
- () Patrimônio Imaterial incluiu festas, danças, modo de fazer e monumentos históricos.
- () São exemplares do Patrimônio Imaterial de Cabo Frio: A festa do aniversário da cidade, o dia da padroeira Nossa Senhora da Assunção, festas juninas e a Charitas.
- () A ponte de Ferro de Cabo Frio é uma construção de 1898, a Feliciano Sodré de foi inaugurada em 1926 e a Ponte Nova em 2004.

2- Responda:

- a) Sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Cabo Frio, em sua opinião, qual é o mais importante? Por quê?
- b) Qual fato sobre o patrimônio cultural da cidade de Cabo Frio chamou mais sua atenção ou aguçou mais sua curiosidade após a leitura do Roteiro? Justifique sua resposta.

Questões dissertativas:

- 1) Baseado na leitura do Roteiro Histórico, faça uma redação sobre o patrimônio material da cidade de Cabo Frio.
- 1) Disserte sobre o Patrimônio Imaterial de Cabo Frio, resalte as manifestações mais importantes e as que não ocorrem mais.

Metodologia de Educação Patrimonial

A metodologia de Educação Patrimonial, conforme Horta et al. (1999), alicerça-se em quatro etapas:

- observação: refere-se ao que está sendo visto. Nesta etapa, são feitas as perguntas ao objeto que está sendo analisado para que se obtenha o máximo de informações a seu respeito.;
- registro: neste momento, os alunos demonstram, de forma escrita, oral ou por meio de desenhos, o que descobriram de mais significativo a respeito do objeto por eles analisados.;
- exploração: consiste na análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão dentro do grande grupo, pesquisa em outras fontes, as dúvidas opiniões de cada um sobre o objeto.;
- apropriação: é o significado que ficou para cada pessoa do grupo a respeito do objeto, ou seja, o que cada um aprendeu sobre o objeto estudado.

A observação direta, a manipulação e o questionamento do objeto, feitos com perguntas apropriadas, podem revelar estas informações em um primeiro nível de conhecimento, que deverá ser expandido por meio do estudo e da investigação de fontes complementares como livros, fotografias, documentos, arquivos cartoriais e eclesiásticos, arquivos de instituições, clubes, associações, arquivos familiares, pesquisas, entrevistas, etc., qualquer pessoa pode desenvolver esse aprendizado, desde que utilize suas capacidades de observação e de análise direta do objeto ou fenômeno estudado, saiba recorrer a fontes complementares para explorar os dados recebidos.⁸⁸

O objeto cultural pode ser uma excelente fonte primária de conhecimento, conforme Horta et al. (1999, p. 9),

A habilidade de interpretar os objetos e os fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a ler ou codificar.

Sendo assim, a Educação Patrimonial também é uma forma de levar o aluno a fazer uma leitura do mundo que o circunda, da realidade a sua volta, do universo cultural e social do qual é sujeito ativo, responsável e parte da história.

⁸⁸ Adaptado de: Salto Para o Futuro/TV Escola (www.tvebrasil.com.br/salto).

Principais questões sobre Patrimônio e suas respectivas respostas:

Perguntas e respostas sobre o Patrimônio Cultural, retiradas da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo⁸⁹, do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba⁹⁰, do IPAC⁹¹ (Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia), do site do IPHAN⁹², de especialista da área de Patrimônio e Educação Patrimonial e com base nas leis patrimoniais federais.

1-O que é Educação Patrimonial?

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações. (Grunberg, 2007).

2- O que é Patrimônio Cultural?

Patrimônio Cultural é tudo o que faz parte da construção histórica e cultural do ser humano em um determinado espaço físico, entendendo-se cultura como complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 216, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

I - as formas de expressão;

⁸⁹ Pesquisa realizada no dia 02/02/2016, no site da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.c6d8f9f146d654d9b83f9110e2308ca0/?vgnextoid=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>.

⁹⁰ Pesquisa realizada no dia 02/02/2016, no site do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba: <http://ipplap.com.br/site/planejamento/patrimonio-historico/>.

⁹¹ Pesquisa realizada no dia 20/03/2016, no site do IPAC (Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia): <http://www.ipac.ba.gov.br/perguntas-frequentes>.

⁹² Pesquisa realizada no dia 02/02/2016, no site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes>.

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

3- Qual a diferença entre Patrimônio Material e Imaterial?

Materiais seriam prédios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, obras de arte, entre outros. Já os imateriais são aqueles cuja existência depende da contínua ação humana, ou seja, o conjunto das práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas.

4- O que é Patrimônio Imaterial?

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.⁹³

5- Como preservar o Patrimônio Cultural⁹⁴?

Conforme Bione (2013), a comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. O patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção, senão no interesse da própria comunidade, a qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

⁹³Retirado da página oficial do Ministério da Cultura, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>, acessado no dia 03/02/2016.

1. Para preservar o patrimônio é necessário, inicialmente, conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com as comunidades.
2. O passo seguinte será a utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal para a educação e informação das comunidades, visando desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e reflexão sobre as dificuldades de sua preservação.

6- O que devemos fazer para preservar o Patrimônio?

- Identificar o Patrimônio Cultural de seu lugar, como as edificações, festividades, modos de fazer e saberes tradicionais;
- Esclarecer outras pessoas quanto ao valor do seu patrimônio e formas de conservá-lo;
- Denunciar aos órgãos competentes atos de vandalismo contra o patrimônio;
- Valorizar os artistas e as manifestações culturais típicas de sua comunidade, oferecendo apoio, incentivo ou promoção, ou participando de sua realização, reconhecendo e respeitando nossa diversidade cultural;
- Divulgar nosso Patrimônio Cultural;
- Participar da defesa e proteção dos Bens Culturais representativos de sua comunidade.

7- O que é tombamento?

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, com o objetivo de preservar para a população, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo.

⁹⁴ Retirado do site da UFSM, página do Mestrado em Patrimônio Cultural, acessado em 15/04/2016 <http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/73-como-preservar-o-patrimonio-cultural>.

8- Tombamento e Registro⁹⁵

Registro e tombamento são instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural. O tombamento se aplica aos bens materiais – edificações, monumentos, objetos, ou seja, significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica (Lei Estadual nº. 8.895, de 16 de dezembro de 2003 e pelo Decreto-Lei 25º, de 30 de novembro de 1937), bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Estes bens devem possuir valor de preservação para todo o cidadão.

Já o registro é aplicado aos bens culturais imateriais – festividades, ofícios e técnicas, saberes e outras expressões culturais. A função desses instrumentos, além de atestar a qualidade do bem e sua importância para o conjunto da sociedade, é protegê-los da ação humana predatória, garantindo a permanência da memória e da identidade social de um determinado local ou comunidade.

9- O que pode ser tombado?

Bens imóveis, áreas urbanas como centros históricos ou bairros; áreas naturais; e também bens móveis como coleções de arte ou objetos representativos de um acontecimento histórico. É possível o registro do patrimônio imaterial, como o Samba de roda do Recôncavo Baiano e o Frevo. Além do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), algumas prefeituras e estados também possuem legislações próprias sobre bens imateriais.

10- Quem pode realizar o tombamento?

As três esferas do poder: federal, estadual e municipal podem realizar o tombamento. No âmbito federal é o IPHAN, no caso do Estado do Rio de Janeiro é o (INEPAC) Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, órgão criado em 1975, um dos mais antigos do Brasil; no caso da cidade de São Paulo, é o CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do

⁹⁵Adaptado do INEPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia), acessado em 06/03/2015, disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/perguntas-frequentes>.

Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo), outras inúmeras prefeituras têm criado seus conselhos municipais. A cidade de Cabo Frio fez inúmeros tombamentos, via Conselho Municipal, sobretudo no ano de 1989.

11- Quem pode pedir o tombamento?

Todas as pessoas (físicas e jurídicas) podem pedir a abertura de estudo de tombamento.

12- Tombar um imóvel equivale a desapropriá-lo?

Não. A propriedade de um imóvel não se altera após o tombamento.

13- Um imóvel tombado pode ser vendido?

Sim, pode ser vendido, mas deve ser primeiramente oferecido para a União, para o Estado e para os Municípios, nessa ordem.

14- É possível realizar reformas num imóvel tombado?

Sim, desde que essas reformas sejam submetidas à prévia aprovação do Conselho.

15- Um imóvel tombado pode mudar de uso?

Sim, desde que o novo uso não cause prejuízo ao bem.

16- Inventário.

Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma lista descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo. Quando falamos em inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social, estamos falando em identificar suas referências culturais. (Brasil, Mais Educação).

Sugestões de Atividades Práticas de Educação Patrimonial⁹⁶

As atividades que serão sugeridas abaixo foram feitas a partir de alguns manuais de Educação Patrimonial, de órgãos governamentais, assim como propostas por especialistas, pelo meu próprio trabalho de visitação ao Patrimônio Histórico-Cultural de Cabo Frio, que desenvolvo com meus alunos da rede municipal de ensino e de alguns amigos docentes, que dialogicamente contribuíram com algumas sugestões, a esses últimos, queremos aqui externar nossa gratidão.

1- Visitação a partir do Roteiro proposto

Este roteiro histórico mapeou alguns monumentos históricos no centro da cidade de Cabo Frio, com exceção da Fazenda Campos Novos, na zona rural do município. Assim, podemos fazer com nossos alunos uma visita guiada (professores como guia) ao centro histórico do município. Deixando a Fazenda para uma outra ocasião oportuna.

Eu sugiro que comecem a visitação pela praia do Forte, pois nesse local pode ser trabalhado a questão importantíssima da múltipla temporalidade. Os inúmeros sítios históricos e arqueológicos dessa pequena localidade tratam do período pré-colonial e colonial, com o Forte São Mateus, que é uma das primeiras edificações do período Colonial em terras Americanas, datado de 1617-1620.

Temos nessa localidade o Sambaqui das Dunas, importantíssimo para trazer à tona a história dos povos do Sambaqui que viveram nessa região, o Morro do Índio (importante sítio arqueológico já escavado e estudados por pesquisadores), o Morro do Arpoado, local da feitoria de Américo Vespúcio, conforme Cunha (2004) e Fernandes (2015), a Boca da Barra, local onde as embarcações portuguesas e estrangeiras de contrabandistas piratas e corsários entravam para “roubarem” o pau-brasil, no período pré-colonial e após a colonização.

Podendo-se ainda fazer referência a primeira fortificação erigida na região, o forte de Santo Inácio, que foi destruído para dar lugar ao Forte São Mateus, assim como a Casa da Pedra Francesa, uma primitiva fortificação francesa que ajudava no contrabando da madeira de cor.

⁹⁶ Essas atividades foram sugeridas por meio de manuais de atividades práticas de Educação Patrimonial (Grunberg, 2007; Soares, & Klamt, 2009), trabalhos de especialistas que são referências na matéria, meu próprio trabalho desenvolvido com meus alunos e sugestões de colegas de trabalho. Foram adaptadas a realidade da cidade de Cabo Frio e aos bens culturais que fazem parte desse Roteiro.

Como o intuito dessa visita é mostrar ao aluno a importância de se perceber as diversas temporalidades, além do conhecimento patrimonial. Pode-se trabalhar com as mudanças ocorridas com o passar dos anos, ou séculos, assim como, os diferentes usos dado ao patrimônio. Por exemplo, o Forte São Mateus, que teve inúmeros usos no decorrer de sua história, de Fortificação defensiva nos primeiros anos de colonização, para cadeia pública, depois para local onde eram levados leprosos, até seu uso meramente turístico nas últimas décadas do século XX até os dias atuais.

Saindo da praia do Forte, pode-se ir andando até o Bairro da Passagem, o primeiro centro da cidade de Cabo Frio, local que ainda possui um número expressivo de casas no estilo colonial. Também, percebe-se no local a múltipla temporalidade, pois seu conjunto arquitetônico, conforme Fernandes (2013), têm casas do final do século XVII, do XVIII, do XIX e do século XX.

Além de possuir a Igreja de São Benedito, templo construído no final do século XVIII. Localizado na praça principal do bairro, as visitas a seu interior podem ser agendadas anteriormente.

Vale a pena observar, que o professor também pode fazer nessa primeira parte da visita, a praia do Forte e ao Bairro da Passagem, referência ao Mar e as Belezas naturais como Patrimônio, pois em 1972, a UNESCO eleva o Meio Ambiente a categoria de Patrimônio, também contemplado pelo Art. 216 da CF/88. E de frente a Passagem está localizada um dos cartões postais mais belos da cidade, a Ilha do Japonês. Portanto, pode-se trabalhar conjuntamente o patrimônio Histórico-cultural com o ambiental. Assim sendo, enriquecerá ainda mais a visita e o conhecimento dos estudantes.

Em seguida, o professor e seus alunos podem se dirigir ao centro da cidade, visitando nessa região inúmeros monumentos, podendo começar pela Charitas, antiga Casa de Caridade, construída em 1836, com a finalidade de abrigar as crianças que eram abandonadas na calada da noite, frutos das relações inter-raciais entre ricos brancos e negros. Era popularmente chamada de “Casa da Roda”, por causa de uma roda na porta de entrada, onde a criança era colocada, e por onde a “dona” da Charitas, a matrona, a retirava, sem sair do seu interior. Um lugar com diversos usos, ao longo do tempo. Passou a ser hospital no século XIX, no século XX foi abrigo de artilharia, Fórum, escola e atualmente museu.

A poucos metros da Charitas a visita chegará a Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Uma obra prima do período colonial. Construída no século XVII, ricamente ornamentada, em frente a principal praça do município, a Porto Rocha. Essa igreja substituiu a

Igreja de Santa Helena de Cabo Frio, primeira igreja da região. Essa paróquia possuía uma imagem de Nossa Senhora da Conceição do século XVIII, mas foi furtada em 1984.

Logo em seguida a visitação seguirá até a Capela de Nossa Senhora da Guia, no famoso Morro da Guia, onde se tem uma magnífica visão de toda a cidade e de parte de municípios vizinhos como Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia. Aproveitando-se a visão da cidade, do mar e parte significativa da região, pode-se voltar a questões fundamentais das temporalidades e do meio ambiente como patrimônio.

No pé do morro da Guia, encontra-se o Convento Nossa Senhora dos Anjos, também uma arquitetura colonial expressiva do século XVII. O Convento abriga ainda uma capela e cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência/São Francisco das Chagas. Em 30 de novembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 25, o Convento, a igreja de Nossa Senhora dos Anjos e o Cruzeiro em frente foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Hoje, essa igreja abriga o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART), que entre outras atividades possui uma sala para exposições de artistas locais.

A visitação terminará na Fonte do Itajurú, a poucos metros do Convento. Este local tem importância crucial para a vida das populações indígena e do período colonial, por ser o único lugar nas redondezas do centro da cidade de Cabo Frio com água potável. Geógrafos, memorialistas e historiadores, concordam em relação a essa questão: sem a Fonte do Itajurú não haveria populações desde a muitos milênios nessa região. Ou seja, em temporalidades distintas, essa fonte foi o grande recurso de água e da sobrevivência de inúmeros povos. Em todo percurso da visitação o professor pode utilizar a Metodologia de Educação Patrimonial.

Através da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado, muito além do ambiente escolar onde toda a comunidade pode estar envolvida. Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio – em toda sua expressão – e a percepção da relação entre esse com sua identidade cultural.⁹⁷

⁹⁷Citado de QUEIROZ, Moema Nascimento. A educação patrimonial como instrumento de cidadania. Revista Museu, 2004.

2- Atividade: Reconhecendo sua cidade – trabalho dentro da sala de aula⁹⁸.

Disciplinas: História, Geografia e Educação Artística⁹⁹

- Você conhece a História da cidade de Cabo Frio?
- Desenhe a planta da sua cidade localizando os monumentos históricos e o patrimônio natural mais importante do seu município.
- Conte quantas escolas, igrejas, praças, cinemas existem na sua cidade (Bairro).
- Quais lugares de diversão você mais frequenta? Escreva uma redação sobre este local.
- Quais as festas mais importantes da cidade e onde ocorrem?
- Descreva a festa que você considera mais importante.
- Em sua opinião, qual bem cultural você considera mais importante. Por quê?
- Em sua opinião, o que deve ser feito para preservar os bens culturais de seu município?
- Quais os principais problemas que sua cidade apresenta em relação a preservação dos bens culturais e ambientais?
- Quais seriam as soluções possíveis para esses problemas?
- Como é a sua cidade dos sonhos?

Observação: Professor, nesta segunda atividade pode ser trabalhada a questão que mais aflige os pesquisadores, ambientalistas e órgãos de proteção do Patrimônio, que é a especulação imobiliária em nossa cidade e região. Pois, parte significativa de nossos bens, sobretudo sítios arqueológicos, já foram destruídos por conta do lucro de poucos especuladores, com a vista grossa de nossos governantes.

3- Elaboração de inventário do acervo cultural da cidade.

Disciplinas: História e Geografia

Objetivo: Compor uma exposição com os alunos, a ser realizada na escola.

⁹⁸Atividade adaptada à realidade da cidade de Cabo Frio, da cartilha “Educação Patrimonial ICMS Patrimônio Cultural”, do autor: Carlos Henrique Rangel.

⁹⁹ Para cada atividade, iremos sugerir as disciplinas que melhor se enquadre. Esse Roteiro foi feito em especial para as matérias: História, Geografia e Educação Artísticas (ou Artes), porém será sugerido atividades para todas as disciplinas do Ensino Fundamental, pois reconhecemos que a Educação Patrimonial é interdisciplinar e não estar circunscrita a nenhuma disciplina em especial, pelo contrário, todos os docentes de todas as áreas do conhecimento podem trabalhar com essa temática, e assim enriquecer os alunos.

- Fazer um levantamento referente aos bens culturais da cidade de Cabo Frio, contendo as seguintes informações históricas (construtor ou quem autorizou a construção, época ou século da construção, primeiros moradores da localidade, usos no passado e atualmente, etc.), fotografias atuais e antigas (como as do fotógrafo Wolney Teixeira¹⁰⁰), assim podendo comparar a localidade. Utilizar uma planta cadastral recente da cidade.
- Utilizando uma cópia da planta cadastral da cidade, montar um painel para que os alunos cole as fotografias dos bens culturais mais expressivos do bairro ou do município de Cabo Frio.

Observação: A pesquisa exploratória não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, se restringe por definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, portanto ela seria um passo inicial para o projeto de pesquisa. A pesquisa exploratória é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p.61).

4- Elaboração de um dossiê sobre um bem cultural

Disciplina: História

Fazer uma pesquisa com os alunos sobre um bem cultural considerado o mais importante da localidade, contendo sua história e descrição, fotografias, e o mais importante, justificativa de sua importância para o município.

Observação: Nesta quarta atividade, se o bem escolhido por votação, por ventura, não estiver preservado, os alunos devem propor soluções para que o mesmo seja valorizado, revitalizado e integrado à comunidade.

5- Visita Guiada a escolha do professor ou alunos

Disciplinas: História, Geografia e Ciência (Biologia)

Objetivo: compor uma exposição a ser realizada.

¹⁰⁰Wolney Teixeira tem um acervo com mais de 10 mil fotos da cidade de Cabo Frio, conforme a Revista de História da Biblioteca Nacional, hoje aos cuidados de seu filho Wolney Sobroza de Souza, o fotógrafo retratou a cidade de 1930 a 1980, muitos pesquisadores recorrem a esse riquíssimo acervo para narrar a história da cidade de Cabo Frio e região dos Lagos.<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/retratos-em-familia>. Acessado em 14/05/2016.

- Criação de um Roteiro pelos principais monumentos históricos da cidade, tanto da zona urbana quanto da Fazenda Campos Novos, na zona rural do município. Esse roteiro ficará a critério do docente ou eleição entre os alunos (se quiser pode utilizar o que faço com meus alunos, exposto na atividade 1). Utilizar um mapa antigo e atual para fazer comparações seria muito significativo.
- Podendo ser feito um tour sobre as principais praias da cidade ou região, atividade muito comum no município de Armação dos Búzios - já fiz essa atividade inúmeras vezes nesta cidade, quando lecionava na mesma, entre 2009-2013 -. Podendo ser questionado pelos discente a origem dos nomes das Praias, bairros e praças da cidade.

6- Simulação e Montagem de um Júri

Disciplinas: História, Geografia e Ciência (Biologia)

- Essa simulação pode ser feita através da escolha de um bem cultural com problemas que tenha sido identificado na visita guiada para ser objeto de discussão, conforme Rangel (2004). Ou pode ser feita através de problemáticas públicas, envolvendo empresários e construtoras, a justiça, ambientalistas e o IPHAN, como ocorreram inúmeras vezes na nossa cidade e em cidades como Arraial do Cabo e Búzios, ambas eram distritos de Cabo Frio, até bem pouco tempo. Nas atividades que faço com júri simulado, sempre escolho a segunda opção. Por exemplo: Montamos Júri sobre a construção do Bairro Novo Portinho, construído em área nobre da cidade, em cima de um Sambaqui milenar, de remanescente de Mata Atlântica e em área de salina; também fizemos sobre o Shopping Parque Lagos, localizado no mesmo bairro, inaugurado parcialmente (45 das 172 lojas) em 10 de dezembro de 2013, ficando o restante do shopping, inclusive seus cinemas para fevereiro de 2014. Esse shopping e o bairro Novo Portinho trouxeram consequências ambientais e a destruição de importante sítio arqueológico, provocando danos irreparáveis a história local. Também fizemos sobre a construção arbitrária e inconsequente do Condomínio sobre as Dunas da praia do Perú, outra área nobre da cidade, cada terreno desse empreendimento – que ainda está em construção e sempre é embargado e depois liberado pelo poder judiciário – custa aproximadamente um milhão de reais. Numa área de 4,6 milhões de metros quadrados, entre Cabo Frio e Búzios.

- Colocamos alunos como advogados para defenderem o empreendimento como economicamente e socialmente lucrativo. Colocamos outros como promotores de justiça, fazendo a acusação e mostrando os danos irreparáveis causado pelo mesmo, assim como, outros alunos servem de testemunhas de defesa e acusação; neste caso, uns fazem o papel dos empresários, de representante do governo municipal, dos órgãos de defesa do Patrimônio (IPHAN) e (INEA) e da população interessada nos lucros econômicos e sociais causados pelo empreendimento e a parte contrária a iniciativa empresarial.

7- Museu na escola

Disciplina: Educação Artística

- Para compor a exposição a ser realizada, os alunos devem recolher junto a sua família, objetos antigos que tenha um importante significado para a família, seja afetivo ou material: utensílios domésticos, roupas festivas ou cerimoniais, fotografias antigas, objetos de uso pessoal etc.
- Monte a exposição museológica por temas ou assunto com os objetos identificados por legenda elaborada pelos próprios discentes.

8- Visita a um museu

Disciplina: História, Geografia, Filosofia e Sociologia

- O professor deve levar os alunos a um museu local, em Cabo Frio há o Museu de Arte Religiosa e Tradicional no Convento Santa Maria dos Anjos, (em Arraial do Cabo tem o Museu Oceanógrafo, em Araruama o Museu do índio, em Rio das Ostras tem o Museu arqueológico). O docente deve dar como tarefa a ser desenvolvida em grupo, uma pesquisa sobre o museu: quando foi criado? Quem o criou? Qual sua finalidade? Como criou e montou? Tipo de acervo? Qual a peça mais interessante?

9- Ficha de percepção acerca dos bens culturais

(Com base em Caldarelli, apud Oliveira; Wenceslau, 2008).

Disciplinas: História, Geografia e Educação Artística

- Na ficha deve conter os seguintes dados: município, nome do entrevistado, descrição da região onde vive, história da região onde vive, um lugar importante, razão, o que não se pode deixar de ver, onde não se pode deixar de ir, razão, o que não se pode deixar de participar, razão, o que você entende por patrimônio cultural.

10- Fazer uma pesquisa sobre o folclore e festas da região

Disciplinas: História, Geografia e Educação Artística

- As lendas, mitos, provérbios e danças típicas da cidade. Fazer uma exposição do material encontrado.
- Pode-se requerer dos alunos uma encenação de uma dança típica (ou folclórica) local, no dia da exposição.
- Recitar poemas e contar causos de escritores locais, como por exemplo, poemas do célebre escritor-romancista cabo-friense, Teixeira e Souza (1812-1861), um dos maiores nomes da literatura nacional do século XIX e do poeta e compositor do hino da cidade de Cabo Frio, Vitorino Carriço.
- Conforme Beranger (1989), Fernandes (2014), Leal (2012), haviam inúmeras lendas e mitos na região de Cabo Frio, desde o período pré-colonial, como o mito indígena de Sumé (São Tomé para os portugueses); já no período colonial temos a lenda da Cruz da Cabocla, a lenda da procissão fantasma entre outras histórias.
- Festas: as principais festas do município são: festa do aniversário da cidade, a do Divino Espírito Santo, a da Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Assunção, no dia 15 de agosto e a festividade do Tapete de Sal, no feriado de Corpus Christi.

Sugestões de vídeos sobre Cabo Frio

Dentre inúmeras linguagens alternativas de ensino da história, a produção cinematográfica e jornalística tem despertado especial interesse dos professores, seja no uso de filmes longa-metragem, curta-metragem ou de documentários em sala de aula. Recomendamos alguns vídeos sobre história local/regional, podendo constituir fontes de análise histórica.

Jornal Hoje, Rede Globo. “Tô de Folga” em Cabo Frio.

<https://www.youtube.com/watch?v=KhWskvA8Kjc>

INTER TV Série em homenagem aos 400 anos de Cabo Frio

<http://redeglobo.globo.com/rj/intertv/rj/noticia/2015/11/confira-serie-em-homenagem-aos-400-anos-de-cabo-frio.html>

1º Episódio: O fundador de Cabo Frio, Constantino Menelau.

2º Episódio: O primeiro romancista brasileiro, Teixeira e Souza.

3º Episódio: O imperador, Dom Pedro II.

4º Episódio: O fotógrafo Wolney Teixeira.

Desvendando nossa História Forte São Matheus

<https://www.youtube.com/watch?v=ROS6c3p2SbQ>

Reforma da Fazenda Campos Novos

<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/rjintertv-2edicao/videos/t/edicoes/v/fazenda-campos-novos-em-cabo-frio-rj-sera-reformada/3271430/>

Cabo Frio (Fotos de Wolney 1952)

<https://www.youtube.com/watch?v=ACIkCyuZyhM>

Reportagem INTERTV sobre as fotos de Wolney Teixeira sobre Cabo Frio novembro de 2011 (396 anos)

<https://www.youtube.com/watch?v=Otbfv01Qjrg>

Cabo Frio 1966, com narração

<https://www.youtube.com/watch?v=2ff3-k9INQo>

Década de 70 praia do Forte

https://www.youtube.com/watch?v=oCSz9X_wsBo

Cabo Frio, julho de 1973

<https://www.youtube.com/watch?v=Z2ajaElxWIw>

Hino de Cabo Frio (Oswaldo Guimarães e Rafael Sena)

<https://www.youtube.com/watch?v=vKnS0THLvU4>

Hino de Cabo Frio solo de violão (Octávio Arcanjo)

<https://www.youtube.com/watch?v=fxx9z mhKwYc>

Hino instrumental, base sax

<https://www.youtube.com/watch?v=Viw9FBPMz3o>

Resposta Comentada

Questões sobre o Forte de São Mateus

1- Em qual século o Forte São Matheus foi construído? Ele foi construído com material remanescente de qual construção?

R.: No século XVI. Com material remanescente do Forte de Santo Inácio.

2- Quais foram os usos do Forte São Matheus no decorrer dos séculos?

R.: Inicialmente teve uso militar, depois lazareto e atualmente recebe exposições de artistas locais e é o monumento histórico mais visitado por moradores e turistas nacionais e estrangeiros.

3- Quando o Forte São Matheus foi tombado? Qual órgão público o tombou? O que é tombamento?

R.: O Forte de São Mateus foi tombado no ano de 1957. O órgão governamental que tombou o Forte foi o SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e em 1989, a Prefeitura Municipal de Cabo Frio também o tombou pelo Decreto 001 de 28 de novembro.

Questões sobre a Fonte do Itajurú

1- Qual a importância da Fonte do Itajurú para os índios e primeiros colonizadores de Cabo Frio?

R.: Sem a fonte pode-se afirmar que não haveria vida humana a tantos séculos na região do Antigo Cabo Frio, por isso a Fonte sempre foi fundamental, perdendo sua importância no século XX. A água sempre foi fundamental à vida desde o surgimento da espécie humana e continuará sendo enquanto os seres vivos existirem nesse planeta. Só para exemplificar, as primeiras cidades surgidas no período Neolítico foram as margens dos grandes rios, como o Egito as margens do Nilo, a Índia as margens do Rio Indo e Ganges e no Brasil o Rio

Amazonas e São Francisco. Heródoto já dizia: O Egito é uma dádiva do Nilo. Sem água, sem vida.

2- Até meado do século XX a Fonte do Itajurú ajudou no abastecimento da cidade, por isso foi construído uma caixa d'água no alto do Morro da Guia, onde era levada a água da fonte por meio de bombas. Hoje, você saberia informa de onde vem a água que abastece a cidade de Cabo Frio?

R.: No meado do século XX Cabo Frio passou a ser abastecido pela água da Lagoa de Juturnaíba que se localiza no município de Silva Jardim.

Questões sobre a Sesmaria de São Bento e a Feitoria de Américo Vespúcio

1- Não existe unanimidade sobre a existência da feitoria de Américo Vespúcio por parte de alguns historiadores do período colonial. Mesmo que ela tenha existido de fato, também pode ser que não tenha sido no Morro do Arpoador, como afirma Márcio Wenerck e Rose Fernandes. Quais são os outros locais possíveis que foi instalada a Feitoria de Américo Vespúcio? Quais pesquisadores defendem essas outras interpretações?

R.: Abel Beranger e Alberto Leal defendem que a Feitoria de Américo Vespúcio ficava na Praia da Rama (atual praia dos Anjos), no município de Arraial do Cabo, antigo quarto distrito de Cabo Frio. Já o historiador Fernando Lourenço Fernandes afirma que a Feitoria se localizava na Ilha do Gato, hoje, Ilha do Governador, na Bahia de Guanabara.

2- Como é o marco de pedra da Feitoria de São Bento? Quantos existiam? Onde ficavam? O desaparecimento de alguns desses marcos representa o que?

R.: O marco da Sesmaria de São Bento era uma coluna de pedra em formato retangular, com a inscrição S. B., inscritas em baixo relevo. Existiam quatro marcos de pedra no Bairro São Bento, e uma em frente ao Hotel Porto Veleiro no Perú, que desapareceu em 2008, conforme Fernandes (2013). O desaparecimento indica que o poder público não pratica uma política de preservação da história da cidade de Cabo Frio.

Questões sobre a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Santa Helena

1- Sempre foi muito comum o furto de obras de exponencial valor estético, tais como quadro, imagens de esculturas, obras sacras e dezenas de outros apetrechos de valor histórico. Você seria capaz de supor qual ou quais foram os motivos que levaram ao furto da imagem de Nossa Senhora da Conceição, da Igreja Matriz de Cabo Frio? O furto de obras de artes e sacras deveriam ter uma punição maior na legislação brasileira e internacional? Por quê?

R.: Obras de artes e obras sacras normalmente são furtadas para serem vendidas no mercado “negro” para colecionadores especializados. Pois possuem enorme valor monetário e histórico, já que a imagem era a terceira mais antiga do Brasil e do século XVIII. Existe um Projeto de Lei do deputado Carlos Bezerra, de Nº Lei 4046, de 2012, que aumenta a pena de roubo e furtos de obras de arte.

2- A maioria da população de Cabo Frio, acredita que a Igreja Matriz de Nossa da Assunção tenha sido a primeira igreja da cidade, e Nossa Senhora da Assunção sua primeira e única padroeira. Essa crença procede? Justifique.

R.: Não. A primeira igreja de Cabo Frio e conseqüentemente seu primeiro orago (santo ou anjo na qual é dedicada uma cidade ou localidade), foi Santa Helena e a Igreja dedicada a ela. O nome do município inicialmente era cidade de Santa Helena de Cabo Frio.

3- Com a construção da Matriz auxiliar (finalizada em 2008), no centro de Cabo Frio, bem perto da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, teria ofuscado o brilhantismo da primeira? Justifique.

R.: Não. Ainda hoje a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, no município de Cabo Frio, é a mais visitada por moradores e turistas, possui uma arquitetura belíssima e preservada, ainda são realizadas missas na sua nave e é a preferida entre casais para a realização de casamentos, que ocorrem toda a semana.

Questões sobre o Convento Nossa Senhora dos Anjos

1- Quais são as características do Convento de Nossa Senhora dos Anjos?

R.: Tem característica de construção típica do século XVII, construção em pedra e cal, em formato retangular, com pequeno claustro. Com destaque para o Cruzeiro de Santo Antônio, em frente ao Convento.

2- Segundo o pesquisador Márcio Werneck, qual órgão fez o Tombamento do Convento Nossa Senhora dos Anjos e em que ano ocorreu?

R.: Segundo Márcio Werneck o órgão que tombou o Convento foi o SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O ano foi 1937.

3- Desde dezembro de 1982 funciona nas dependências do Convento Nossa Senhora dos Anjos o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MAR). Você já o visitou. Se sim, relate sua experiência?

R.: Resposta pessoal.

Questões sobre o Convento Nossa Senhora da Guia e Pedras Sulcadas

1- Quais são as interpretações dos especialistas sobre as pedras sulcadas?

R.: Para Ladislau Neto, que em 1881 fez pesquisas no morro da Guia, os sulcos eram polidores líticos fixo. Já o arqueólogo peruano Alfredo J. Altamirano, afirma que o sítio é formado por petróglifos ligados a rituais de agricultura e pesca, com função mágico-religiosa e entendido dentro de um sistema sociocultural xamânico.

2- Qual história lendária se conta sobre o Convento de Nossa Senhora da Guia?

R.: Reza a lenda que a imagem de Nossa Senhora da Guia possuía um altar dedicado a ela no

convento, mas quando colocada lá, aparecia no dia seguinte em cima do morro. E assim acontecia toda vez que insistiam em levá-la para baixo. Depois de várias tentativas, acabou-se por fazer a vontade da santa e uma capela foi construída em cima do morro para abrigar a imagem.

Questões sobre o Bairro Passagem e a Igreja de São Benedito

1- Cabo Frio foi constituído como cidade ou elevado a essa condição em 1615. Até por volta de que ano a Passagem foi o único centro urbano do Município? Você já visitou esse bairro? Se, sim, o que achou dele? Descreva o casario colonial do Bairro e a vista para a Ilha do Japonês.

R.: É a área de povoação portuguesa mais antiga da cidade e único núcleo urbano entre 1616-1660. Se já visitaram ou não é resposta pessoal, assim como a descrição do bairro.

2- Segundo Rafael Ferreira de Souza, especialista em arte sacra, as festividades em louvor a São Benedito e a Nossa Senhora dos Navegantes, tinham participação majoritária de qual seguimento da população? O que a caracterizava?

R.: Segundo Rafael Ferreira, nas primeiras décadas do século XX, essa festa tinha participação majoritária da população negra. Caracterizavam-se pelas danças e músicas de origem africana, como o jongo e o banguê.

Questões Sobre a Fazenda Campos Novos

1- Durante décadas, conforme o pesquisador Márcio Werneck (1991; 1993), existiram terríveis conflitos nas terras da Fazenda Campos Novos, envolvendo fazendeiro, agricultores e pistoleiros contratados. Esses conflitos culminaram com a morte do líder sindical Sebastião Lan. Pesquise quem foi Sebastião Lan e os motivos de seu assassinato.

R.: Sebastião Lan foi um importante sindicalista que foi assassinado em 1988, com seis tiros, em atentado na rodovia Amaral Peixoto, ele era o líder dos agricultores locais, que lutavam contra posseiros e o suposto dono da Fazenda. A feira municipal de Cabo Frio leva seu nome, em homenagem a seu histórico de lutas.

2- Quem foram os primeiros proprietários da Fazenda Campos Novos? Por que perderam a posse da terra?

R.: Foram os padres Jesuítas, a famosa CIA de Jesus. Eles perderam a posse das terras da Fazenda em consequência a sua expulsão do Brasil por ordem do Marques de Pombal, em 1759. A Fazenda passou para propriedade da coroa portuguesa.

Questões sobre a Charitas e a Roda dos Expostos

1- Quais usos a Charitas teve no decorrer de sua história?

R.: Já foi usado como hospital, durante a Segunda Guerra mundial, foi abrigo do 1º Grupamento de Artilharia do Dorso, também foi Fórum, Biblioteca e sede da Secretaria Municipal de Cultura.

2- E atualmente, quais atividades ocorrem no prédio da Charitas?

R.: Atualmente abriga a exposição permanente do acervo de José de Dome, também promove palestras, oficinas, apresentação de dança, música e inúmeras exposições artísticas.

3- Segundo o memorialista Célio Mendes Guimarães, ainda existem pessoas vivas em Cabo Frio que foram colocadas na Roda dos Expostos da Charitas. Qual é a leitura que você faz hoje desse acontecimento que durou quase um século em Cabo Frio, que foi o abandono de filhos na roda?

R.: Resposta pessoal.

Obs.: Professor, essa resposta varia de acordo com a sensibilidade de cada aluno.

4- Da mesma forma que não se pode voltar no tempo e corrigir os supostos erros da história (passado), também não podemos olhar para o passado com o olhar do presente, mesmo que sejamos tentados a fazer isso. O nome desse erro é anacronismo. Você sabe o que é anacronismo? Dê exemplos de possíveis anacronismos.

R.: Anacronismo é o erro de cronologia que geralmente consiste em atribuir a uma época ou a um personagem ideias e sentimentos que são de outra época, ou em representar, nas obras de arte, costumes e objetos de uma época a que não pertencem. Ou seja, é uma atitude ou fato que não está de acordo com sua época.

5- Na história da Roda dos Expostos somos quase que levados a incorrer nesse erro. Por que essa história pode nos levar ao anacronismo?

R.: Porque os alunos podem julgar a atitude de abandono das crianças na Roda dos Expostos com a perspectiva moral e até mesmo religiosa dos dias atuais. Com isso, incorrendo no erro do anacronismo.

Questões sobre o Pelourinho

1- Comente o memorável discurso contra o Pelourinho, feito pelo vereador Alexandre Manoel de Araújo Porto, em 20 de abril de 1833.

R.: O vereador questionava a existência do Pelourinho na praça central do município por ver no mesmo um símbolo do passado colonial brasileiro. Também por vê-lo como uma representação de um governo tirano e despótico, contrário a liberdade humana. E apela aos vereadores que eles sigam ao exemplo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que de imediato demoliu o pelourinho, que era o símbolo da tortura.

2- É sabido que em diversas cidades e vilas do Brasil Colonial e em Portugal haviam os Pelourinhos ou picotas (como popularmente eram conhecidos). Quais eram a finalidade de um Pelourinho?

R.: No pelourinho era afixado os editais da Câmara, assim como, era um instrumento de punição legal utilizado pelos portugueses em quase todas as cidades do Brasil. Era um poste de madeira ou de pedra, com argolas de ferro, erguido em praça pública, onde os infratores da lei eram amarrados e chicoteados publicamente.

Questões sobre o Anjo Caído

1- A maioria da população cabo-friense, principalmente os turistas acreditam que o Anjo Caído é tão somente uma estátua com fins estéticos. Após ter lido o seu Roteiro Histórico informe qual era a verdadeira função do monumento?

R.: O Anjo Caído servia como farol. Em suas mãos era colocado um lampião para orientar as balsas, onde ficava a entrada dos canais recém-abertos.

2- O monumento Anjo caído é réplica de qual personagem da mitologia grega? Qual são suas reais dimensões?

R.: Ele é réplica de uma estátua grega chamada Vitória da Samatrócia. O Anjo Caído mede nove metros de altura.

Questões sobre a Ponte Feliciano Sodré

1- Na história da humanidade foi fundamental a vida humana e seu progresso a construção e o uso de pontes, como as que existem em Cabo Frio. Pesquise e relate qual é a finalidade de uma ponte. De acordo com o que você estudou, qual foi a finalidade da Ponte Feliciano Sodré e da Ponte de Ferro anterior a ela.

R.: As pontes são construções humanas que permitiram interligar ao mesmo nível pontos não acessíveis separados por rios, vales, canais, ou outros obstáculos naturais ou artificiais. Por conta do crescimento agrícola da região e da produção da indústria salineira local, se tornou necessário a construção de ponte para o escoamento da mercadoria. Haja vista, que a cidade de Cabo Frio é cercada pelo oceano e pela Laguna de Araruama, sendo fundamental a utilização de pontes para se locomover a outros municípios e localidades.

Questões Sobre Patrimônio Material e Imaterial de Cabo Frio

- 1) Coloque F para Falso e V para Verdadeiro. Justifique as falsas.
- (f) Patrimônio Cultural é o mesmo que Patrimônio Histórico. Justificativa: Patrimônio Cultural é um termo muito mais amplo que Patrimônio Histórico, esse último está restrito a bens materiais de valor histórico, enquanto o primeiro, inclui os bens tangíveis e intangíveis, como os ambientais e estéticos.
- (f) O Forte São Mateus é uma construção do século XV. Justificativa: o Forte de São Mateus é uma construção do início do século XVI, especificamente dos anos 1617–1620.
- (v) A Fonte do Itajurú já era utilizada por povos indígenas antes da chegada dos europeus no século XVI.
- (v) Charitas quer dizer casa de caridade em latim, a de Cabo Frio abrigou a Roda dos Expostos, assim como, as sediadas em Campos dos Goytacaz e na cidade do Rio de Janeiro.
- (f) Patrimônio Imaterial incluiu festas, danças, modo de fazer e monumentos históricos. Justificativa: O Patrimônio Imaterial não inclui monumentos históricos, pois esses são parte do acervo do Patrimônio Material.
- (f) São exemplares do Patrimônio Imaterial de Cabo Frio: A festa do aniversário da cidade, o dia da padroeira Nossa Senhora da Assunção, festas juninas e a Charitas. Justificativa: A Charitas não faz parte do Patrimônio Imaterial, mas do Material.
- (v) A ponte de Ferro de Cabo Frio é uma construção de 1898, a Feliciano Sodré de foi inaugurada em 1926 e a Ponte Nova em 2004.

2) Responda:

a) Sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Cabo Frio, em sua opinião, qual é o mais importante? Por quê?

R.: Resposta pessoal.

Obs.: Professor, cada aluno tem suas próprias convicções sobre o Patrimônio Cultural, porém quando o aluno é mais religioso, normalmente eles escolhem o patrimônio sacro, quando porém, não são criados em ambientes que privilegiam questões espirituais, suas escolhas tendem a ser pelos monumentos civis e turísticos.

b) Qual fato sobre o patrimônio cultural da cidade de Cabo Frio chamou mais sua atenção ou aguçou mais sua curiosidade após a leitura do Roteiro? Justifique sua resposta.

R.: Resposta pessoal.

Questões dissertativas:

1) Baseado na leitura do Roteiro Histórico, faça uma redação sobre o patrimônio material da cidade de Cabo Frio.

R.: Resposta pessoal.

Obs.: Professor, lembre a seus alunos que o Patrimônio Material ou Tangível inclui prédios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, obras de arte, entre outros.

2) Disserte sobre o Patrimônio Imaterial de Cabo Frio, resalte as manifestações mais importantes e as que não ocorrem mais.

R.: Resposta pessoal.

Obs.: Professor, lembre a seus alunos que o Patrimônio Imaterial ou Intangível é aquele cuja existência depende da contínua ação humana, ou seja, o conjunto das práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas.

Bibliografia

- BERANGER, ABEL. Dados históricos de Cabo Frio. Secretaria de Cultura, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL: Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em jan. 2012.
- BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Relatório de atividades IPHAN. Brasília: Prática, 1998.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CUNHA, Márcio Werneck da. A fazenda de Campos Novos e sua história – século XVII e XVIII. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.
- CUNHA, Márcio Werneck da. Fazenda Campos Novos: Apostila sobre a história do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Campos Novos. Cabo Frio: Una Cultural, 1991.
- CUNHA, Márcio Werneck da. Inventário e Diagnóstico do patrimônio Pré-histórico e Histórico do Município de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1993.
- CUNHA, Márcio Werneck da. Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.
- FERNANDES, Rose. Matriz do Povoamento do antigo Cabo Frio. Secretaria de Cultura de Cabo Frio. Anuário 2013.
- FERNANDES, Rose. Cabo Frio Polo Colonizador do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Completa: 2015.
- FINAGEIV, Belmira (org.). Carta à cidade de Cabo Frio. Rio de Janeiro: IBPC, 1994.
- GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasil: IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- IHGB. ANÔNIMO. Memórias Históricas da cidade de Cabo Frio e de todo o seu distrito compreendido no termo de sua jurisdição. 1797. In Revista do IHGB. Rio de Janeiro Tomo XLVI, 1883, 205-240.

INEPAC. Inventário da Arte Sacra Fluminense. Vol. II: Baixadas Litorâneas. INEPAC, SESC, Rio de Janeiro, Brasil, 2010, p. 143.

LEAL, Alberto. Cabo Frio 1503. Rio de Janeiro: Editora Batel, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana & WENCESLAU, Franclín Ferreira. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In SOARES, André Luis Ramos (Org.). Santa Maria RS, 2008.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A educação patrimonial como instrumento de cidadania. Revista Museu, 2004.

RANGEL, Carlos Henrique. Educação Patrimonial: Atividades que podem ser trabalhadas na escola. Belo Horizonte: IEPHA, 2005.

ROWER, Frei Basílio. A ordem franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1947.

ROWER, Frei Basílio. Página de história franciscana no Brasil. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1957.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. Santuário Mariano, livro X tit. XXV, 1723.

SOUZA, Rafael Ferreira de. A arquitetura religiosa na formação colonial de Cabo Frio: limítrofe municipal atual. Cabo Frio: Secretaria de Cultura, Anuário 2011.

Sites:

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>,
<http://www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin/cabofrio.html>
<http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/73-como-preservar-o-patrimonio-cultural>
<http://casa500anosdehistoriadecabofrio.blogspot.com.br>
<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.c6d8f9f146d654d9b83f9110e2308ca0/?vgnextoid=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=a26636ebe0a31210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>.
<http://www.indoviajar.com.br/brasil/rj/cabo-frio/monumentos.htm>
<http://www.pnsassuncao.org.br/matriz/55-matriz-historica>
<http://ipplap.com.br/site/planejamento/patrimonio-historico/>.
<http://www.ipac.ba.gov.br/perguntas-frequentes>.
<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes>
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/retratos-em-familia>.
www.tvebrasil.com.br/salto
www.thinkfn.com